



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das organizações

Gênero e violência: vulnerabilidade masculina

Rafael Alberto Moore

Brasília – DF

2015

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Violência e gênero: Vulnerabilidade masculina

Rafael Alberto Moore

Brasília – DF

2015

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Violência e Gênero: Vulnerabilidade Masculina

Rafael Alberto Moore

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações

Orientadora: Angela Maria de Oliveira Almeida

Brasília – DF

Março, 2015

“Violência e Gênero: vulnerabilidade masculina”

Dissertação defendida e aprovada pela banca constituída por:

Prof^a Dr^a Angela Maria de Oliveira Almeida (Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB

Prof^a Dr^a Ana Lúcia Galinkin (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB

Prof^a Dr^a Sheila Giardini Murta (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília -
UnB

Ronaldo Pilati Rodrigues (Suplente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB

*“Qualquer que seja o desenvolvimento das ciências,
elas sempre deverão sofrer transformações
para se tornar partes da vida cotidiana da sociedade humana.”*

Serge Moscovici – A psicanálise, sua imagem e seu público.

*“Que as feministas alertem o poder público
para as formas de violência cometidas contras
as mulheres é seu dever e sua honra.
Que os especialistas das ciências sociais esclareçam
comportamentos ignorados ou mal conhecidos é seu trabalho.
Mas as omissões e os silêncios nunca são neutros.”*

Elizabeth Badinter – Rumo Equivocado: O feminismo e alguns destinos.

Agradecimentos

“Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma.

O sonho é o que temos de realmente nosso,
de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso.”

Fernando Pessoa

Desde o começo quando resolvi adentrar nesta temática o fiz esperando desafios e resistência. Resistência por questionar o fazer e o conhecimento de uma área que luta a cada dia por legitimidade e por denunciar injustiças em um mundo que se nega a aceitar tais ocorrências. Mas resolvi adentrar por considerar primeiramente que como diz um amigo meu “se for fazer algo que o faça pelos motivos certos e da forma certa”. Adentrei então neste percurso por acreditar que os motivos certos eram buscar um movimento que pudesse trabalhar para criar união no desencontro, respeito da diferença e amor no conflito. E continuei por defender que acredito que a forma certa de fazê-lo é sempre apontar onde erramos, para assim contribuir para o novo percurso que se inicia.

Os meus agradecimentos vão para todos aqueles que de diversas formas me ajudaram a chegar aqui.

Para minha orientadora Angela Almeida, por me acolher no meu percurso, partilhar das minhas insatisfações e por ter sempre uma orientação, uma lanterna para me ajudar a achar o caminho. E principalmente por sempre somar ao meu trabalho, nunca sobrepujá-lo ou diminuí-lo.

Para o membro da banca, Ana Lúcia Galinkin, que me fascinou quando era ainda um calouro, cheio das muitas certezas vãs da juventude e ter me mostrado a área pela qual eu iria me apaixonar e decidir dedicar meu esforço e trabalho. Por também acolher minhas incertezas e insatisfações. Pode-se dizer que foi também minha orientadora neste processo.

À Prof^a Sheila Giardini Murta, membro desta banca, com a qual eu tive o prazer de desenvolver um projeto de pesquisa sobre prevenção à violência no namoro com adolescentes, tendo contato mais direto com as relações de violência e como as sementes de relações violentas começam a ser plantadas bem cedo. Neste trabalho também que começou a nascer a ideia de que a violência seria entendida de forma violenta dependendo do sujeito que se relaciona com ela.

Aos meus muitos colegas acadêmicos que em tantos momentos me somaram com suas questões, dúvidas e pensamentos. Daniela Coenga, Fernanda Duarte, Bruna Jalles, Marcella Albo, Hugo Pinho, André Paiva, Lislly Barros, Karine Brito, Aniceto Mateus, Luiza Mônica e tantos outros. Para os alunos que tive o prazer de dividir o percurso na disciplina de Relações interpessoais e intergrupais, melhor turma que poderia pedir para meus primeiros passos.

A alguns amigos em especial por tantas vezes terem discutido o tema comigo: Donnie César por seu olhar crítico, bem como sua língua afiada, também a sua insatisfação com o estado atual dos movimentos sociais; Ícaro Moraes por me mostrar uma vivência verdadeira e muito honesta das angústias masculinas no nosso tempo; Débora Vaz pelas tantas conversas acaloradas sobre feminismo, Matheus Farage pela crítica persistente, mas sempre necessária aos meus pressupostos e crenças, bem como a sua presença especial neste trajeto. Ao Vitor Rodrigues pelas inúmeras conversas ao longo do curso. A todos os outros amigos que seriam muitos para citar, mas que de forma nenhuma menos importantes. Esta obra é dedicada a muitos de vocês.

A meus familiares pelo apoio incontestável e inabalável as minhas escolhas e meus caminhos, ainda que nem sempre tão claros para vocês: minha irmã Giuliana, minhas tias Júlia e Daniela, minha avó Neuza. Sem vocês não teria sido possível chegar até aqui. A minha

mãe que não pode acompanhar meu percurso até aqui, mas espero que possa se orgulhar de mim.

Um agradecimento especial a Pedro Fistarol, grande apoiador nos primórdios desta obra, mesmo que não possa ter acompanhado nos estágios finais, sua contribuição foi inestimável.

Por fim um agradecimento abstrato e incerto a todos os grandes autores, que ainda na minha infância e desde então, povoaram minha mente e meu imaginário com mulheres fortes e independentes e com homens frágeis e inseguros, me mostrando assim que existe pluralidade na vida e que todos eles são admiráveis com suas próprias formas, seus defeitos e incertezas. Que através da vivacidade do lúdico me ajudaram a compreender o duro e frio real, me possibilitando ver suas cores menos brilhantes, porém não menos belas.

Começo por Fernando Pessoa e assim escolho terminar, pois digo que “se escrevo o que sinto é porque assim diminuo a febre de sentir”.

Obrigado

Rafael Moore

Sumário

Pág.

Resumo	12
Abstract	13
Introdução	14
Capítulo 1	
1. A construção de um problema	19
2. As representações sociais	28
a. O conceito das representações sociais	31
b. A abordagem estrutural das representações sociais	35
3. O feminismo	38
3.1. A primeira onda do feminismo –A denúncia da desigualdade e o direito de ser cidadã	40
3.2. A segunda onda – o sufragismo e o segundo sexo	42
3.2.1. O movimento pelo sufrágio no Brasil	44
3.2.2. A Mulher como “o outro”	46
3.3. Terceira Onda – Perspectiva relacional de Scott e a desconstrução de Butler.	49
3.4. Gênero e violência	56
4. Masculinidade, Sexismo e o Machismo	66
4.1. O machismo	66
4.2. Sexismo	70
4.3. Bourdieu e a dominação Masculina	73
Capítulo 2 – A Pesquisa Empírica	
1. Objetivos	82

1.2. Objetivos Específicos 82

Primeiro Estudo

Método 84

1. Seleção de base de dados 84

2. Análise de dados 86

Resultados e Discussão 90

1. Mulher/Feminino – Homem Masculino 90

2. Mulher/Feminino 94

3. Homem/Masculinidade 103

Considerações Parciais 111

Segundo Estudo - O Universo Consensual das Representações 112

Método

1. Sujeitos 112

2. Instrumento 114

3. Procedimento de Coleta de Dados 115

4. Procedimento de Análise de Dados 116

Resultados e Discussão 118

1. A Mulher 118

2. O Homem 121

3. A Violência 123

Conclusões 127

Considerações Finais 132

Referências 135

Anexos 143

Lista de Tabelas

Tabela	Título	Pág.
Tabela 1	Lista de periódicos e Frequência (<i>f</i>) dos artigos	85
Tabela 2	Categorização dos Sujeitos	113
Tabela 3	Resultados da análise do termo indutor mulher pelo EVOC pela Ordem Média de Importância e Frequência	119
Tabela 4	Resultados da análise do termo indutor homem pelo EVOC pela Ordem Média de Importância e Frequência	122
Tabela 5	Resultados da análise do termo indutor iolência pelo EVOC pela Ordem Média de Importância e Frequência	125

Lista de Imagens

Figura	Título	Pág.
Figura 1	Exemplo de formatação do corpus	86
Figura 2	Resultado da Classificação Hierárquica Descendente sobre o <i>corpus</i> contendo os termos mulher/feminino e homem/masculino pelo ALCESTE	91
Figura 3	Resultado da classificação hierárquica descendente dos resumos com os termos mulher/feminino pelo ALCESTE	95
Figura 4	Resultados da classificação hierárquica descendente do corpus construído com os descritores homem/masculino pelo ALCESTE	104

Resumo

Resumo: A tradição dos estudos feministas foca em suas investigações, a violência de gênero e mostra que as mulheres são constante, e muitas vezes, fatalmente vitimadas por seus parceiros amorosos, em relações de poder desiguais. No entanto, menor atenção é dedicada ao impacto dos papéis de gênero tradicionais sobre a saúde dos homens. A partir do enfoque hegemônico da violência nas relações de gênero, que associa o homem ao papel de agressor, àquele que pratica a violência, ela tende se tornar um atributo masculino, reservando à mulher a posição de vítima, a despeito de as estatísticas mostrarem claramente a vulnerabilidade masculina à violência. Em 1961 Serge Moscovici lança um novo campo de estudo na psicologia social ao eleger como objeto de estudo o conhecimento de senso comum. Ele buscou entender os processos de transformação de uma teoria científica, em um saber do senso comum. Para Moscovici, as representações tornam algo estranho e longínquo (objetos de representação) em algo familiar e próximo (representação do objeto). Tal processo ocorre por meio da objetivação e ancoragem, que apropriam-se destes objetos e o instalam em nosso campo representacional. Para discutir como se dá a construção da violência como um atributo masculino é realizada uma ampla discussão do feminismo e de suas três ondas: luta pela igualdade, sufrágio e as discussões acadêmicas de gênero. Posteriormente são abordados os temas das masculinidades, do sexismo e do machismo, bem como o lugar do homem dentro do movimento feminista. **Objetivo:** Identificar nos discursos acadêmicos (universo reificado) e cotidianos (universo consensual) os sistemas representacionais que constroem e sustentam o paradoxal binômio homem-violência. **Método:** Foram realizados dois estudos. 1) pesquisa bibliográfica no site Scielo, por meio dos descritores homem/masculinidade e mulher/feminilidade, onde os resumos destes artigos foram analisados pelo Software ALCESTE. 2) aplicados questionários pela internet, com termos indutores homem, mulher e violência, solicitando 5 palavras ou expressões que veem a mente a partir destes termos, seleção do mais importante. Os questionários serão avaliados pelo software EVOC. **Resultados e discussão:** O primeiro estudo realizou três análises, uma para o corpus total, depois uma análise para os termos mulher/feminino e outra para homem/masculino. Nas três análises persistiu uma classe que trata de estudos de saúde pública em periódicos multidisciplinares. No entanto, quando este classe discute sobre mulher a categoria violência aparece como tema central, quando discute homem a violência não aparece, indicando uma visão diferenciada ao tratar da saúde de homens e mulheres. No segundo estudo a representação social de mulher encontrar elementos novos como força, guerreira e trabalhadora, constando até mesmo com feminismo como parte do que é ser mulher. A representação social de homem apresenta grande carga negativa, com termos como egoísta e violento, além de possuir elementos que o associam a violência, como força (física) e poder. **Conclusão:** Conclui-se que existe um entendimento diferenciado quando se trata da violência, que associa a mulher ao papel de vítima/passivo e o homem ao papel de autor/ativo. Não se encontra nos dados analisados o entendimento do homem como vítima da violência. A invisibilidade das vulnerabilidades do homem e a construção de seu papel como dominador e agressor contribuem para a formação de representações sociais que o afastam de um local de cuidado.

Palavras Chave: violência, machismo, masculinidade, feminismo, representações sociais

Abstract

Summary: The tradition of women's studies focus on their investigations gender violence and shows that women are constant, and often fatally victimized by their sexual partners in unequal power relations. However, less attention is devoted to the impact of traditional gender roles on men's health. From the hegemonic approach to violence in gender relations, which links man to the role of aggressor, one who practices the violence, it tends to become a male attribute, allowing the woman the victim position, despite the statistics clearly show male vulnerability to violence. In 1961 Serge Moscovici launches a new field of study in social psychology to elect at studying the common sense knowledge. He tried to understand the processes of transformation of a scientific theory, in a knowledge of common sense. For Moscovici, representations become something strange and distant (representative objects) into something familiar and close (object representation). This process occurs through the objectification and anchoring, which appropriates these objects and install in our representational field. To discuss how the construction of violence as a male attribute is held a broad discussion of feminism and its three waves: the struggle for equality, suffragism and academic discussion of gender. Later examines the themes of masculinity, sexism and machismo, and man's place within the feminist movement. **Objective:** To identify the academic discourses (reified universe) and daily (consensual universe) the representational systems that build and sustain the paradoxical man-violence binomial. **Methods:** Two studies were conducted. 1) literature in Scielo site, through descriptors man/masculinity and woman/femininity, where the abstracts of these articles were analyzed by Software ALCESTE. 2) questionnaires online, with terms inductors man, woman and violence, prompting five words or phrases that come to mind from these terms, the selection of the most important one. The questionnaires will be evaluated by EVOC software. **Results and discussion:** The first study conducted three analyzes, one for the total corpus, after an analysis for the woman/female terms and one for man/male. In all three analyzes persisted a class that deals with public health studies in multidisciplinary journals. However, when this class discusses the category woman violence emerges as the central theme when discussing men violence does not appear, indicating a different perspective when dealing with the health of men and women. In the second study the social representation of women find new elements such as strength, warrior and working, consisting even with feminism as part of being a woman. The social representation of man has great negative charge, with terms like selfish and violent, in addition to having elements that associate violence, such as strength (physical) and power. **Conclusion:** We conclude that there is a different understanding when it comes to violence, which links to the woman victim/passive role and the man the role of author/active. Is not in the data analyzed the understanding of man as a victim of violence. The invisibility of man vulnerabilities and building his role as dominant aggressor may contribute to the formation of social representations that take him away from a care location.

Keys words: violence, machism, masculinity, feminism, social representation

Introdução

“Those public school shootings left us speechless and sick at heart.
Yet when we think about these wrenching events, do we ever consider that,
whether white or black, inner city or suburban,
these bands of marauding “youths”
or these troubled teenagers are virtually ALL young MEN?”
Michael S. Kimmel – The gendered society

As perguntas que me levaram a esta dissertação surgiram de um conjunto de acontecimentos bem próximos no tempo e de um conjunto de coincidências, ou talvez, de forma mais crítica, surgiram como uma alerta para um problema no estado das coisas atuais, por uma proximidade de temas, o *Zeitgeist*. Considero importante, antes de começar a dissertar sobre o meu objeto de estudo, fazer uma contextualização das questões que me motivaram a abraçar esta empreitada.

Em 2012, em um fórum de discussões de alunos e professores da psicologia da Universidade de Brasília, realizado em uma rede social da Internet, foi compartilhado um texto, supostamente de uma delegada especializada em crimes de sequestro relâmpago. Neste texto ela alerta as mulheres para se precaverem de sequestros relâmpagos. Neste texto, ela alerta as mulheres para se precaverem destas situações de risco, promovendo uma série de mudanças comportamentais no momento de estacionar o carro ou de sair de algum estabelecimento e se dirigir ao carro. A veracidade e autenticidade do texto é de menor importância, o importante é a quem o texto se destina e o alerta que ele traz. Os questionamentos que me surgiram primeiramente, de forma ainda insipientes, foram por que o alerta era dirigido somente às mulheres? Por que não havia ai uma preocupação com a situação do homem neste contexto de violência? Os homens não carecem de cuidados com relação à sua própria segurança? Não sofrem os homens sequestros relâmpagos?

As respostas e justificativas foram que a mulher seria mais vulnerável fisicamente e que, por isso, era mais visada pelos praticantes desta forma de crime. Além disso, as mulheres possuíam hábitos que a colocariam em risco, como mexer na bolsa para pegar a chave, passar maquiagem antes de ligar o carro, etc. Todo conjunto de justificativas me gerou a dúvida de como ocorreria essa percepção de vulnerabilidade da mulher oposta à flagrante invulnerabilidade do homem, ela sempre vista como sujeita a sofrer algo, ele visto como imune a tais acontecimentos. Passiva e ativo, falha e competência, os binômios sempre em oposição.

Na semana seguinte enquanto assistia ao noticiário local uma matéria sobre a alta incidência de sequestro relâmpago, ocorria uma entrevista com o Secretário de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal, aqui também é de menor importância sua identidade, e ele alertava as mulheres para se precaver destes crimes, com medidas bem próximas do texto referido anteriormente, pois estas estariam mais sujeitas a esta modalidade de crime. Para subsidiar sua informação, ele afirmava que no Distrito Federal as mulheres corresponderiam a 29% do total de vítimas de sequestro relâmpago. A primeira questão que surge então é quem eles consideram ser os outros 71% das vítimas? Aparentemente não eram homens, mas uma categoria que eu não pude compreender muito bem qual seria. O conteúdo desta entrevista adicionou mais um elemento aos meus questionamentos sobre como as representações do ser homem e do ser mulher estavam implicadas na percepção de vitimização. Quais seriam então os conteúdos e processos que levariam a uma representação exagerada da vitimização e fragilidade feminina? Como esta representação se relaciona a uma invisibilidade da vitimização masculina, que mesmo em face de dados contundentes (mais que o dobro das vítimas de sequestro relâmpago eram homens segundo os dados apresentados pelo secretário de segurança pública) nega a maior vulnerabilidade masculina contra a violência? Estas perguntas não devem ser interpretadas como uma crítica Ao

Secretário de Segurança Pública do DF ou ao seu trabalho. Isto seria um trabalho para outra pesquisa. O que se questiona é a manutenção de uma representação de vulnerabilidade que se sustenta mesmo em face de dados que apontam o contrário.

O terceiro acontecimento a me gerar questionamentos foi uma conversa pessoal com um amigo. Ao abordar o tema de movimentos sociais, ele demonstrava certo descontentamento, pois não se sentia representado pelos movimentos feministas de um modo geral. Não que duvidasse de sua importância, apenas que não via na agenda destes movimentos, os problemas que o afetavam como homem. Quando o questionei, ele apontou como exemplo a questão da violência no Brasil: no Mapa da violência (documento gerado pelo Governo Federal que faz um quadro estatístico da violência no país por meio do número de mortes por homicídio, acidentes de trânsito, etc) os homens são ser cerca de 80% das vítimas em todo o país. Apesar deste percentual alarmante, a posição do homem no cenário da violência parece receber pouca atenção das instituições públicas voltadas para segurança, ou dos movimentos que tão frequentemente apontam os danos da violência.

O descontentamento deste amigo me motivou a buscar algumas informações sobre o tema, inicialmente na própria publicação do Mapa da Violência. O que me chamou a atenção foi o fato de que entre os vários recortes possíveis (idade, raça/cor, classe social, escolarização) a questão do sexo das vítimas era abordada como um fato, mas não era problematizada. A primeira impressão gerada foi a de uma naturalização da vitimização masculina pela violência. Não me parecia que o fato de os homens serem as vítimas majoritárias da violência gerasse qualquer inquietação.

Parece que o homem não se faz parte de um grupo que padece de problemas e necessita de soluções e investimento, mas uma classe genérica que abarca todo o resto. Mulheres, homossexuais, crianças, adolescentes, idosos, são grupos que recebem programas especiais investindo em suas necessidades e fragilidades, mesmo que estas ainda estejam

longe de alcançaram soluções satisfatórias. O fato é que os problemas são reconhecidos com tais. Mas quais são os problemas dos homens como um grupo? A vulnerabilidade a violência está claramente definido como um. Onde estão então os programas que busquem uma solução a isto?

O segundo passo foi examinar as publicações científicas que analisavam essa questão. O resultado foi que poucos trabalhos buscavam elucidar esses acontecimentos, menos ainda àqueles que buscaram tentar compreendê-los. Pesquisa com as palavras chaves homem e violência revelam uma associação inicial do homem com o papel do agressor, daquele que pratica a violência. Não daquele que com ela padece. Por compreender que esta era uma análise inicial e superficial, decidi aprofundar nesta empreitada para descobrir se de fato ocorria e como ocorria esse fenômeno da invisibilidade da violência contra homem e como uma representação de invulnerabilidade impactaria sobre a percepção do lugar social que o homem vem ocupando na nossa sociedade.

Fiz um percurso que implicou visitar diversas áreas que a meu ver me possibilitariam entender esse fenômeno e poder analisá-lo de forma crítica, situando o problema em uma perspectiva histórica e social e analisando seus desdobramentos, bem como o que dá suporte a estas representações.

Nesse percurso, passei por diferentes momentos. No primeiro, analisei o problema, definindo a vitimização do homem e da violência no Brasil e no mundo, bem como algumas perspectivas iniciais que buscam entender essa relação. No segundo momento, defini a base teórica que adotei para desenvolver esse trabalho. A teoria das Representações Sociais de Moscovici sustenta esse trabalho, porque ela me permite pensar a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento de senso comum e como essas representações sociais do ser homem impactam no agir do homem no mundo. Na sequência, abordei as teorias feministas, sua evolução histórica e seus temas de maior relevância, bem como o

enfoque que estas teorias deram ao homem. Não poderia deixar de abordar a violência e relacioná-la com conceitos elaborados no âmbito das teorias feministas. Finalizei meu percurso, realizando uma análise sobre a masculinidade, aprofundando-me em como é entendida a construção cultural e simbólica desta entidade social.

Meu objetivo foi apresentar o homem como objeto de estudo, bem como suas relações, suas representações e seus problemas. Trouxe algum esclarecimento sobre um grupo de indivíduos, de agentes sociais, que possuem especificidades e elementos de identidade próprios, mas que ao ser transformado em universal, perdeu suas especificidades, e com isso foi relegado ao segundo plano dentro do desenvolvimento das ciências sociais.

CAPITULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

1. A construção de um problema

A tradição dos estudos feministas traz como um de seus focos de estudos a violência de gênero, no bojo da qual as mulheres são constante e fatalmente vitimadas pelos parceiros amorosos, em relações de poder desiguais, frequentemente apontadas como os papéis de gênero tradicionais que legitimam o uso da violência dos homens contra as mulheres (Amâncio, 2003, Bourdieu, 2012, Fávero, 2010). No entanto menor atenção é dedicada ao modo como esses papéis de gênero tradicionais impactam sobre a saúde dos próprios homens.

Alves e colaboradores (2012), em um estudo sobre homens perpetradores e vitimizados pela violência aponta trabalhos internacionais sobre questões de saúde masculina, nos quais os homens possuem maior risco de morte violenta que as mulheres, principalmente em idades precoces. Em 2004, acidentes de transporte e homicídio mataram três vezes mais homens que mulheres e os homens cometeram suicídio duas vezes mais. As autoras apontam, ainda, que apesar destes dados sinalizarem grave problema de saúde pública, apenas recentemente começou a se quebrar a visão que afastava o homem do lugar de cuidado dentro dos programas de saúde, com o surgimento de programas voltados para a saúde masculina.

A situação brasileira parece ser ainda mais extrema. Em um levantamento da mortalidade e morbidade masculina no Brasil, Souza (2005) estuda os dados oficiais de diversas instituições nacionais e relata que 82,2% das mortes por causas externas, no período de 1991 a 2000, eram de homens, o que representa cinco vezes a taxa média das mulheres. Quando realizados cortes por idade em períodos críticos a situação masculina é ainda mais alarmante: dos 15 aos 19 anos os homens morrem 6.3 vezes mais que mulheres, dos 20 aos 24 a taxa masculina de mortalidade é 10,1 vezes maior. Já quando realizado um recorte pela

causa, os homens morrem 12 vezes mais que mulheres por homicídios. Em relação à morbidade, os homens representavam 84,5% das internações hospitalares por agressão no ano de 2000, além de permanecerem mais tempo internados, demandarem mais gastos com cuidados hospitalares e terem maior taxa de mortalidade em decorrência das agressões mais letais.

O Mapa da Violência (Waiselfizs, 2014), documento produzido a partir da análise dos atestados de óbito em âmbito nacional, faz o levantamento de mortes por acidente de trânsito, homicídio e suicídio. Na sua última edição, o documento apresentou um avanço alarmante da violência no país, com incremento de 148,5% nas taxas de homicídio desde os anos 1980, de 62% nas taxas de suicídio e de 38,7% nas de acidente de transporte. Estes dados apontam para um total de 556 mil cidadãos brasileiros mortos na última década, o que supera o número de mortos em qualquer conflito armado existente no período. O foco principal do documento é a morte de jovens de 15 a 29 anos, faixa etária que concentra a grande maioria das vítimas. No recorte por sexo, os dados demonstram a gravidade do problema, com 91,6% das vítimas sendo do sexo masculino, 93,3% se considerada apenas a população jovem, sendo que em 2012 a taxa masculina é de 54,3 homicídios, 11 vezes superior à a feminina (de 4,8). No caso do suicídio, mantém-se a maior vulnerabilidade masculina, embora não tão acentuada, com a taxa masculina sendo quatro vezes superior à feminina.

Apesar da gravidade da situação masculina, revelada por dados de instituições governamentais brasileiras e outras organizações mundiais, os homens não são foco de programas específicos das instituições nacionais de segurança ou de saúde pública (Nascimento, Gomes & Rebello, 2009).

Kimmel (2011) nota que a violência é virtualmente praticada por homens. Segundo ele, a despeito do crescente número de produções e discussões que apontam a gravidade da violência de jovens, como os documentos oficiais da *American Psychological Association*,

que chega a criar uma Comissão para a Violência e Juventude (Commission on Violence and Youth no original), produzindo um relatório que indica níveis crescentes de violência, acesso a armas, envolvimento em gangues, punições físicas, negligência parental, abuso de substância, pobreza, preconceito e falta de programas sociais anti-violência, ou de uma edição especial do Carnegie Corporation inteiramente dedicada ao tema da violência juvenil, fica por ser respondido o porquê de em nenhum destas produções aparecer a palavra masculinidade.

Programas realizados tendo como alvo a violência, têm como objetivo a população em geral, ou jovens em situação de risco, como baixa escolaridade e exclusão social. Estes fatos reforçam a ideia de que os homens não são entendidos como um grupo, necessitando ser enquadrados em outros grupos de risco, como classe social ou idade.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH (Ministério da Saúde, 2008) aponta para uma maior vitimização masculina para a violência. O homem é reconhecido neste documento como mais vulnerável à violência, mas entre as ações empreendidas por esta política não foi identificada até o momento deste trabalho nenhuma voltada para este tema específico. Os autores apontam que da socialização de papéis tradicionais de masculinidade advém uma percepção de invulnerabilidade e a exposição a riscos variados. A violência, entendida como uma forma de poder social, é buscada como forma de empoderamento masculino que gera graves ônus para a saúde, tanto física quanto psíquica. O documento aponta que:

“A integralidade na atenção à saúde do homem implica na visão sistêmica sobre o processo da violência, requerendo a des-essencialização de seu papel de agressor, por meio da consideração crítica dos fatores que vulnerabilizam o homem à autoria da violência, a fim de intervir preventivamente sobre as suas causas, e não apenas em sua reparação (p. 13).

Estes apontamentos mostram-se de grande relevância para desconstruir a representação de homem como agressor e buscar na socialização a construção de seu envolvimento com a violência e o risco. Desta forma, a desnaturalização do binômio homem-

violência seria buscada como forma de levar os homens a novas formas de agir, que o afastassem do risco que parece ser no atual panorama a regra.

Ao analisarem esta política, Carrara, Russo e Faro (2009) criticam seu papel político e econômico, apontando que existe uma agenda oculta no movimento que a lançou. A Sociedade Brasileira de Urologia, grande incentivadora e organizadora desta política, acaba por induzir uma agenda de medicalização do corpo masculino. Esses autores assinalam que PNAISH busca conscientizar o homem de suas vulnerabilidades de forma paradoxal, levando-o a se ver como vulnerável e forçando uma tomada de consciência, contudo não o implica neste processo, visando seu empoderamento. Na implementação da PNAISH o foco de atenção recaiu sobre a saúde sexual (com ênfase em problemas de ereção e impotência), tópico de interesse das associações médicas e farmacológicas; questões relacionadas à violência e vitimização acabaram recebendo menor atenção, tomando menor destaque nos objetivos e nas estratégias de implementação desta política.

Os autores supracitados consideram que existe dentro do próprio PNAISH uma dificuldade de enquadrar os homens como um grupo. Para buscar dar coesão e enquadrá-los, o documento se vale de outros grupos que possuem maior coesão e atuação política ou que são vistos como vulneráveis, clamando então aos homens negros, homossexuais, adolescentes e idosos. Nesta direção, ver-se como homem não seria o suficiente para torná-lo sujeito de um programa de atenção à saúde.

Na produção científica nacional também se constata pouca atenção dada ao tema da vitimização masculina por causas externas. Nesses estudos, o homem é colocado no lugar de vilão, sendo abordado questões de visibilidade dessa violência, ligadas à legislação, serviços de atendimento e dificuldades de atendimento a essas populações, sem buscar, no entanto entender quais os fatores que levam os homens a esta posição de vulnerabilidade (Scharaiber, D'Oliveira & Couto, 2006). A ligação do homem com a violência e o risco é vista quase

como algo natural do ser homem e, portanto, a maior vitimização masculina por causas externas não é questionada ou apontada como alvo de estudo. O que se busca entender é como atender esses homens violentos, mas não o como eles se tornam violentos e se seria possível intervir nessas práticas.

Com o avanço dos estudos de gênero a partir dos anos 1960/70 alguns autores buscaram compreender quais os fatores histórico e social poderiam estar associados à estreita relação do homem com a violência. Bourdieu (2012) entende o processo de socialização de gênero como uma forma de dominação sutil, no qual valores e crenças sobre o ser homem e ser mulher são apreendidos como verdades, um dever ser, e desta forma não podem ser questionados. Neste processo é ensinado que o homem detém o poder de decisão sobre a mulher, esposa, filhos, família e casa. O homem é associado ao ativo, força, poder, razão, ambiente externo e a mulher ao passivo, frágil, sutíliza, emoção e interno. Durante muito tempo, essa dominação sutil implicou na transformação da mulher em um bem de troca, uma propriedade que pode ser utilizada nas negociações entre famílias. O valor atribuído a este bem/mulher foi relacionado a sua honra, castidade e potencial para gerar descendentes e, assim, dar prosseguimento à linhagem que manterá o patrimônio. O homem, guardião deste patrimônio, deve zelar por ele, logo deve ser o guardião da honra dos membros da família, da mãe, das irmãs e das filhas.

Foram discutidos amplamente os efeitos danosos da dominação masculina sobre as mulheres, que vistas como propriedades de homens, foram privadas de direitos e submetidas a violências. Porém pouca atenção se deu ao custo da dominação masculina aos próprios homens. Bourdieu apontou que para o homem a defesa da honra é um ponto central na manutenção da posição social e essa defesa da honra se dá pela defesa de sua virilidade. O homem precisa demonstrar seu valor como homem e assim demonstrar sua capacidade de manter a honra da família, a confiabilidade de seu patrimônio. Para alcançar tal objetivo ele

busca a atuação em jogos de violência e a prática de combate. Ele se testa contra outros homens, demonstrando assim seu valor, sua masculinidade e, conseqüentemente, o valor de seu patrimônio. Ele deve ser corajoso, destemido, invulnerável. Recusar um desafio, um combate, uma prática que coloque em cheque seu lugar é entendido como covardia, medo, incapacidade e isso coloca em risco seu papel de homem. Então ele não deve apenas adentrar nestes jogos quando eles aparecem, mas deve ainda buscá-los como uma forma de aumentar seu valor social. Assim, para defender a masculinidade, o homem é levado a se envolver com condutas de risco e com a violência. A teoria de Bourdieu será abordada de forma mais aprofundada com o prosseguimento das discussões sobre masculinidade.

A partir de um tripé formado pela violência contra a mulher, à violência contra si e a violência contra o outro, Kaufman (1987) busca entender a relação homem-violência. Para o autor, a masculinidade é poder, porém um poder frágil, porque ele não existe de fato, uma vez que os homens são levados a crer que a masculinidade é um atributo biológico (maleness)¹, permanecendo inocentes ao fato de que a masculinidade (masculinity) é uma instituição social fundamentada nas relações de gênero. Como estão alheios à diferença entre inato e construído, qualquer situação que põe em cheque esse atributo gera grande tensão para o homem, porque põe em cheque seu lugar social em torno do qual ele constitui sua identidade.

No primeiro eixo do tripé, a violência contra a mulher é uma expressão direta e clara da relação de poder do homem sobre a mulher, que se fundamenta e se constrói nos papéis ativo e passivo da masculinidade e feminilidade. Esta violência ocorre de maneira recorrente porque: 1) a mulher é mistificada como objeto de desejo masculino, para onde as pulsões e anseios masculinos são focados e quando não alcançados se tornam fonte de frustração e raiva; 2) é na família que o homem pode manifestar um conjunto de sentimentos e frustrações que ele não pode manifestar em outros lugares, sendo a mulher não a fonte, mas o alvo da agressão.

Na violência contra outros homens, segundo eixo do tripé, Kaufman (1987) argumenta que ocorre na socialização masculina uma repressão das manifestações de carinho e emoções logo na infância, sendo os homens apartados das relações com o pai, com a mãe e irmãs. No decorrer do seu crescimento os homens são ensinados que a perda da masculinidade, pela associação a atributos femininos ou homossexuais, é a pior coisa que pode acontecer, o que gera grande ansiedade. Desta forma, na relação com outros homens, ocorre o medo de assumir os sentimentos, a fraqueza ou uma posição passiva. Pela incapacidade de enfrentar esses sentimentos surge a agressividade que fundamenta a relação com outros homens.

No último eixo do tripé, a violência contra si é fruto da própria estrutura do ego masculino. O homem se vê incapaz de enfrentar emoções passivas (medo, dor, vergonha, tristeza). Como estas emoções são parte do seu ser, sua masculinidade acaba por promover uma precária estrutura de internalização da violência, com um constante monitoramento de si, que promove uma negação do próprio *self*. O ser homem então é marcado pela violência, tanto ao se envolver consigo mesmo quanto nas demais relações que ele mantém com o mundo.

Ao defendem que o ser homem é associado a modelos hegemônicos de masculinidade, Nascimento e colaboradores (2009) apontam para a heteronormatividade, o ser forte e dominante, o que leva os jovens a se envolverem com comportamentos de risco na busca da posição de dominância sobre outros homens e mulheres, o que acaba por comprometer sua própria saúde e a de outros.

A partir das perspectivas hegemônicas sobre violência, o homem é associado ao papel de agressor, aquele que pratica a violência, a qual é significada como um atributo masculino. A mulher é confinada à posição de vítima dessa violência, a despeito do que as estatísticas apontam sobre a vulnerabilidade masculina à violência (Alves e cols, 2012; Alvim & Souza, 2005; Sarti, Barbosa & Suarez, 2006,).

A visão do homem como praticante da violência, associada a atributos tipicamente masculinos como força, virilidade, invulnerabilidade, são utilizados em uma tentativa de explicar o maior relacionamento do homem com a violência e, por consequência, sua maior vitimização por causas externas. Se o machismo traz aos homens uma série de vantagens, estas devem ser reavaliadas em relação aos prejuízos acarretados aos homens em termos dos riscos para a saúde e longevidade (Alvim & Souza, 2005).

É possível notar, no entanto, que a naturalização da associação do homem à violência acaba por ter seus efeitos também sobre (a falta de) políticas públicas que visem uma atuação sobre os homens. O homem é visto como o agressor, aquele que pratica a violência, sendo esta uma característica intrínseca do ser homem, já as mulheres são entendidas como as vítimas da violência, como naturalmente frágeis e carentes de proteção. Nesta perspectiva, as políticas públicas voltadas para a prevenção da (vitimização pela) violência são pensadas para mulheres, mesmo quando estatisticamente estas sejam menos vulneráveis a uma dada forma de risco.

A vulnerabilidade é atribuída à mulher e o homem é percebido como invulnerável. Uma configuração de papéis engendrados pelos binômios dicotômicos ativo-passivo, forte-fraco, razão-sentimento e invulnerável-vulnerável. Assumir a vulnerabilidade masculina é atribuir ao homem uma característica feminina. Como analisado por muitos autores (Bourdieu, 2012, Kaufman, 1987, Guttman, 2013) essa atribuição de características feminino ao homem gera-lhe uma grande carga de tensão e ansiedade, por ser uma negação de sua masculinidade. O homem não consegue (e não pode) se ver como vulnerável, pois assim estaria negando o próprio *status* de ser homem.

2. A teoria das representações sociais

Em 1961 Serge Moscovici lança um novo campo de estudo na psicologia social ao eleger como objeto de investigação o conhecimento de senso comum. Em seu trabalho *La psychanalyse, son image et son public*, Moscovici buscou entender os processos de transformação de uma teoria científica, a psicanálise, em um saber do senso comum, de domínio prático (Almeida & Santos, 2011).

Para melhor entender como se configura a teoria das representações sociais no contexto da psicologia social e das demais ciências sociais, bem como os antecedentes que a subjazem, é necessário fazer um recuo na história, focando seu surgimento e as correntes epistemológicas vigentes no período.

Serge Moscovici, nascido na Romênia, filiou-se ao partido comunista durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período começou a se questionar sobre a forma como a ciência afetava a vida das pessoas, sua cultura e sua forma de pensar, ou como a ciência vem a entremear o sistema de crenças de indivíduos e grupos. Seria este o papel da ciência, que viria posteriormente a ser considerado o problema da modernidade (Almeida & Santos, 2011). Moscovici identificava a existência de duas visões em embate na ciência, uma defendida pelos marxistas, que desconfiavam do pensamento popular e das massas, o acreditando irracional, fundamentado pela religião, credo e ideologia, portanto a ser extirpado e substituído por uma visão científica do homem provida pelo materialismo histórico, à outra visão sustenta que os homens devem ser libertados da ignorância e das falhas ocasionados por uma visão não científica e através da educação o homem poderia ser libertado deste estado e elevado a pensar como um cientista (pp. 288-289). Em ambas as visões ficam claro que o conhecimento das massas é desacreditado e deveria ser substituído por uma forma mais “confiável” de conhecimento, o científico. Neste mesmo período, a psicologia social encontrava-se em plena crise, sofrendo críticas a suas teorias, ao seu aparato metodológico, à

ética de seus experimentos e ao seu posicionamento político, bem como a quebra da crença de que a ciência alcançaria as respostas para os problemas da modernidade (Almeida & Santos, 2011).

Ocorria neste período um movimento nas ciências sociais de morte do sujeito, anulado por causalidades objetivantes (Jodelet, 2009). Na visão behaviorista, a consciência e processos mentais habitavam uma caixa preta que não podia ser explicada pela ciência. Nas ciências sociais o objetivismo reificava os processos sociais; no marxismo o sujeito é situado na falsa consciência, sendo o individualismo produto de uma ideologia de classe e a consciência livre torna-se inseparável de suas condições materiais (p. 682). A autora aponta uma visão que desloca a pesquisa para o exterior ao sujeito, deixando de lado o interesse sobre a dinâmica psíquica e o fenômeno da representação.

Moscovici busca em seu trabalho se opor as visões em oposição que paradoxalmente confluem para o mesmo ponto, de que o conhecimento de senso comum é irracional e deveria ser desacreditado. Com a Teoria das Representações Sociais o conhecimento do senso comum é elevado a objeto de estudo da ciência, deixando de figurar como primitivo e elemento de menor importância. Ele adquire importância ao ser visto como algo moderno, originado em parte da ciência, em relação com a cultura, a sociedade e o indivíduo (Almeida & Santos, 2011).

Em seu percurso, Moscovici se desvincula do partido comunista Romeno e vai para a Itália, onde desenvolve um trabalho com operários de uma fábrica de chapéus. Posteriormente muda-se para a França para terminar sua formação sob a orientação do psicanalista Lagache. Com ele, desenvolve seu trabalho seminal sobre as representações sociais da psicanálise. Neste estudo ele não procurava discutir a psicanálise, mas sim a forma como os indivíduos formavam seu conjunto de conhecimentos práticos sobre um objeto (no caso a psicanálise) a partir do conhecimento científico, anexando estes conhecimentos científicos ao conjunto de

conhecimentos possuídos previamente, na expressão destes conhecimentos adquiridos e na função de mediação do conhecimento para o indivíduo e a sociedade (Almeida, Santos & Trindade, 2000).

Em *La psychanalyse, son image et son public*, Moscovici (2012) busca mostrar como o conhecimento científico da psicanálise, é apropriado pelas pessoas, que criam uma imagem deste conhecimento, transformando um conteúdo que lhes é estranho em algo familiar e que a partir disso essa nova imagem passa a integrar seu mundo e é então utilizada para agir sobre ele. Moscovici nos mostra como os conceitos psicanalíticos, como complexo e recalque são utilizadas pelos franceses, que passam a dominá-los: uma pessoa não é mais tímida, mas possui um complexo de timidez; o amigo possui um complexo devido a conteúdos recalcados da infância. Sua motivação para este trabalho era a sua preocupação com o *status* da psicologia social, intrinsecamente voltada para o interesse no indivíduo. Ele buscava desenvolver um movimento na psicologia social de mudança que “levasse a redefinir os problemas e os conceitos da psicologia social a partir desse fenômeno (as representações sociais), insistindo sobre sua função simbólica e seu poder de construção do real” (p. 16). Moscovici se mostra crítico a uma forma de saber científico produzido de cientistas para cientista, pois para ele uma das funções mais importantes da ciência é o de transformar a existência dos homens e isto ocorre pela capacidade da ciência de mover a existência ao redor de temas novos, de modo que suas palavras e ações sejam preenchidas com novos significados e, quando isso ocorre, indivíduos e sociedades se compõem e recompõem em novos conteúdos. Assim “uma ciência do real torna-se ciência no real” (p. 19) e essa evolução da ciência seria então interesse da psicologia social.

Moscovici (2013) afirma que:

“ao se colocar um signo convencional na realidade, e, por outro lado, ao se prescrever, através da tradição e das estruturas imemoriais, o que nós percebemos e imaginamos, essas criaturas do pensamento, que são as representações, terminam por se constituir

em um ambiente real, concreto. Através de sua autonomia e das pressões que elas exercem (mesmo que nós estejamos perfeitamente conscientes que elas não são ‘nada mais que ideias’), elas são, contudo, como se fossem realidades inquestionáveis que nós temos que confrontá-las” (p. 40).

Por sua vez, Abric (1998) sustenta que na teoria das representações sociais

“não existe uma realidade a priori, mas que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente da sua história e do contexto social e ideológico que o cerca (...) e é esta realidade reapropriada que constitui, para o indivíduo ou o grupo a realidade mesma” (p. 27).

Quebra-se, assim, a dicotomia sujeito-objeto, interno-externo, indivíduo-sociedade, pois estes estão interligados pelo fenômeno das representações sociais, ao mobilizar elementos psicológicos (cognição, afeto, imaginação, memória) e sociais (história, linguística, cultura) de forma a entrelaçá-los, dissolvendo assim estas dicotomias (Arruda, 2009). As representações sociais possibilitam o estudo do senso comum, sem considerar o sujeito de forma dicotômica, como animal racional ou máquina sujeita a erros. Ela trata o sujeito, o objeto e a sociedade como inseparáveis, compreendendo processos que ocorrem simultaneamente em contextos históricos e socioculturais (Santos, 1998). E mais que isso, ao compreender a relação formada entre a ciência e a sociedade, conhecimento científico/reificado e conhecimento de senso comum/consensual, o estudo das Representações Sociais possibilita abordar o desenvolvimento da própria ciência como objeto de estudo da psicologia social.

a. O conceito de representações sociais

Mas o que é então uma representação social? Jodelet (1991, como citado em Almeida & Santos, 2011) define as representações sociais como:

“forma de conhecimento corrente, dito ‘senso comum’, caracterizado pelas seguintes propriedades: 1. socialmente elaborado e partilhado; 2. tem uma orientação prática de organização, de domínio do meio (material, social, ideal) e de orientação das condutas e da comunicação; 3. participa do estabelecimento de uma visão da realidade comum a um dado conjunto social (grupo, classe, etc.) ou cultural”.

As representações têm função de interpretação da realidade, regendo as relações dos indivíduos com o meio, tanto físico quanto social, ao mesmo tempo em que determina comportamentos e práticas, guia e orienta ações e relações sociais (Abric, 1998). É possível identificar uma série de características importantes das representações sociais: ser criada nas relações sociais, assegurar o domínio do contexto no qual o sujeito está inserido, orientando as condutas e a comunicação, dar coesão ao grupo por estabelecer um conjunto de significados partilhados.

Para Moscovici (2012, p. 59), as representações tornam algo estranho e longínquo em algo próximo e familiar, “representá-las conduz a repensá-las, a re-experimentá-las, a fazê-las ao nosso modo, em nosso contexto, como se estivéssemos lá”, atribuindo a um sentido uma figura e a uma figura um sentido. E ao qualificá-las como sociais, faz-se uma opção pela qual ela é produzida e engendrada coletivamente. Ele aponta que pessoas e grupos criam representações o tempo todo, no decorrer de sua comunicação e cooperação e que essas representações não são estanques, pois uma vez criadas elas adquirem vida própria, circulando e se encontrando, se atraindo e repelindo, dando oportunidade ao nascimento de novas representações e a morte de outras (Moscovici, 2013).

Almeida e Santos (2011) apontam que as representações sociais, como forma de conhecimento social, pressupõem a existência de três aspectos: a) comunicação, porque as

representações oferecem um código comum para as pessoas nomearem e classificarem seu mundo; b) (re)construção do real, porque é no processo constante de comunicação-representação que os sujeitos constroem e reconstróem a realidade, cujas representações sociais agem como guias de interpretação e organização da realidade; c) domínio do mundo, porque são um conjunto de conhecimentos sociais de orientação prática pelas quais os indivíduos situam-se no mundo e o dominam. O estudo das representações sociais implica em estudar o que pensam os indivíduos, por que pensam e a maneira como pensam, ou seja, um estudo das representações sociais é um estudo dos seus conteúdos e processos, mostrando uma dupla determinação das representações sociais.

O importante papel das representações sociais se deve a quatro importantes funções (Abric, 1998):

1. Função de saber: permite compreender e explicar a realidade. Os atores sociais adquirem conhecimentos e os integram a um quadro que é compreendido por eles próprios, em concordância com seu funcionamento cognitivo e seus valores pessoais. Esta função é essencial para a comunicação social;
2. Função identitária: define a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos, situando os indivíduos e os grupos no campo social. Permite a elaboração de uma identidade social compatível com o sistema de normas e valores de referência, garantindo a imagem positiva no grupo de inserção;
3. Função de orientação: guia os comportamentos e as práticas ao intervir diretamente na definição de finalidade da situação e nas estratégias adotadas. Gera expectativas e reflete as regras sociais, sendo, portanto prescritiva de comportamentos;
4. Função justificadora: justifica *a posteriori* a tomada de decisões e os comportamentos, permitindo a avaliação das ações tomadas, ao explicar e justificar condutas em uma

situação ou em face aos parceiros, sendo uma função importante na coesão interna do grupo.

Existem ainda dois processos importantes nas representações sociais que explicam a transformação de conteúdos não familiares em familiares, do saber científico em conhecimento do senso comum, a objetivação e ancoragem.

Objetivação é tornar concreto algo abstrato, privilegiando certas informações em detrimento de outras, simplificando a informação, ganhando compreensão, já ancoragem refere-se à incorporação de algo novo ao conjunto de significados prévios funcionais e familiares, integrando o objeto de representação em um sistema de valores próprios, classificando-o em função da inserção social deste (Almeida & Santos, 2011).

Moscovici (2013) se refere à ancoragem como se fosse um bote perdido ancorado a um poste sinalizador de nosso espaço social. Trata-se de tomar algo estranho e perturbador e transformá-lo através de nosso sistema particular de categorias, comparando-o com uma categoria considerada apropriada. Ao promover essa comparação com um objeto conhecido e dominado, esse novo objeto, então estranho e ameaçador, passa a adquirir características da categoria utilizada na comparação e é reajustado para se enquadrar na nova categoria. Ancorar é então um processo de classificar e nomear, pois algo que não possui nome e não está classificado não existe, é estranho e ameaçador. Desta forma “representar é fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (p. 62).

Como exemplo do processo de ancoragem tem-se a psicanálise e o processo de análise que aos olhos do povo francês foi associado ao confessor e à confissão feita ao padre e seus elementos de sigilo, confiança e expiação dos pecados são utilizados para classificar e nomear a transferência psicanalítica (Moscovici, 2013). Associa-se então o processo de análise a um conteúdo prévio, já nomeado, classificado e compreendido. E mais que isso, uma

vez aceito o funcionamento da psicanálise, passa então a ser utilizada para compreender o funcionamento do confessor e a confissão torna-se uma forma de psicanálise, pois se uma categoria é aceita, qualquer opinião que é a ela relacionada irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia.

A objetivação é definida por Moscovici (2013) como um processo muito mais atuante que a ancoragem. Objetivar é traduzir um conceito em uma imagem, comparar, encher algo vazio com substância, encontrar equivalentes não verbais para as palavras. Moscovici se remete, por exemplo, ao conceito de Deus, algo vazio e indefinido que é objetivado na imagem do pai, com a longa barba e quem depositamos toda confiança. Muito importante à ideia de objetivação é o conceito de núcleo figurativo da representação (Moscovici, 2013). Tendo em vista que nem toda palavra possui uma imagem e que algumas imagens não podem ser associadas porque são tabus, ocorre uma seleção de imagens passíveis de serem selecionadas para uma representação. Este conjunto de imagens que podem ser representadas se mescla, fundindo-se e se integrando a um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias. No seu estudo sobre a psicanálise, Moscovici aponta como as ideias de inconsciente e consciente são representações amplamente conhecidos, mas o conceito de libido como objeto de tabu, permanece abstrato, mesmo sendo de crucial importância na teoria e estar carregada de imagens.

A utilização de uma ideia pela população depende de sua integração ao do núcleo figurativo. Uma vez sendo incorporado ao núcleo figurativo, passa-se a falar mais sobre a representação e tudo que se relaciona a ela. Passa-se também a utilizar esse paradigma para compreender a si e aos outros, para descrever eventos e fenômenos, para dominar a realidade. Essa ideia torna-se independente de seu sentido original e ganha *status* de realidade, separada do contexto onde foi originalmente cunhada, solta na sociedade e embora convencional, nem por isso menos realidade.

b. A Abordagem estrutural das Representações Sociais

Esta abordagem - Teoria do Núcleo Central - foi proposta por de Jean Claude Abric em 1976, tendo se tornado conhecida como a abordagem da escola de *midi*, a qual foi introduzida no Brasil por Celso Pereira Sá (Campos, 1998).

Abric (1998, 2003) define as representações sociais como um conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes em relação a um dado objeto social, que se estrutura e se constitui em um sistema sociocognitivo particular, organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou mais elementos, que dão significado à representação. O núcleo central é definido pela natureza do objeto, pelos tipos de relações que indivíduos e grupos mantêm com este objeto e pelo sistema de valores e normas sociais presentes naquele contexto. Ele exerce duas importantes funções:

1. Geradora: é através do núcleo central que outros elementos ganham sentido, valor. O núcleo central cria ou transforma outros elementos constitutivos da representação;
2. Organizadora: ele unifica e estabiliza os outros elementos, ao determinar a natureza dos elos entre si e os demais elementos da representação.

O núcleo central também é o elemento mais estável da representação, que vai resistir à mudança, protegendo a representação de mudanças. Por isso, qualquer modificação no núcleo central altera a representação, provocando nela uma modificação completa. Por isso, Abric (1998) afirma que é a identificação do núcleo central que permite a comparação entre diferentes representações, pois duas representações só podem ser consideradas diferentes quando estruturadas em torno de núcleos centrais diferentes. Porém, não apenas o conteúdo do núcleo central é importante, é necessário estar atento também à organização destes elementos e à relação qualitativa entre eles.

Além do núcleo central também é parte da representação a zona periférica, organizada em torno do núcleo central. Nesta esta alojados os elementos mais acessíveis da representação, seus elementos mais concretos, vivos e disponíveis. A periferia das representações sociais possui três funções importantes: (Abric, 1998, p. 33):

1. Concretização: os elementos periféricos resultam da ancoragem da representação na realidade, ligando as representações à situação concreta na qual ela é elaborada, permitindo a sua imediata compreensão;
2. Regulação: como são constituídos por elementos mais leves, os elementos periféricos permitem a adaptação da representação às evoluções do contexto ao permitir a assimilação de novas informações à representação, permitindo que mesmo elementos contraditórios coexistam;
3. Defesa: como a representação resiste à mudança e a alteração do núcleo central ocasiona a transformação da representação, o núcleo periférico promove a defesa da representação ao inserir em sua zona periférica elementos que ocasionariam a transformação desta. Na periferia elementos contraditórios podem coexistir sem colocar em risco a própria representação.

Em sua teoria, Abric (1998) propõe que cada estrutura das representações, seu núcleo central e seu núcleo periférico, possui uma função, funcionando assim como um duplo sistema. O sistema central é essencialmente social e ligado às condições históricas, sociológicas e ideológicas. Esta associado aos valores e normas, definindo a homogeneidade de um grupo. O sistema periférico, mais individualizado e contextualizado, permite a adaptação a diferentes contextos em que os indivíduos estão inseridos. Por ser mais flexível, permite a adaptação ao núcleo centro, ao mesmo tempo em que o protege, integrando informações e práticas. É o duplo sistema que permite que as representações sejam ao mesmo tempo rígidas e flexíveis, estáveis e móveis, alimentando-se das experiências individuais e as integram às evoluções das relações e das práticas (p. 34).

O estudo das representações sociais mostra-se promissor, permitindo abordar fenômenos sociais de maneira holística. Por suas características, as representações sociais

possuem grande similaridade epistemológica com o estudo de gênero, além de um alinhamento conceitual ao se interessar por assuntos considerados de menor importância pela ciência tradicional (Amâncio, 2003, Arruda, 2002). Ao integrar aspectos psicológicos, sociológicos e antropológicos se ganha na possibilidade de abordar fenômenos de forma mais complexa e profunda. Assim, a teoria das representações sociais se posiciona epistemologicamente como área de cruzamento, entre o indivíduo e sociedade, entre psicológico e sociológico, não estando reduzindo a um deles. Abre com isso espaço para profissionais de diferentes áreas que podem encontrar na teoria capacidade de explicar uma grande gama de fenômenos, o que a aproxima da prática dos estudos feministas, historicamente multidisciplinares.

Integrando na teoria outros conceitos clássicos, como atitudes, normas, valores, crenças, práticas e identidade, a teoria das representações sociais ganha robustez para explicar fenômenos, funcionando como amalgama para estes conceitos, ligando-os em um todo coerente e articulado, que se torna cognoscível sem com isso vir a ser simplista.

Assim, com um olhar psicossocial sobre a realidade, a teoria das representações sociais quebra com velhas dicotomias, traz o sujeito novamente ao lugar de destaque, valorizando-o como produtor de conhecimento, ativo na construção de sua realidade, não apenas produto do meio ou separado deste, mas integrado ao seu contexto como ator relevante da sua própria realidade.

A Teoria das Representações Sociais permite aqui neste trabalho pensar a forma como a evolução dos estudos de gênero trouxeram temas novos a existência da sociedade ocidental, preenchendo de significados antigos conceitos. Possibilita trabalhar o próprio feminismo como um tema da psicologia social.

3. O feminismo

O feminismo como movimento social propõe uma crítica da sociedade e suas estruturas, principalmente no tocante à posição da mulher nessa sociedade e às relações de dominação e desigualdade constituídas. Para tanto, aponta como estas relações são frutos de processos históricos complexos, mantidos por meio de relações simbólicas hierarquizadas.

Muitos autores destacam na construção do pensamento ocidental a ideia da mulher como inferior ao homem, ideia defendida e perpetuada por grandes pensadores como Platão, Aristóteles, Zaratustra, Pitágoras, Diderot, Comte, Lutero, São Tomáz de Aquino e por livros sacros de diversas religiões como a Bíblia e o Corão (Coenga-Oliveira, 2011, Beauvoir, 1949, Reyes, n.d.). Esses pensadores irão professar uma representação da mulher como incompleta, reduzida a sua fisiologia e sua gestação, controlada por emoções e paixões, inábil às tarefas que necessitavam de raciocínio e lógica, associada ao caos e a obscuridade ou como inferior ao homem e, portanto, submetida ao julgo deste. Têm-se então um longo e complexo processo que determina o papel social da mulher, delimitado por um conjunto simbólico das características a ela atribuídas.

Compreende-se aqui que para abarcar o próprio feminismo, como movimento social e posteriormente seu braço acadêmico com o desenvolvimento dos estudos de gênero, torna-se necessário o estudo do processo histórico que dá origem a este movimento e às constantes críticas que redundam em várias reestruturações.

Louro (1998) afirma que os Estudos das Mulheres tiveram o papel de tirar as mulheres das notas de rodapé dos escritos tradicionais, tratadas como exceção, para colocá-las como tema central dos estudos acadêmicos, como objetos de pesquisa e temas de interesse. Desde então, uma das mais importantes marcas dos Estudos Feministas é seu caráter marcadamente político, o que o torna alvo de críticas das ciências, por comprometer a suposta neutralidade científica. Assim “a objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se

construído convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos” (p.19).

Fávero (2010) discute como o século XX trouxe a quebra da visão de objetividade científica, para um entendimento dialético que existe entre prática social e as concepções teóricas científicas. Ela aponta ainda como a ciência em geral, e a psicologia em especial, são usadas para dar credibilidade a determinadas ideias, ideias que insistem em uma dicotomia entre a natureza feminina e a masculina. Apoiada no estudo de Jill Morawski (2005, como citado em Fávero, 2010) mostra como nos anos de 1920 e 1930, pesquisadores americanos traduziram traços de personalidade de “machos” e “fêmeas” em códigos de normas de gênero, em características psicológicas inatas ou adquiridas, permitindo a normatização e também o reconhecimento daqueles tidos como desviantes.

Keller (2006) avalia o impacto dos estudos feministas até mesmo em ciências tidas como exatas e pouco afetadas por questões culturais. Como exemplo do impacto da visão binária de homem ativo/mulher passiva ela lembra que até poucas décadas atrás o óvulo era visto como mero completamente passivo no processo de reprodução, mesmo que ocupando o lugar central no palco. Cabia ao espermatozoide todo o processo de fertilização, enquanto ao óvulo cabia esperar. Apenas nos anos 1980 estudos começaram a apontar como o óvulo possui papel ativo na produção de moléculas e proteínas necessárias à aderência e penetração. O feminismo pode ser dividido em três ondas (Varela, 2005; Coenga, 2011). A primeira onda do feminismo inclui os movimentos pelos direitos das mulheres, do final do século XIX; a segunda onda, conhecida como *La Nouvelle Vague*, irá se forjar na ordem social e política da posição da mulher e no fazer ciência sobre a categoria ‘mulher’. Com a terceira onda, a partir dos anos 1960, parte-se a uma contestação dos essencialismos que serão embasadas pelas teorias pós-modernas e pós-estruturalistas. Na sequência, o feminismo será avaliado de acordo com essa classificação em seus períodos históricos e suas temáticas específicas.

3.1. Primeira onda do feminismo: a denúncia da desigualdade e o direito de ser cidadã

O final do Século XVIII presenciou uma série de acontecimentos de grande impacto social. Na América do Norte houve a ocorrência da Guerra de independência Americana, entre 1775 e 1783, no bojo da qual foi feita Declaração de Independência Americana em 1776, que defende direitos iguais para todos os homens, alegando que estes possuem direitos de vida, liberdade e procura da felicidade (Declaration of Independence, 1776). Este documento foi de grande importância e impactou posteriormente a Revolução Francesa (1789-1799), repercutindo futuramente na Declaração dos Direitos Humanos (1948).

Historicamente a guerra americana pela independência se relaciona à Revolução Francesa, visto que a situação econômica francesa foi gravemente agravada após a participação a favor dos Estados Unidos com a ocorrência de diversos conflitos armados com a Inglaterra. Compreensível então o impacto da Declaração de Independência Americana nos ideais revolucionários franceses de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Os ideais da Revolução Francesa proporcionaram grandes possibilidades para as mulheres, constituindo em uma de suas primeiras grandes oportunidades para clamar por seus direitos e por uma sociedade com maior igualdade, sendo ao mesmo tempo uma grande esperança e terminando como uma grande derrota (Varela, 2005). Grande número de mulheres participou da Revolução Francesa, procurando desta forma lutar pelos ideais revolucionários e suas promessas de igualdade. Reivindicavam direito à educação, ao trabalho, direitos matrimoniais, direito ao voto, respeito com os filhos, fim dos maus tratos no matrimônio, porém ao final da revolução essas mulheres verificaram que a tão prometida liberdade, igualdade e fraternidade não era pensada para todos, mas apenas para aquele grupo seletivo de cidadãos de bem, ao qual as mulheres não pareciam pertencer. A Revolução Francesa termina com a criação da Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos, na qual as mulheres passam a ter o mesmo julgamento e penas conferidos a estrangeiros (de Oliveira Dante,

2013). Inspirados por Rousseau, os revolucionários eram contrários à participação feminina na revolução, idealizando uma sociedade de homens viris e mulheres submissas. Com o final da revolução, nenhuma mulher foi eleita para representar o Terceiro Poder, pois sequer possuíam direitos políticos.

Algumas pensadoras são importantes neste período para entender melhor o surgimento do movimento feminista. Olympe de Gauges escreve em 1791 a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em resposta à declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos (Varela, 2005). Olympe de Gauges, uma aristocrata francesa, já havia participado em outros momentos a favor dos direitos da mulher, como na Assembleia dos Três Estados em 1788, propondo igualdade entre os sexos e reivindicando os direitos conferidos pela Revolução (de Oliveira Dante, 2013). Defendia em sua declaração que uma mulher deveria ser igual ao homem tanto na possibilidade de ser levada ao cadafalso como de subir ao parlamento. Acabou por ter uma morte simbólica ao ser guilhotinada em 1793 sem nunca ter subido à tribuna. Posteriormente, em 1795 o tratamento desigual às mulheres se intensifica e as mulheres são também proibidas de assistirem a assembléias políticas. As que se revoltam enfrentam a guilhotina ou o exílio.

Em 1792 é lançada na Inglaterra a Reinvidicação dos Direitos da Mulher, obra de Mary Wollstonecraft considerada marco fundamental de criação do Feminismo (Varela, 2005). Em seu livro, Wollstonecraft defende que as mulheres não são inferiores aos homens, mas apenas recebem educação precária, passando então a impressão de possuírem uma natureza inferior. Porém, sua vida pessoal acabou por despertar mais interesse do que se seus tratados, sendo alvo de comentários por suas relações amorosas (casou-se três vezes e teve duas filhas). Faleceu de uma infecção, dez dias após dar a luz à segunda filha.

As mulheres entram então no século XIX sofrendo maiores repressões do que aquelas que viviam ao final do século anterior. Com o código de Napoleão a desigualdade das

relações matrimoniais se intensifica, passando a ser adotado posteriormente em grande parte da Europa. Outras medidas repressivas são adotadas: são banidas associações de mulheres; endurecem as legislações específicas contra mulheres (aborto e adultério), o poder de decisão dos filhos fica a cargo do pai, a mulher passa a necessitar de permissão do pai ou marido para trabalhar.

3.2. A segunda onda – o sufragismo e o segundo sexo

O movimento das sufragistas pode ser localizado historicamente nos Estados Unidos onde as mulheres que haviam participado da luta pela liberdade do país passam a se identificar com uma nova bandeira: o fim da escravidão. Segundo Varela (2005), ao lutarem pela liberdade dos escravos elas identificavam nessa condição algo de similar com a situação na qual se encontravam. Duas irmãs são identificadas como as primeiras ativistas pelo fim da escravidão: Sarah e Angelina Grimké. Elas viriam posteriormente aplicar suas críticas à condição social da mulher.

Com o avanço no protestantismo nos Estados Unidos ocorreu também melhora das condições de educação das mulheres, visto que as ideias de Lutero defendiam a livre interpretação da bíblia e a participação das mulheres em ritos religiosos. Este fator tem grande influência ao possibilitar as mulheres americanas maior participação na política.

O texto fundamental do sufragismo americano é a Declaração de Sentimentos escrito por Seneca Falls em 1848 (Varela, 2005), texto que seguia o modelo da Declaração de Independência Americana. Este texto foi elaborado em uma convenção política, ocorrida nos arredores de Nova York, onde foram convocadas mulheres e homens a discutir um alinhamento político das mulheres, podendo esta ser considerada um marco do feminismo internacional. Ao se basear na Declaração de Independência elas se apropriam do espírito político da época e dão legitimidade a sua causa, clamando por direitos civis e igualdade.

Seneca Falls e suas companheiras marcavam sua participação na história como o primeiro movimento político de mulheres.

No mesmo ano, Marx e Engels publicavam o manifesto comunista, texto que terá também grande influência sobre o movimento feminista, proclamando que a história da humanidade é a história da luta de classes. Noção que será adotada para apontar as relações de desigualdades sofridas pelas mulheres em face do seu estado de alienação da sua força de trabalho e da impossibilidade de gerar capital (Beauvoir, 1949; Varela, 2005).

A partir da Declaração dos Sentimentos, o movimento sufragista se expande: em 1868 Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony fundam a Associação Nacional para o sufrágio da Mulher (NWSA na sigla americana) e em 1869, por discordâncias nas reivindicações, algumas dissidentes lideradas por Lucy Stone fundam a Associação Americana pelo Sufrágio da Mulher (AWSA na sigla americana). Por meio de campanhas de Estado em Estado, elas conseguiram que ainda em 1869 o Estado de Wyoming aprovasse o direito de voto para mulheres, 21 anos após a declaração de Seneca Falls (Varela, 2005). As lutas continuaram com a ocorrência de uma grande passeada em Nova York e Washington em 1910 e, por fim, com o apoio do Presidente Wilson, em 1918, e a aprovação da Décima Nona Ementa na Câmara dos Representantes. Em Agosto de 1920 o voto das mulheres se torna uma realidade.

Em outros países, entretanto, o processo ocorreu de maneira mais conturbada. Na Inglaterra a manifestante feminista Emily W. Davidson marcou sua participação na história de maneira trágica ao se jogar em frente a uma corrida de cavalos tradicional no hipódromo de Epsom. Seu enterro foi convertido em uma grande passeata feminista pelos direitos das mulheres.

A luta das feministas inglesas pelo direito ao voto foi longa e difícil. Com petições levadas ao parlamento em 1832, outra em 1866 com assinaturas de 1.499 mulheres e apresentada à Câmara dos Comuns por John Stuart Mill e Henry Fawcett, mais uma em 1867

quando buscava reformular a legislação eleitoral e Mill propunha a troca da palavra homens por pessoas, todas propostas rechaçadas pelo Parlamento Inglês.

Com a Primeira Guerra Mundial a situação das mulheres muda, sendo aprovada uma lei que concedia anistia a todas as sufragistas presas e o recrutamento de mulheres para substituir os homens que deveriam se alistar. Por fim, em 1917, com a apresentação de 2.588 petições ao congresso, é aprovado o voto feminino com 364 votos a favor e 22 contra. Seriam necessários ainda dez anos para que ele se convertesse em uma realidade para as maiores de 30 anos e apenas dez anos mais tarde para as maiores de 21, mesma idade que permitia aos homens votar.

3.2.1. O movimento pelo sufrágio no Brasil

No caso do sufrágio feminino brasileiro, Mott (2001) aponta como fatos importantes o advento da República e da lei eleitoral que estabelecia o voto para cidadãos maiores de 21 anos. Em 1890 a dentista Isabel Dillon se alista para votar e reivindica nas páginas do jornal *A Família* (jornal formado por mulheres de características conservador e assistencialista) o direito de se apresentar como candidata à constituinte brasileira. Dillon foi uma das primeiras mulheres brasileiras a propor leis de proteção à infância e à maternidade.

Os movimentos feministas brasileiros do final do século XIX e início do século XX podem ser associados à consolidação da mulher no papel de mãe, que embora tenha contribuído para sua cristalização no espaço tradicional da mulher, conseguiu paradoxalmente abrir espaço para seu ingresso em áreas de cuidado, levando a mulher a adentrar espaços de trabalho relacionados a essas práticas, como enfermagem e assistência social (Mott, 2001). Desta forma, os primeiros movimentos feministas no Brasil possuíam um caráter filantrópico e, muitas vezes, conservador, nem sempre alinhados a uma crítica do papel da mulher como mãe e esposa. Lutavam pela educação da mulher, para a proteção da saúde da mulher, pela maternidade e pela criança.

O primeiro grupo feminista brasileiro foi fundado em 1910, no Rio de Janeiro, pela baiana Leolinda Datron, chamado Partido Feminista Brasileiro. Em São Paulo, no ano de 1918, é fundado a Associação Feminista, grupo de cunho anarquista com fortes influências nas greves operárias. Em 1922 é criada no Rio de Janeiro a Federação Brasileira pelo Progresso Feminista (FBPF), cuja fundadora e principal voz foi Bertha Lutz, uma das primeiras mulheres a assumir um cargo público de nível superior no país (Mott, 2001, Costa, 2013). Esta federação existiu até 1937, quando ocorre a instalação da Ditadura de Vargas.

Segundo Mott (2001, p. 214) a FBPF tinha como meta:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
2. Proteger as mães e a infância;
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão;
5. Estimular o espírito de sociabilidade e de compreensão entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
6. Assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício “inteligente” desses direitos;
7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e Justiça no Hemisfério Ocidental.”

Dentro das visões da BFPP e de Bertha Lutz, a educação, trabalho e emancipação não eram conflitantes com o papel da família, da mãe e da esposa, e tampouco com a função altruística e cuidadora da mulher.

Em 1922 foi organizado no Brasil pela BFPP o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, com a participação da líder sufragista americana Carrie Chapman Catt (Mott, 2001). Também foram formadas comissões sobre diferentes temas: trabalho, educação, direitos políticos e civis, proteção da infância e maternidade, das quais participaram representantes de organizações profissionais femininas. Contou com a apresentação de importante trabalho de Valentina Biosca sobre o Trabalho Feminino nas Fábricas, que trouxe revelações sobre a condição da mulher nas indústrias têxteis. Na década seguinte, a FBPF

organizou seu II Congresso Internacional Feminista (1931), ainda na cidade do Rio de Janeiro. Esse congresso pleiteou:

sufrágio, mudanças na educação das mulheres no sentido de favorecer a profissionalização; organização de alojamento para mulheres universitárias; criação de um Departamento da Criança e da Mulher; inspeção feita por mulheres nos estabelecimentos fabris onde trabalhassem mulheres e crianças; direito a férias, salário mínimo e pagamento de acordo com o trabalho realizado, independente do sexo; sala de refeições e banheiros; licença maternidade; polícia feminina e assistência social a cargo de mulheres; revisão da lei referente à nacionalidade da mulher casada e das penas nos delitos de crimes contra a honra, ditos passionais (Mott, p. 216).

Com o avanço dos movimentos sociais de mulheres, muitas de suas reivindicações foram incorporadas à constituição de 1934. Na América Latina o sufrágio ocorre em diversos países em períodos semelhantes, sendo no Equador, em 1929, o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino; no Brasil, Uruguai e Cuba no início dos anos 1930; e na Argentina e Chile, logo após o final da Segunda Guerra mundial. As mulheres do México, Peru e Colômbia só vão conquistar o voto na década de 1950 (Costa, 2013).

3.2.2. A mulher como o ‘outro’

Simone de Beauvoir, filósofa francesa, publica em 1949 um importante livro para o feminismo. Beauvoir (1999) aponta que nunca havia antes pensado em escrever sobre a história da mulher, pois nunca havia se sentido fora do lugar por ser mulher. Ao indagar Sartre (com quem teve um relacionamento conhecido e polêmico, nunca tendo se casado com ele ou habitado a mesma casa) ele lhe diria que ela havia sido criada como um homem. No entanto, ao publicar esse livro termina por causar grande impacto no feminismo, convertendo-se em um dos principais textos sobre o tema e um importante articulador das temáticas do feminismo desde então. Segundo Varela (2005) o movimento feminista encontrava-se desarticulado após o sufrágio, parecendo não possuir razão de ser *O Segundo Sexo*. O grande impacto do livro, principalmente, junto às feministas americanas e outras mulheres ao

redor do mundo, que escreveram cartas à Simone de Beauvoir demonstrando seu apreço pelo trabalho, trouxe novo fôlego ao movimento. Assim, “*O segundo sexo* fez feminista a sua própria autora” (p. 84, grifos nossos).

Em *O segundo sexo* (Beauvoir, 1949/1999) é abordado o processo pelo qual a mulher é levada ao papel de o outro sexo, no qual o local d’O Homem é inquestionável, dado, natural, restando assim à mulher o local do outro, como um segundo sexo. O local de outro costuma ser um local recíproco; o estrangeiro é o outro para o povo e o povo se torna o outro para os estrangeiros. Porém, com a mulher não ocorre o mesmo, pois o homem nunca é o outro, é o centro do mundo, a medida e a autoridade, o que o feminismo chamará posteriormente de androcentrismo (Varela, 2005).

Em seu livro, Beauvoir (1949/1999) tenta explicar quais os processos que levam a mulher a esse local, quais os processos envolvidos no ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ e quais os pensamentos que sustentam a mulher nesse local de segundo sexo. Em seus questionamentos, a autora aponta que nenhum homem pensaria sobre a necessidade de escrever um livro sobre sua situação, que ao se identificar não é necessário ao homem apontar que ele o é, mas com a mulher mostra-se necessário dizer “sou mulher”. Como analogia a autora utiliza uma bateria, na qual o homem seria o polo positivo e neutro, enquanto a mulher seria o polo negativo, porém esse negativo traz em si a ideia de limitação, falta. Beauvoir comenta também como muitas vezes em seus debates se irritava quando lhe apontavam que “pensa assim por ser mulher”, ao que lhe restava responder apenas “penso assim por ser verdade”. Desta forma, aniquilava sua subjetividade, já que não lhe era possível responder “você pensa assim por ser homem”, pois o homem está em seu direito de sê-lo, a mulher é que é insensata (p. 17).

Para tentar formar seu argumento de como a mulher é levada a este local de outro. Beauvoir busca na biologia, no materialismo histórico e na psicanálise tais explicações, mas as rejeita, por considerar que a posição da mulher imposta pelos hormônios e maternidade,

pela evolução da propriedade privada e do trabalho ou pelo falocentrismo não são suficientes para explicar a posição da mulher como segundo sexo. Ela questiona então a existência da mulher e da feminilidade, por acreditar que a existência de uma fêmea na espécie humana é correta, mas a existência da mulher não é um fato concreto.

Um dos argumentos que Beauvoir usa é a existência do patriarcado. No sentido original, este é uma autoridade masculina religiosa que tem poder sobre todos que lhe estão subordinados. O termo também pode ser estendido aos homens adultos que têm poder sobre os familiares e empregados, concedido tanto por autoridades religiosas que compactuam dessa dominação, quanto por autoridades políticas que estimulam esse sistema de organização social. Trata-se, portanto, de uma ideologia na qual o homem é a maior autoridade, devendo as pessoas que não são identificadas fisicamente com ele (isto é, que não sejam também adultos do sexo masculino) serem subordinadas, prestando-lhe obediência. Pressupõe um sistema hierárquico baseado em poder masculino, que leva a subjugação da mulher ao domínio masculino (pai, marido, irmãos, filhos, netos). O patriarcado se relaciona à objetivação da mulher e é embasado por outros poderes sociais, como a Igreja e o Estado.

Segundo Beauvoir (1949/1999):

/.../ o triunfo do patriarcado não foi nem azar, nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, seu privilégio biológico tem permitido aos machos afirmar-se exclusivamente como sujeitos soberanos. Jamais abdicaram deste privilégio; em parte alienaram sua existência na natureza e na mulher, para em seguida a reconquistarem; condenada a representar o papel d'O Outro, a mulher estava igualmente condenada a não possuir mais que um poder precário: escrava do ídolo, jamais seria ela mesma a eleger sua sorte.” (pp. 77-78, tradução livre).

A partir disso, Beauvoir afirma sua frase célebre de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, negando com isso a natureza e o biológico em favor de uma construção histórica e social do ser mulher, fundamentada no papel da mulher ao longo do desenvolvimento da humanidade. Beauvoir afirma que desde a idade do bronze a cultura deu

mais valor aquele que arrisca a vida, ao trabalho de moldar o mundo – o que faziam os homens por meio do trabalho, das guerras, das conquistas – do que aquelas que geravam a vida – aquilo que as mulheres faziam.

Como ao longo da história as mulheres estiveram subordinadas ao mundo dos homens, aos valores e posições masculinas, elas foram condicionadas a posição de outro. Levadas a consciência de sua inferioridade, as mulheres tornaram-se passivas, submissas, aprendendo a aceitar, não criticar ou exigir outra posição, aceitando e naturalizando a posição masculina.

Beauvoir (1949/1999) defende, no entanto, possibilidades de transgressão deste estado de segundo sexo. Para ela a mulher poderia se inserir neste mundo do pensar, trabalhar e agir, um mundo tomado como pertencente aos homens, não diminuindo os homens, mas se igualando a eles. Só que para ela essa mudança exige mais do que apenas mudanças nas estruturas econômicas como afirmava Engels, mas uma mudança nas estruturas morais, sociais e culturais, que permitiriam assim iguais oportunidades educacionais e de exigências e, assim, homens e mulheres poderiam reconhecer a si como iguais, como sujeitos e logo levados a ser *um outro* para o outro, em um processo recíproco que não encerrará em si a divisão que engendra os seres humanos em duas categorias.

A partir do trabalho de Simone de Beauvoir inaugura-se outra área de estudos feministas, os *Estudos das Mulheres* que tiveram grande influência d'O segundo Sexo, tanto em suas temáticas quanto em suas metodológicas e abordagens multidisciplinares, tendo o importante papel de retirar as mulheres do rodapé das páginas e as elevando a temas centrais (Varela, 2005; Coenga-Oliveira, 2011). Tão grande é a importância do trabalho de Beauvoir que ele inaugura a terceira onda do feminismo.

3.3. Terceira Onda – Perspectiva relacional de Scott e a desconstrução de Butler.

Após o trabalho de Beauvoir houve grande volume de produção acadêmica sobre a mulher e o feminismo. Aqui neste trabalho duas autoras serão focadas com atenção especial.

Joan Scott, uma historiadora americana e sua teoria sobre gênero como um conceito relacional e Judith Butler sobre o gênero e identidade. Em comum essas autoras da terceira onda irão desenvolver e problematizar o conceito de gênero, elemento conceitual de vital importância, que dá sustentação teórica ao movimento feminista e promovendo a mudança do sexo de um conceito explicativo para um conceito a ser explicado (Amâncio, 2003).

Machado (1998) defende que a importância de se assumir estudos de gênero em detrimento de estudo das mulheres é que (1) assume-se a ruptura radical com um paradigma biológico frente a um paradigma sócio-cultural; (2) está frente à afirmação metodológica de preferência do gênero sobre qualquer substancialidade das categorias de homem ou mulher; (3) está diante da transversalidade do gênero ou da afirmação de que as relações de gênero perpassam diferentes áreas do social.

As autoras Scott e Butler trazem também aspectos do pós-estruturalismo e da pós-modernidade, com influências de Foucault, Derridá e Deleuze. Com ênfase nas questões da singularidade da experiência e da subjetividade, e nas produções discursivas, irão questionar a forma de produzir conhecimento e a possibilidade de manutenção da neutralidade (Perucchi, Toneli & Adrião, 2013).

Scott (1995) discute em seu trabalho como o gênero, uma distinção gramatical de distinção entre fenômenos baseado em distinções socialmente consensuais e não em uma relação objetiva entre traços, passou a ser utilizado pelas feministas americanas para dar um caráter social à distinção entre os sexos, enfocando sua construção histórica. Para Saffioti (1999) reside em Beauvoir e em seu trabalho seminal sobre a mulher os primórdios do conceito de gênero. Ao descrever sua mais célebre frase, ela já traria a ideia de uma construção social e histórica, de modo que se deveria aprender a ser mulher, pois isto não seria dado pela biologia ou pela anatomia.

Scott (1995) irá avaliar em seu trabalho como a inserção de gênero como uma categoria de análise da história impacta na percepção da própria história. Inicialmente, ela aponta como outros historiadores defendem que o estudo da história da mulher é um estudo da história da família e da mulher, não sendo relevante para o estudo da história da humanidade, mas apenas para o estudo da própria mulher, logo deveria ser estudado pelas mulheres à parte. Seus trabalhos buscaram denunciar como o político e o poder eram territórios estritamente masculinos, que resistiram à inserção de materiais ou temas sobre as mulheres, buscando analisar as formas como as mulheres buscaram se expressar politicamente em determinados contextos (Brito, 2001).

Scott (1998) defende que os estudos em história tomam duas perspectivas, ou descritivo dos fenômenos, sem com isso tentar entendê-los, ou causais, buscando explicar como e porquê eles ocorreram e assumem a forma que têm. Segundo ela, um dos papéis da história seria tornar visível o invisível, trazer à luz dos fatos, os sujeitos apagados dos livros de história, escrever a história da designação do outro, da atribuição de características que distinguem categorias de pessoas a partir da norma presumida. Para ela, os estudos têm adotado a nomenclatura estudos de gênero por implicar em uma postura mais neutra e objetiva, e desta forma, garantir a legitimidade acadêmica. Tal postura impactou o feminismo nos anos 1980, afastando-se da postura política que é declarada ao se designar estudos sobre as mulheres. Designando-se como estudos das mulheres, denuncia a invisibilidade da mulher na história e a busca por dar legitimidade a esta parte lesada. Assim, gênero permitira se adequar à terminologia científica das ciências sociais e se afastar da política ruidosa do feminismo.

Scott (1995) define seu conceito de gênero como: 1) elemento constitutivo das relações sociais baseadas na diferença entre os sexos; 2) forma primária de dar significado às relações de poder. Para ela qualquer mudança na organização social irá implicar em uma

mudança na organização de poder, porém essa mudança nunca será unidirecional. Isto implicaria em quatro elementos inter-relacionados: a) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; b) conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, tentando limitar e conter suas possibilidades metafóricas; c) questionamentos das noções de fixidez, desnudando a natureza do debate ou da repressão que produz a percepção de permanência atemporal na representação binária do gênero; d) a identidade subjetiva e as formas como as identidades generificadas são construídas e relacionar tais achados com as atividades, construções e representações sociais historicamente específicas.

Assim, Scott (1995) propõe em sua teoria um conceito de análise de gênero de forma mais sistêmica que deveria funcionar como categoria analítica, instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de gênero. Ao mesmo tempo, clama aos historiadores maior autoconsciência sobre a distinção entre vocabulário analítico e o material estudado (Bento, 2006),

Segundo a autora o principal postulado de sua teoria é que o gênero é o campo primário de estruturação das relações de poder, sendo o “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 19). Para ela o gênero estrutura toda a forma de percepção e articulação concreta e simbólica da vida social e na medida em que essas referências estabelecem o acesso às tecnologias do poder (em uma perspectiva foucaultiana) o gênero torna-se imbricado na própria concepção e construção do poder.

Em Foucault, o poder não estaria restrito a aplicação da lei, não é uma estrutura ou uma instituição, mas diz respeito à “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (Foucault, 2006, p.102) e “cujo esboço geral ou cristalizado institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação das leis, na hegemonia social” (2006, p. 103). Para Foucault o poder não é algo que se

adquirir, arrebatar ou compartilhar, ele se exerce a partir de inúmeros pontos, em meio a relações desiguais e móveis, as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações econômicas, sexuais, etc.; elas lhes são imanentes e possuem um papel diretamente produtor (Coenga-Oliveira, 2011).

Portanto, sendo o gênero o principal elemento estruturante e constituinte das relações de poder, ele é elemento persistente e recorrente na constituição de poder nas tradições ocidentais, marcando a visão engendradora nas instituições e nas relações sociais em formas de relações de gênero.

Algumas críticas à teoria de Scott se mostram necessárias. Bento (2006) salienta que ocorre um conflito quando Scott se propõe a ancorar os estudos de gênero nas diferenças percebidas entre os corpos-sexuados, pois ao fazê-lo estaria retirando o conteúdo histórico da construção dos corpos sexuados, retomando o binarismo da construção dos dois sexos. Para Bento, ao se propor como objetivo fornecer um instrumento analítico de compreensão da realidade das construções binárias entre os gêneros, acaba por cristalizar o conceito nesse binário e reforça a mesma estrutura, em um movimento tautológico. Levanta que o problema reside “no fato de que, ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo” (p. 76).

Dentre as autoras pós-modernas Judith Butler se destaca pela sua crítica aos pressupostos feministas. Para Butler (2003), o gênero é uma performance que não possui relação com o sexo, possuindo na verdade uma descontinuidade radical com o mesmo, ponto em que se opõe a teoria de Scott. A teoria de Butler desenvolve o conceito de identidade, mas através do deslocamento desta, propondo sua problematização em diversos contextos.

O gênero em Butler, assim como para outras teóricas pós-estruturalista, é um efeito do discurso. Porém este não é um discurso politicamente neutro, carrega em si elementos

hierárquicos e campos de poder. Louro (2000) afirma que o discurso da sexualidade é marcado por inúmeros discursos, mas que é preciso reconhecer que esses discursos não são neutros, revelando-se alguns destes discursos como privilegiados na disputa política, carregando a força da tradição, sugerindo uma legitimidade dificilmente questionada.

Apoiando-se nos pressupostos de Foucault, de genealogia do poder, e na teoria de microfísica do poder (Foucault 1999, 2008), Butler irá defender o estudo das relações de gênero em estudos da linguagem, da política e da estrutura jurídica.

Para Butler (2003), o gênero é anterior à cultura, assim sendo por ser “um campo politicamente neutro sobre a qual age a cultura” (p. 23), para inserir discursos e símbolos culturais específicos e assim criar uma relação binária entre sexo e gênero, em uma relação mimética entre esses conceitos. Desta forma, ao buscar conceituar gênero sem sexo cria-se o que Butler chama de artifício flutuante. Butler aponta que a identidade de gênero seria construída em termos da metafísica da substância, termo associado a Nietzsche, que descreveria uma armadilha entre o “Ser” e a “Substância”, “promovidas pela crença de que a formulação gramatical entre sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributos” (p. 42). A metafísica da substância seria responsável pela produção e naturalização da categoria sexo. Assim, expressões como ser mulher, ser heterossexual, seriam sintomas dessa metafísica da substância do gênero e tenderiam a subscrever a categoria gênero à noção de identidade, levando a conclusão que uma pessoa é um gênero e o é em virtude de seu sexo, com seus desdobramentos psíquicos em diferentes expressões do Eu. O par gênero/sexo é constituído aqui a partir da diferenciação do seu oposto, de modo que ao expressar “sinto-me um homem” ou “sinto-me uma mulher”, carrega a marca da diferença em relação ao gênero oposto, assim uma pessoa é seu gênero por não ser o outro gênero. “O gênero só existe quando se materializa na prática do social, heterogênea em sua historicidade” (Navarro-Swain, 2001).

Próximo a esse sentido Arán (2003), ao retomar Deleuze, defende que o corpo não é definido pela substância, nem pelos órgãos ou funções, mas pelo movimento, pelo conjunto de afetos intensivos. Butler (2003) argumenta que o gênero existe como unidade de experiência ao conter em si o sexo e o desejo, por compreender que o sexo exige o gênero como uma unidade de designação psíquica e cultural do eu, e um desejo, sendo este o desejo heterossexual, que é diferenciado pela marca da oposição, desejo aquele gênero que não é o meu. A coerência interna do gênero exigiria, desta forma, a existência da heterossexualidade normativa, estável e oposicional, que delimitaria em si as possibilidades internas do gênero dentro do sistema binário e naturalizado de sexo/gênero.

A existência e proliferação de identidades incoerentes a essa relação binária aponta para a oportunidade de criticar essas práticas reguladoras e semear matrizes rivais e a desordem para o gênero (Coenga-Oliveira, 2011).

Ribeiro (2006) em seu estudo sobre brincadeiras na socialização de meninas e meninos no interior da Bahia mostra como apesar da hegemonia nas representações em torno do masculino e da masculinidade, posturas diferenciadas são assumidas por meninas e meninos, nas quais as meninas também exercem poder sobre meninas e meninos, embora ao assumir posições de poder as meninas o busquem fazer negando o campo da sexualidade, relegando a sexualidade ao mistério, ao obscuro e ao masculino. Assim, mesmo quando aparentemente atuam em um campo onde não possuem legitimidade, o fazem dentro das práticas discursivas aceitas para seu papel de mulher. Heilborn (2006) defende que a sexualidade (assim como o gênero é aqui discutido) é uma atividade aprendida, os indivíduos são socializados para a entrada na vida sexual através da cultura, que agirá de modo a orientar as práticas e comportamentos aceitáveis para cada grupo social.

Butler (2003) utiliza-se do caso de Herculine Barbin, uma hermafrodita, e o postulado de Foucault de que a categoria sexo é anterior a qualquer caracterização da diferença sexual,

sendo ela própria uma construção de uma sexualidade historicamente específica. Para ela, a postulação de sexo como uma causa das experiências sexuais, do comportamento e do desejo oculta em si os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção da descontinuidade binária do sexo. Por meio do caso de Herculine, Foucault mostra que a crítica das categorias reificadas do sexo é uma consequência imprevista das práticas sexuais que fogem às explicações normativas e naturalizadas do discurso médico-legal da heterossexualidade. As limitações discursivas e linguísticas encontram seu limite em Herculine porque ela/ele ocasiona uma “convergência e desorganização das regras que governam sexo/gênero/desejo” (p. 46). A descontinuidade incoerente da identidade de Herculine possibilita a crítica à metafísica da substância, pois o mundo de prazeres existente em sua heterogeneidade sexual é representado por qualidades sem a substância permanente à qual estaria supostamente ligado, funcionando como atributos flutuantes, agindo como uma experiência de gênero que não pode ser captada pela gramática substancializante e hierarquizante.

Por esses elementos, Butler (2003) defende que o gênero não é substantivo e nem um conjunto de atributos flutuantes, pois possui efeito substantivo performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, ele é performativo dentro do discurso da metafísica da substância, constituinte da identidade que supostamente é. Assim, Butler afirma que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero, essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (p. 48).

3.4. Gênero e violência

Os estudos sobre gênero e violência têm a tradição de marcar o gênero na violência ao apontar que assim como existe a diferenciação do homem como detentor do espaço público e político e a mulher do espaço privado (Bourdieu, 2012), a violência também é marcada por

essa diferenciação, com homens sofrendo a violência nos espaços públicos e as mulheres nos espaços privados (Griffin, 1994, Fávero, 2010), marcadamente domésticos, onde o agressor é frequentemente o parceiro, mas não restrito a ele, podendo também ser pai, tio, irmãos ou mesmo filhos e se manifestando de diversas formas, incluindo abuso sexual infantil, espancamento, abuso contra a mulher e estupro, ou formas não físicas como assédio sexual, assédio moral e a pornografia.

Griffin (1994) aponta estatísticas que variam de 20% na Colômbia, 28% no Canadá e Estados Unidos e até 78% na Índia de prevalência de violência doméstica; em cidades dos Estados Unidos uma em cada seis mulheres entrevistadas revelaram ter sofrido agressão de seus maridos durante a gravidez, enquanto 10 a 14% das americanas declararam ser forçadas a fazer sexo por seus maridos. Griffin (pp. 146) ainda levanta estatísticas sobre o Brasil: dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Homicídios (PNAD) de 1988 indicam que em mais que 50% dos casos de violência física o agressor era parente da vítima, 50% dos casos de estupro registrados nas 125 Delegacias de Mulheres entre janeiro de 1991 e agosto de 1992 ocorreram na família, em 1990 as Delegacias de Mulheres de São Paulo relataram 841 casos de estupro, entre julho de 1991 e agosto de 1992, foram registrados 79.000 casos, do total nacional de 205.000 crimes contra a mulher, o que representa 562 crimes baseados no gênero reportados diariamente.

Ao focar no estupro como objeto de estudo, estatísticas vão apontar que nos Estados Unidos 683 mil mulheres adultas são estupradas por ano e 200 mil crianças são sexualmente abusadas, enquanto no Brasil os Estados com maior percentuais, em relação ao total de delitos contra as mulheres, são Alagoas (13,3%), Pernambuco, (19,1%) e Espírito Santo (19,8%), com estimativas nacionais de mais de 1000 estupros por dia (Sudário, Almeida & Jorge, 2005).

Esses dados apontam para uma realidade alarmante de violência contra a mulher, que como apontado por Kaufman (1987) é construída como objeto ideacional do desejo masculino e subjugada a uma relação de poder desbalanceado. Dentro deste contexto de grave vulnerabilidade da mulher à violência praticada por seu parceiro íntimo, uma violência que era invisível, pois considerada direito do marido e dos pais de usar a violência para educar suas filhas, ou do marido de fazer sexo com suas esposas, os estudos feministas buscaram trazer luz a este tema e torná-lo alvo de debate público e político.

A violência de gênero é aquela, então, que visa à preservação das diferenças hierárquicas entre os gêneros, pela manutenção das diferenças de poder e da desigualdade (Saffioti & Almeida, 1995). Dentro desta definição, a violência de gênero abrangeria como vítimas as mulheres, adolescentes e crianças de ambos os sexos, que podem ser acometidas tanto por homens como por mulheres. Fávero (2010) aponta uma vitimização dos meninos sofrendo mais violência física e das meninas sofrendo mais violência sexual, enquanto as adolescentes estão em maior risco que os adolescentes, tanto para violência física quanto sexual. Saffioti (1997, como citado em Fávero, 2010) aponta que as mulheres têm importante papel na manutenção da violência contra as crianças, mas considera ainda o homem como o principal agressor físico, com suas vítimas sendo tanto os filhos quanto as filhas.

Risman (1998, como citado em Dias & Machado, 2008) identifica três abordagens diferentes para o estudo da violência conjugal, a individualista, estruturalista e a interacionista:

- 1) Individualista: segundo esta abordagem o gênero é um traço da personalidade que os indivíduos incorporam, através de predisposições biológicas ou da socialização e que a propensão para a agressão e violência seria uma característica masculina, podendo ser inata ou aprendida. Porém, quando adotado este referencial os dados empíricos indicam não haver maior propensão masculina para a violência,

contradizendo a própria teoria, o que leva a alguns teóricos defender que gênero não é um importante preditor para a violência;

- 2) Na abordagem estruturalista o gênero é uma estrutura social que organiza as instituições sociais, bem como identidades, atitudes e interações, colocando homens e mulheres em papéis, categorias e ocupações desiguais. O gênero existe aqui como uma força social que opera independente dos indivíduos e de suas vontades. As diferenças de gênero na violência se dariam porque os homens recebem mais instruções para o uso da violência e as mulheres são desencorajadas a usar a violência ao longo da socialização, ao contrário dos homens que são cada vez mais encorajados, assim como as consequências do uso da violência são desiguais;
- 3) A abordagem interacionista entende o gênero como uma característica da interação social e não como uma característica da pessoa, de modo que indivíduos fazem gênero nas suas interações diárias e tem performances de masculinidade ou de feminilidade. Nesta perspectiva o gênero é uma consequência das práticas sociais. O interacionismo também inverte a pergunta de como a violência causa a masculinidade, questionando como a violência produz a masculinidade, pois acredita que a violência pode ser utilizada na socialização masculina para demonstrar como é “um verdadeiro homem”. Estudos interacionistas apontam que homens fazem uso da violência quando sentem que a sua posição de autoridade é desafiada, sendo então a violência um meio (uma tecnologia de poder em termos foucaultianos?) pelo qual homens demonstram e alcançam sua masculinidade, reiterando sua posição;

O tema da violência, amplamente discutido nas relações maritais, passou a ganhar espaço nas relações entre jovens, adotando o nome de violência no namoro pelos

pesquisadores, quando os cientistas sociais se atentaram para a grande prevalência de violência nas relações amorosas de jovens, nos quais a presença de respostas agressivas para conflitos são fatores de risco para a violência conjugal (Caridade & Machado, 2006). Por essa razão, ao buscar prevenir a violência nas relações de namoro, as estratégias de prevenção poderiam estar a um passo a frente contra a violência conjugal, interrompendo o ciclo antes que alcance níveis de comprometimento mais graves.

Em pesquisa realizada em São Paulo, com 455 universitários, Aldrighi (2004) encontrou que 21% dos jovens registraram a ocorrência de ao menos uma agressão física no último ano, enquanto 19,4% registraram cerca de 12 episódios de agressão durante os últimos 12 meses, sendo que em 72,4% dos casos eram de agressão mútua entre os pares. No seu estudo com 302 jovens de Recife sobre violência física, Almeida (2010) encontrou que 87,2% da amostra já haviam sofrido alguma forma de violência e 19,6% já haviam sido vítima de violência física. Um estudo de âmbito nacional que avaliou 3.205 adolescentes em dez capitais brasileiras, encontrou que 86,9% dos jovens foram vítimas e 86,8% já praticaram algum tipo agressão contra o parceiro, podendo esta ser física, sexual ou psicológica (Oliveira, Assis, Njaime & Oliveira, 2011). As autoras verificaram ainda que 76,6% dos participantes são tanto vítima como autor das diversas formas de violência (p. 87). Minayo, Assis e Njaime (2011) também encontraram a bidirecionalidade da violência entre os parceiros como fator relevante em um estudo com 3200 adolescentes em diversas capitais brasileiras.

Este é um dos pontos mais interessante para os temas discutidos nessa dissertação: o fato de as pesquisas sobre violência no namoro apresentarem em comum o relatos dos sujeitos de práticas mútuas de agressão, tanto homens quanto mulheres, que vivem o duplo papel de agressores/agredidos. Estes dados apresentam aproximação com aqueles encontrados por Alvin e Souza (2005).

A violência no namoro traz graves impactos àqueles que a vivenciam, desde os danos físicos causados, até transtornos de comportamento e emocionais, como depressão, consumo de substâncias, suicídios, transtorno de alimentação (Anaconda, 2008), baixa autoestima e autovalor, aumento de culpabilização, raiva e ansiedade, tanto para a vítima quanto para o perpetrador (Cornelius & Resseguie, 2007). Apesar da grande prevalência do fenômeno e dos danos potenciais causados pela violência nas relações de namoro esta é uma questão marginalizada e pouco tratada nos discursos sociais e educativos em comparação com a violência marital (Matos et all, 2006).

Em qual ponto ocorre então, a cisão que leva a grande divergência entre relações violentas no namoro de adolescentes, nos quais a prática mútua de agressão é um fator constante e prevalente, para relações conjugais violentas, em que a mulher é agredida pelo marido em relações de caráter unidirecional, com papéis bem definidos de vítima e agressor?

Não se pode é claro, considerar que relações de namoro adolescentes possuem as mesmas características que relações conjugais entre adultos. Existe no caso de adultos uma codependência maior entre as partes. O maior compromisso de uma união civil ou casamento torna também mais difícil abandonar a relação violenta, bem como ser adolescente implica em ainda viver com os pais e com isso contar com maior rede de apoio para enfrentar o problema. Esses e diversos outros fatores podem ser levantados para buscar entender as diferenças das relações acima expostas. Porém, estes fatores ainda são insuficientes para entender como entre estes dois campos de pesquisa o homem passa a figurar como agressor majoritário, quando não, o único agressor.

Neste ponto deve-se buscar Elizabeth Badinter (2005, p. 86) ao dizer que “na falta de perguntas, não há respostas, e o silêncio total que se guarda sobre isso torna ainda mais difícil a queixa dos homens maltratados”.

Dentro deste contexto Granja e Medrado (2009) utiliza a expressão que “óculos foram colocados” para se referir ao fato que estamos olhando para os acontecimentos de maneira intencional, em um posicionamento reflexivo já marcado pelo pressuposto que as relações de gênero desiguais marcam nossa sociedade. Eles afirmam “Contudo, em meio a tantas identificações, é preciso sinalizar também o estranhamento diante da narrativa que surge, no espaço desse encontro, como naturalizada: se a violência de gênero é crime, ao homem, nomeado agressor, cabe apenas punição, a prisão” (p. 25).

Os autores buscam criticar o que é visto como objeto natural e a sua historicidade, buscando colocar em dúvida a narrativa que coloca o homem como autor da violência, naturalizando sua posição como agressor. Segundo eles, enquanto a violência contra a mulher ganha mais destaque na mídia, clamando pela punição dos homens autores da violência, o debate acadêmico tem contribuído bem pouco para a compreensão deste homem como pessoa, carente de atenção e cuidado em saúde.

Medrado e Mello (2008) apontam a existência de lacunas no enfrentamento da violência contra a mulher, entre elas o fato de não fazer alusão a trabalho de prevenção com a população masculina e também por não apresentarem uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos agressores, com finalidade prevista na Lei Maria da Penha, Lei 11.340, como de educação e reabilitação (Art. 35), e recuperação ou reeducação (art. 45). Medrado, Lemos e Brasilino (2011) defendem o investimento em discussão sobre a atenção aos chamados agressores para viabilizar a implementação da Lei de modo eficaz e planejar uma estratégia eficiente de enfrentamento da violência contra a mulher que possa superar o binômio agredido-agressor e proteção-punição, indo assim ao encontro da dimensão relacional do gênero.

Mostra-se necessário o redesenho das figuras de vítimas e de agressor como construções simbólicas, principalmente em face da associação naturalizada entre

masculinidade e violência, que irá identificar o homem como agressor devido a forte associação da violência como atributo da masculinidade (Sarti, Barbosa & Suarez, 2006). Sendo a violência um aspecto também relacional, torna-se importante compreender sua prática em face de seus distintos autores, agressor e agredido, bem como seus determinantes culturais distintos.

Segundo Gilligan (2010), para se compreender a violência física, deve-se compreender a violência masculina, visto que a maior parte da violência é cometida por homens, geralmente em outros homens, e apenas será possível compreendendo os papéis que condicionam os homens à prática da violência, nos quais eles são socializados em códigos de gênero de suas culturas particulares. Além disso, apenas pela compreensão do(s) gênero(s) complementar(es) e a forma como estes são reciprocamente construídos pelo contraste e pela complementariedade é que se poderá entender os papéis masculinos na nossa cultura.

Em um estudo que busca a construção de sentido junto a homens considerados agressores em uma ONG que promove grupos de intervenção de prevenção à violência, Guaresch e colaboradoras (2006) encontraram em seus sujeitos a busca por estratégias alternativas de resolução de conflitos que não passem pela violência, contudo após falhas subsequentes destas estratégias acabam por recorrer as estratégias em que foram socializados, cumprindo assim o papel ao qual foram designados. As autoras apontam também que é necessário pensar projetos para a prevenção da violência masculina, que possibilite vê-los como sujeitos e ajudar homens a se concretizarem como tal e fugir de programas que venham a subscrevê-los e naturalizá-los como agressores e violentos.

Ao realizar um estudo com 30 grupos focais com homens e mulheres no município de Ribeirão das Neves- MG, buscando discutir o envolvimento de ambos com a violência, com foco especial na vulnerabilidade masculina, Alves e colaboradas (2012) defendem que não ocorre maior envolvimento do homem com a violência, mas que a violência possui

características que levam os homens a praticar mais violência física e sexual e as mulheres tendem a práticas mais sutis e invisíveis de violência, que seguem as formas de dominação a que homens e mulheres estão submetidos. Para elas “a vulnerabilidade dos homens é agravada por sua socialização, que os condiciona à posição de dominador, institui a violência como um atributo próprio da sua natureza e os aprisiona na condição de vítimas e autores de violência” (p. 880).

Em um estudo que promove estranhamento logo em seu título - “Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores” - promovendo assim uma crítica à dicotomia homem agressor/mulher vítima, Alvin e Souza (2005) examinaram 3 mulheres e 7 homens que sofreram violência em relacionamentos conjugais. Este estudo encontrou que todos os sujeitos foram unânimes em responder a comportamentos violentos com violência, tendo sido a violência psicológica a principal ferramenta de resposta. Este estudo traz também dois importantes questionamentos que muito raramente ocorrem no estudos de gênero e violência: a prática da violência pela mulher e o homem no papel de vítima da violência conjugal.

Badinter (2005), ao buscar apontar os rumos perigosos tomados pelo feminismo critica a incapacidade dos estudos de gênero de perceber a mulher como agressora e o homem como agredido. Para isso aponta dados de instituições europeias que mostram que na Alemanha, entre 5 a 10% das vítimas de violência doméstica são homens espancados pelas esposas, o que levou a criação do primeiro abrigo para homens espancados em Berlim. Mordaz em suas críticas, Badinter afirma que a França trata o assunto como se não existisse, não muito diferente do Brasil, diga-se de passagem. A autora discute como a própria afirmação de homem espancado surge como um paradoxo, pois no feminismo e no inconsciente coletivo em geral, os homens abusam da sua força para oprimir os mais fracos ou os protegem, mas nunca são imaginados como vítimas ou as mulheres como agressoras.

A incredulidade sobre os homens vitimados surge pela percepção da maior força física masculina, que deveria permitir a eles se libertarem de relacionamentos violentos, logo se não o fazem se deve ao masoquismo ou a covardia. Com isso, não conseguem alcançar simpatia e credulidade junto ao público, sendo renegados à posição de estigmatizados. Badinter (2005) discute que os mecanismos que mantêm homens em relacionamentos violentos e opressores não é tão diferente daquele que aprisiona mulheres. A violência desintegra o ser humano, promovendo humilhação e vergonha, que leva o indivíduo a abdicar da liberdade com medo de admitir a posição em que se encontra.

Badinter (2005) não questiona a violência feminina apenas nos relacionamentos conjugais, ela critica a invisibilidade do tema ao longo dos estudos feministas que mantiveram-se afastados da participação feminina em diferentes marcos, tanto em eventos históricos como o nazismo e em Ruanda, quanto na violência feminina urbana, fenômeno crescente no Canadá, Estados Unidos e Europa. A violência urbana cometida por moças continua a ser um não-assunto, mas que já reconhecidamente produz penas mais brandas para mulheres que cometem os mesmos delitos que homens (p. 83).

4. Masculinidades, sexismo e o machismo

Muitas das explicações sobre as raízes do comportamento violento masculino vão se basear no entendimento da construção do sexismo e do machismo como estruturas sócio-históricas hierárquicas que estabelecem a diferença entre homens e mulheres.

O sexismo pode ser entendido de forma simples como o pressuposto da existência de dois sexos, que são diferentes entre si. A partir dessa diferença percebida entre os sexos e das relações de poder que se estabelece nesta diferença surgem as diversas implicações a serem discutidas. A seguir serão apresentadas algumas teorias sobre o machismo e sobre o sexismo para dar embasamento a essa discussão.

4.1. Machismo

Roger Lancaster (1992, como citado em Guttman, 2013) realiza um estudo sobre as bases do machismo na Nicarágua, em que diz que determinar o caráter sistêmico do machismo é predicado em seguir a trajetória histórica dos usos do termo, realizando para isso um estudo histórico da transformação da palavra macho. Já que essa trajetória leva a direções variadas em tempos e em circunstâncias distintas, no México e na Nicarágua, por exemplo, o conteúdo estrutural e material de machismo deve ser levado em consideração. Um tema central e recorrente em muitos, senão na maioria, dos significados de machismo é o corpo físico. Este tema se manifesta como espancamentos, proezas sexuais, consumo de bebida alcoólica, travessuras temerárias e as categorias de “homem” e “mulher”, problema nem tão simples assim de definir.

Guttman (2013) discute como o machismo tem características ambivalentes, tendo sido no México muitas vezes associado, em suas origens, a características femininas, ao mesmo tempo em que foi associado a soldados andaluzes conquistadores, seus ancestrais culturais, ou a invasores gringos ianques no início do século XIX. Comum a todas as formas de machismo parece estar o culto à virilidade. O autor encontra uma marcação histórica bem

específica para o machismo, ao menos no México: o cinema dos anos 1950 e as lutas ultranacionalistas das revoluções Mexicanas ocorridas no mesmo período, buscando vangloriar o homem mexicano, seus feitos, bravura, força, honra e virilidade.

O machismo apontado por Guttman (2013) possui fortes raízes na América Latina, com proliferação no México, Caribe, América Central e do Sul. Nos Estados Unidos este é identificado como um fenômeno da América Latina e estudado como tal. Segundo o autor a primeira impressão americana sobre o termo data de 1948, em um estudo de Griffith. Nas tradições de estudos americanos o machismo não é uma característica masculina, mas sim uma característica de mexicanos e descendentes e acaba sendo adotado em uma luta ideológica xenofóbica.

No México, o ideal machista aponta para valores idealizados de virilidade e honra, mas também de agressividade, que podem ser identificados no trecho da entrevista a seguir:

Ser macho agora faz parte do cenário. Ser macho é uma atitude. Há gestos, movimentos. É acreditar que potência genital guarda a chave do universo, tudo isso. Isso vem da noção de perigo à noção de se gabar; isso é a diferença entre um macho e um homem. Como diz a música, “Se você tiver que me matar amanhã, porque não resolver isso agora, então?” – isto é ser muy hombre. “Tenho quatro mulheres” – isto é ser muy macho. (Carlos Monsiváis, entrevista com o autor, 20 de fevereiro 1993, como citado em Guttman, 2013).

A conquista de mulheres e a agressividade. Elementos centrais apontados por Guttman (2013) em seu estudo sobre o machismo Mexicano.

Pedro Paulo de Oliveira (2004) vai buscar em Elias e no em seu estudo sobre o processo civilizador (1994a, 1994b) as raízes do machismo. Elias (1994b) irá mostrar em seu estudo a relação entre a constituição dos Estados e o processo de civilização dos costumes, ao revelar a forma como a constituição da burguesia como classe em ascensão e da aristocracia

que deixa de ser a classe guerreira e passa a ser a classe cortezã ocorre à medida que o soberano acumula em si (sob a égide do Estado) o controle da tributação e das forças armadas, aumentando assim o poder do próprio Estado. Conjuntamente a isso Elias (1994a) discute o surgimento das ideias de *Civilité* na França e de *Zivilisation* e *Kultur* na Alemanha, que irão resultar em uma onda que varre a Europa, introduzindo a ideia de civilidade e de organização da sociedade pela pacificação dos costumes. Esse processo leva à alteração da forma de se vestir, de se portar, de comer, conversar, dançar, andar, ou seja, de toda a organização da sociedade que passa a ter outros elementos como valores de organização.

Apoiado em Elias e com foco na formação dos Estados nacionalistas europeus do século XX, em especial no período pós primeira guerra, Oliveira (2004) evidencia o delineamento de um ideal de homem viril, agressivo, defensor da pátria e da nação, guerreiro habilidoso, corajoso e valente, que de modo aparentemente contraditório, se une ao ideal apontado por Elias, de honra, equilíbrio e comedimento do novo homem burguês. A contradição é vencida nos diferentes papéis que esses homens poderiam adotar. O homem burguês ideal deveria assim se portar em suas relações com sua nação e seus compatriotas, já o selvagem guerreiro assim o deveria ser em seu enfrentamento das nações vizinhas, dos invasores inimigos.

Os processos de militarização ocorridos no entre guerras foi essencial para o desencadeamento destes ideais. Oliveira discute amplamente os efeitos do fascismo e do nazismo no desenvolvimento crescente do homem guerreiro do século XX, discutindo a influência das instituições militares, do ideal nacional de representante da nação como um homem superior.

Minayo (2005) aponta que “A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental”. Então quais elementos podem ser encontrados no Brasil como base do machismo? Para discutir o

machismo, Minayo se apoia nos estudos de Machado (2001, como citado por Minayo, 2005) e aborda o caso brasileiro em três situações: o estupro, a violência contra a mulher na condição de conjugue e o homicídio de homens contra homens.

No caso do *estupro* realiza-se superlativamente a dissociação entre o sujeito e o objeto da sexualidade, entre o apoderamento sexual do outro e a anulação da vontade da vítima. O “macho”, do ponto de vista sexual, deixa-se levar pela fraqueza, pois seus impulsos são tão fortes que ele não consegue controlá-los, por isso, “naturalmente” precisa ser compreendido e perdoado. O “não” da mulher nunca deve ser considerado verdadeiro e sim parte do ritual de sedução. Portanto, a plenitude da *macheza* não admite que a mulher (em sendo objeto) possa dizer “não”.

No caso das *relações conjugais*, a prática cultural do “normal masculino” como a posição do “macho social” apresenta suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”. Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas “seus excessos” e não sua função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar.

No mundo da *criminalidade*, a ideia de macho violento se baseia na mesma crença do masculino como o espaço da iniciativa, do poder e da imposição da vontade, fazendo a associação dos planos da sexualidade e da sociabilidade.

Machado (2001, como citado em Minayo, 2005) analisa essa dinâmica tomando como exemplo as falas de jovens infratores do Distrito Federal. A partir deles, busca entender os efeitos da pós-modernidade sobre a construção das categorias de masculinidade em associação com novas modalidades de violência. A autora evidencia a convivência de várias lógicas temporais fortemente presentes na sociabilidade violenta dos jovens infratores:

- 1) a permanência do machismo da “honra”;

- 2) o crescimento da consciência de direito, vivido no exagero do “individualismo das singularidades” que se expressa no culto da hiperliberdade individual *per si*;
- 3) a experiência da compressão do tempo-espaço pela valorização do tempo curto e rápido e
- 4) o culto do imediatismo nas vivências de prazer e sucesso.

No entendimento de Machado (2001, como citado em Minayo, 2005), o machismo pós-moderno é um fenômeno novo que vive da velha cultura patriarcal e a reafirma nos “vícios” e “compulsões” da sociedade pós-tradicional. Sua performance violenta não é, necessariamente, contra um rival específico, o que ocorre frequentemente nas expressões da violência tradicional. Ao contrário, exterioriza-se nas ações de exibição e vanglória, demonstrações de poder e prestígio, mas também de crueldade, como uma corrupção de valores individualistas.

Minayo (2005) conclui, apontando dois instrumentos que servem ao machismo pós-moderno que se associa à violência que fere, provoca lesões e mata: 1) o carro, símbolo da potência, do tempo veloz e da hiperliberdade hedonista para os rapazes da classe média; 2) a arma de fogo, mediando a performance exibicionista de adolescentes e jovens das classes populares, que internalizaram o tempo curto da pós-modernidade com o contexto de seu rápido prazer e domínio.

4.2. Sexismo

Rosemberg, Moura & Silva (2009) apontam a trajetória dos Livros Didáticos (LD) e os movimentos políticos e acadêmicos relacionados ao estudo e aperfeiçoamento de seus conteúdos. No período pós Primeira Guerra mundial houve uma busca por retirar dos livros didáticos conteúdos xenofóbicos. Este movimento culminaria futuramente com a busca por usar os LD's para investigar relações de gênero.

A análise das imagens de “mulher”, “relações de gênero”, “sexismo”, “estereótipos sexuais ou de gênero” nos LD, que se inicia nas décadas de 1960-1970, toma o LD como “informante” ou como “construtor” de mentalidades, no caso dos “papéis sexuais” ou das “identidades de gênero” conforme o período considerado. Este movimento originou-se e se fixa como uma produção de acadêmicas e ativistas feministas que estão demarcando um problema social – a denúncia da “educação diferenciada” de meninas e meninos, o viés “sexista” na educação – e construindo agendas e estratégias políticas de combate à discriminação das mulheres.

É sem dúvida a década de 1970, com a institucionalização do novo movimento de mulheres, inclusive na academia, que inaugura e enquadra os enfoques desse novo problema social: a superação da educação diferenciada de homens e mulheres na escola e da veiculação de estereótipos sexuais no currículo escolar e nos LD.

Dois estudos Norte-americanos, responsáveis por importantes movimentos de estruturação da educação diferenciada para homens e mulheres, denunciam a diferença que homens e mulheres recebiam no ensino.. A tese de Zimet, lançada em 1968, sobre papéis sexuais em quatrocentos anos (1600 a 1960) de história norte-americana de livros de leitura e a publicação na coletânea *Woman in sexist society: studies in power and powerlessness*, onde Marjorie B. U’Ren (professora em Berkley e membro, na época, da National Organization for Women – Now –) assina o artigo “The image of woman in textbooks”, denunciando o fato de homens e mulheres não receberem a mesma educação no sistema educacional.

Rosemberg, Moura e Silva (2009) apontam que são nestes estudos surgidos na década de 1970 que é cunhado o termo sexismo, que seria um neologismo buscando aproximar ao sentido de racismo, carregando o sentido de estereótipos sexuais. Estudos atuais trazem uma nova compreensão sobre o sexismo. Para eles, o sexismo estaria enquadrado em uma linha sociocognitiva, na qual se pretende uma aproximação das pesquisas que compreendem o

sexismo como um conjunto de estereótipos que atuam na avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal do papel apropriado na sociedade, dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo (Formiga, Golveia & Santos, 2002). O sexismo estaria inserido dentro de um contexto histórico e cultural.

Os autores defendem que na sociedade atual, com sanções legais contra juízos e condutas discriminatórias em relação ao gênero, o sexismo parece estar tomando novos contornos, passando a ser mais sutil e disfarçado. Neste contexto, eles articulam a vigência de novas formas de sexismo, entendidas então como ambivalentes por não serem tão diretas e claras como as posturas mais tradicionais de discriminação, geralmente baseadas na assumida inferioridade ou diferença das mulheres como um grupo.

Diferentemente de outras formas de intolerância social (por exemplo, racial, religiosa, econômica), o preconceito em relação à mulher não é uniformemente negativo. É dentro desta concepção que surge a definição de uma manifestação sexista ambivalente.

Glick e Fiske (1995, como citado em Ferreira, 2004) defendem a existência de duas formas de sexismo, o sexismo hostil, mantido pela grande antipatia contra a mulher e pelo patriarcado, e o sexismo benevolente, que sustenta condutas mais positivas em relação à mulher, uma visão romantizada e a idealização dos papéis de mãe e esposa. O sexismo hostil corresponde à faceta mais tradicional do sexismo, que impõe papéis sociais hierarquizados, que situam a mulher em uma posição de inferioridade e desempoderamento, porém essa compreensão tradicional não permite um entendimento mais claro de fenômenos atuais. O sexismo benévolo propõe um entendimento mais atual do fenômeno, ao permitir entender como manifestações aparentemente positivas em relação às mulheres, carregam em si a marca da diferenciação e conteúdos simbólicos paternalistas que entendem a mulher como carente de cuidados.

Tanto o sexismo hostil quanto o benevolente possuem três componentes: o paternalismo, a diferenciação de gênero e o heterossexualismo (Ferreira, 2004, Formiga, Golveia & Santos, 2002).

- 1) Paternalismo: Refere-se ao relacionamento que se estabelece com a mulher no mesmo sentido em que um pai se relaciona com o seu filho, podendo ter: um matiz tanto de domínio (paternalismo dominante) que corresponde ao sexismo hostil por entender a mulher como incapaz, como de afeto e proteção (paternalismo protetor) que corresponde ao sexismo benevolente por entender a mulher como carente de proteção e cuidado;
- 2) Diferenciação sexual: no sexismo hostil esta diferenciação se apresenta como competitiva, percebendo-se o homem como exclusivo possuidor de traços e habilidades que são necessários para dirigir as instituições sociais mais importantes, já no caso do sexismo benévolo, tem lugar uma diferenciação complementar, onde são identificados atributos positivos na mulher, mas que são complementares aos que possuem os homens;
- 3) Heterossexualidade: destaca-se por um lado que a mulher, figura de sedução e ardil, irá utilizar seus atrativos e sensualidade para dominar o homem, e a motivação sexual deste está associada a um desejo de intimidade com a mulher (sexismo hostil); por outro lado, fala da complementaridade do homem e da mulher que os leva a necessidade um do outro (sexismo benevolente).

4.3. Bourdieu e a Dominação Masculina

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, escreveu diversos trabalhos sobre a dominação. Adota para os seus trabalhos a nomenclatura de construtivismo estruturalista, que consiste em admitir a existência no mundo social de estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor,

coagir a ação e a representação dos indivíduos, os quais ele chama de agentes. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente, assim como os esquemas de ação e pensamento, que ele dá o nome de *habitus*. Bourdieu entende as relações entre as estruturas objetivas e os agentes como uma dialética, onde a relação entre os dois ocorre de maneira mútua e constante. Um dos temas recorrentes da obra de Bourdieu foi o questionamento das dicotomias existentes nas ciências sociais.

Bourdieu (2006) baseado em um estudo da cidade em que passou a infância (Béarn, no Sudoeste da França), realizado nos anos 1960, combinando história, estatística e etnografia, inicia o desenvolvimento de sua teoria de Violência Sutil. O autor demonstra como as posições econômicas e sociais influenciam no crescimento da taxa de celibato em uma sociedade camponesa baseada na primogenitura. Isso ocorre graças à mediação da consciência incorporada (*habitus*) que os homens adquirem de sua posição social. Para isso ele usará os bailes como modo de analisar as interações entre homens e mulheres, mostrando como as mulheres que são socializadas com a cultura urbana acabam por desvalorizar os jovens socializados com o modo camponês rústico, afastando-os gradualmente do ideal construído de par ideal.

Com a constante internalização por parte do camponês dessa visão de si como rústico irá aumentar também a introversão dele e com isso diminuem-se as chances de conseguir um relacionamento que resultaria em casamento. Por meio dessa análise Bourdieu aponta como valores das classes urbanas são constantemente impostos a outras classes, por meio de veículos de mídia como revistas e rádio e por outros tantos meios como a moda.

Pode-se perceber que os indivíduos serão diferenciados de acordo com a maneira como se comportam, se vestem, falam e dançam. Essa diferenciação tem impactos perversos para aqueles indivíduos que não estão dentro do padrão imposto pelos dominantes (neste caso, o padrão da cidade grande). Constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto

cultural. Ele irá analisar os hábitos motores característicos do camponês de Béarn, esse *habitus* que denuncia o *paysanás*, o camponês “pesadão”.

De fato, a *hexis* corporal é, antes de tudo, *signum* social. Talvez isso seja verdadeiro particularmente no que se refere ao camponês. As mulheres serão preparadas pela formação cultural a estar mais atentas a detalhes referentes à apresentação. Toda essa atitude será encorajada e favorecida por um sistema cultural, dotando as mulheres do monopólio do juízo de gosto. Esses comportamentos serão rejeitados nos homens, desencorajados mediante sanção social.

Em seu livro *O Poder Simbólico*, Bourdieu (1989) desenvolve sua teoria sobre o poder simbólico: uma forma de relação de poder assimétrica, que impõe pela socialização uma violência que não é reconhecida pelos dominados como tal, que acabam por aceitá-la e reconhece-la como normal e inevitável. A violência simbólica obtém seu grande alcance por ser empreendida por um grande escopo de instituições sociais que a legitimam e a implementam gradualmente em todos os níveis sociais. Através da escola, mídia, moda, música, televisão, políticas governamentais e mercados econômicos, os indivíduos são socializados a não apenas aceitarem a violência imposta a eles, mas também a perpetuarem tais práticas.

A partir da ideia de poder simbólico, Bourdieu (2012) insere a Dominação Masculina. Para ele a dominação masculina tem grande poder por ser uma força automática, não possui um agente que lhe aplique, se institui como uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio da divisão androcêntrica. Diz ele que:

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por aprender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produtos da dominação (p. 13).

Para realizar seu estudo, Pierre Bourdieu se baseia na análise da sociedade Cabília, grupo étnico localizado na Argélia onde Pierre Bourdieu residiu durante alguns anos. Justifica sua escolha pela Cabília por esta se constituir em uma configuração de sociedade falonarcísica e da cosmologia androcêntrica, que permaneceu praticamente inalterada. Bourdieu (2012) defende que ocorre uma associação simbólica entre elementos corporais e elementos cosmológicos (simbólicos). Para ele a construção da sexualidade é simultânea ao enraizamento da cosmologia sexualizada na topologia sexual do corpo socializado (movimentos e deslocamentos imediatamente revestidos de significação social): movimento para cima/ereção/ posição superior.

A divisão entre os sexos aparece como natural, a ponto do inevitável. Ela ocorre ao mesmo tempo em estado objetivado das coisas, em todo o mundo social, nos corpos e nos *habitus*. Funciona como um esquema de percepção e ação dos agentes, que:

É a concordância entre as estruturas objetivas e estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo (natural), deixando de lembrar as condições sociais de sua possibilidade (Bourdieu, 2012, p. 17).

A dominação masculina apreende o mundo social e as divisões arbitrárias entre os sexos como naturais e evidentes, fazendo isso adquire reconhecimento e legitimidade. A força da ordem masculina reside no fato dela dispensar justificação, visto que a visão androcêntrica se impõe como neutra e não precisa de discursos que busquem legitimá-la.

O corpo sexuado é para Bourdieu (2012) uma construção social, um depositário da visão e da divisão sexualizante. Essa percepção do mundo dividida em dois sexos se aplica a todas as coisas e, acima de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica. Bourdieu aponta que na Cabília a virilidade é um aspecto indissociável da honra, que se mantem

principalmente pelas provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura abundante, atos esperados de um homem que seja realmente um homem.

O falo sempre presente metaforicamente concentra todas as fantasias coletivas de potência fecundante. Aponta também que na tradição européia ocorre a associação de coragem física ou moral à virilidade. Para Bourdieu (2012) as diferenças percebidas entre os sexos são construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor indiscutível de valores e significações que subjazem essa divisão. Assim não é a presença (ou ausência) do falo que fundamenta essa divisão. Na verdade, é essa visão do mundo, que organizada na divisão em dois sexos relacionais, pode instituir o falo como elemento de honra e virilidade tipicamente masculino.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (Bourdieu, 2012, p. 22)

Pode também instituir a diferença entre os dois corpos biológicos como fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais divididas hierarquicamente. A força especial da dominação masculina advém do fato que ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica, a própria “natureza biológica” é, em si, uma construção social naturalizada.

O processo de dominação não se reduz, para Bourdieu (2012), a uma mera adequação performática ou a uma representação dos corpos, ela conduz a uma total transformação dos corpos e dos cérebros, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial de utilização legítima dos corpos e que costuma excluir do factível tudo que pertença à utilização legítima de outro sexo. A incorporação da dominação se dá

tanto pela objetivação da divisão androcêntrica nas coisas e nos corpos, quanto pela instituição de ritos de separação dos gêneros.

O discurso mítico professa de maneira mais insidiosa e, portanto, mais eficaz simbolicamente. Os ritos servem tanto para indicar a cada agente as ações e papéis mais condizentes ao seu sexo. Indicam também quais atos e papéis inadequados, sobretudo na lida com o outro sexo. São muitos os atos objetivos destinados a negar o feminino no masculino, como o corte ritual do cabelo, a separação da mãe, ritos de passagem para o masculino, circuncisão.

Cabe aos homens, situados no exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura, a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, estando situadas no lado úmido, privado, doméstico, baixo, do curvo e do contínuo, veem ser lhes atribuídas todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais.

Bourdieu (2012) defende que a situação de exclusão e inferioridade da mulher é ratificada em todo o universo. Constitui-se em dissimetria fundamental, sujeito *versus* objeto, agente e instrumento. Essa dissimetria se instaura no terreno de trocas simbólicas, de negociações de produção e reprodução do capital simbólico. O ponto central deste sistema de trocas é o mercado matrimonial, base de toda a ordem social.

No matrimônio as mulheres só podem ser vistas como objeto. São símbolos cujo sentido se encontra externo a elas. A função das mulheres no matrimônio é contribuir para a perpetuação e manutenção do capital simbólico masculino. Assim nas relações de trocas simbólicas que se constitui o parentesco e do casamento, que a mulher é levada ao lugar de

bem de trocas simbólicas. Objetivada como bem simbólico e disponibilizada em favor do homem. Por essas relações que se estabelece o primado masculino nas taxinomias culturais.

Bourdieu faz uma crítica a análises meramente semióticas ou materialistas do matrimônio. Para ele ao analisar o matrimônio por seus elementos semióticos perde-se a dimensão política das relações de matrimônio, dimensão essa que visa a conservar e aumentar o capital simbólico. Já a leitura materialista entende o processo de objetivação da mulher como transformá-la em uma mera mercadoria, um bem de troca. Mas ao ser orientada para a acumulação de bens simbólicos (a honra), essa economia transforma materiais brutos (entre eles a mulher em primeiro nível) em dons, signos de comunicação que são essencialmente instrumentos de dominação.

A divisão fundamental que organiza toda a percepção do mundo de forma androcêntrica ajuda a explicar a reprodução biológica na cultura Cabília e em outras tradições. A obra feminina de gestação e amamentação ocorre de modo oculta, privada, recebendo menor prestígio. Enquanto o ato masculino de fecundação recebe consideração e valor social. Essa divisão fundamental que se expande ao capital, aos meios de produção e aos bens determinará também: divisão das atividades produtivas, divisão da ideia de trabalho, atribuição aos homens de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, todas as trocas de honra, trocas de palavras, troca de mulheres, trocas de desafios e de mortes (dentre esta a guerra).

É esse investimento social primordial que torna o homem um homem, lhe dá senso de honra, virilidade, masculinidade (ou cabildade – *thak-baylith*),

é o princípio indiscutido de todos os deveres para consigo mesmo, o motor ou móvel de tudo que ele se deve, isto é, que deve cumprir para estar agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa ideia de homem (Bourdieu, 2012, p. 61).

As mulheres são excluídas da participação de assembleias e lugares públicos porque carecem de igualdade para responder de forma honrada aos desafios, pois carecem elas mesmas de honra, assim inviabiliza-se a resposta honrada a tal desafio, gerando “a circularidade perfeita do processo indica que se trata de uma partilha arbitrária” (Bourdieu, 2012, p. 62).

Os homens também são prisioneiros da estrutura dominante de divisão primordial dos corpos, visto que ser homem no sentido de *vir a ser*, implica em um dever-ser, em um *virtus*, um evidente em si mesmo. A honra, estabelecida em um *habitus*, uma *héxis* corporal, governa o homem de honra, independente de qualquer pressão externa. Segundo o autor:

Ela dirige (no duplo sentido do termo) seus pensamentos e suas práticas, tal como uma força (‘é mais forte que ele’), mas sem o obrigar automaticamente (ele pode se furtar e não estar a altura da exigência); ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (‘ele não pode agir de outro modo’, sob pena de renegar-se), mas sem se impor a ele como uma regra ou como o implacável veredicto lógico de uma espécie de calculo racional. (Bourdieu, 2012, p. 63)

O privilégio masculino torna-se, assim, uma cilada, levando todo o homem ao absurdo de afirmar em toda e qualquer circunstância sua virilidade. A virilidade entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e à violência é acima de tudo uma carga. O autor defende que todos os elementos impossíveis formadores da masculinidade competem de forma irremediável para definir sua própria vulnerabilidade. A virilidade precisa ter validade diante de outros homens, atestada em sua prática de violência real ou potencial, pelo reconhecimento do grupo de outros verdadeiros homens. O envolvimento com a violência, opressão, dominação, baseia-se no medo “viril” de ter seu acesso ao grupo dos verdadeiros homens negado.

Esse acesso negado implica em ser associado à categoria tipicamente feminina – fracos, delicados, mulherzinhas, “veados”. A virilidade é, desta forma, um aspecto tipicamente relacional, constituído diante de outros homens, para outros homens, contra a

feminilidade, por uma forma de medo do feminino e construída, primariamente, dentro de si mesmo.

Fica a dúvida do entendimento que Bourdieu dá a sua teoria, se no processo do Poder Sutil, em que os dominados não se sentem como tais, aqueles ditos dominadores irão se perceber em tal posição 'privilegiada', ou ainda, se em um processo que se infiltra tão sutilmente pelo social e pelo cultural, existe o binômio de dominado/dominador.

Tem-se a impressão que ao buscar desarticular as dicotomias presentes nas ciências sociais, seus trabalhos mais célebres trazem em si a marca de mais uma dicotomia pela marca da diferença hierárquica entre dominados e dominadores. Porém é possível identificar os elementos conceituais necessários que permitiram a superação dessa divisão binária, pela construção de um processo que domina a todos e tem suas fatalidades independente do *status* ao qual sejam designados. Os dominados/dominadores dominam a si mesmos, bem como aos seus pares na circularidade do poder sutil, que cristaliza as estruturas da organização social nos corpos e nas práticas de homens e mulheres.

CAPITULO II

A pesquisa empírica

Tendo em vista a construção social da masculinidade e as condições culturais que levam o homem ao envolvimento e sua conseqüente vulnerabilidade para a violência, os objetivos deste trabalho são descritos a seguir:

1. Objetivos

Objetivo: Identificar nos discursos acadêmicos (universo reificado) e cotidianos (universo consensual) os sistemas representacionais que constroem e sustentam o paradoxal binômio homem-violência.

1.2. Objetivos específicos:

- a) Examinar nas produções científicas e nos discursos de pesquisadores as concepções de gênero e violência e a presença (ou não) de significados que associem a violência aos papéis tradicionais de homem e mulheres constituindo sistemas representacionais.
- b) Explicitar os processos de construção destes discursos científicos, identificando as ancoragens e objetivações destas representações e suas possíveis associações aos tradicionais papéis masculino e feminino.
- c) Levantar as representações sociais de homens, mulheres e violência entre pessoas comuns, de modo a identificar seus conteúdos e processos de formação.

No presente trabalho foram realizados dois estudos que, conjuntamente, visam fornecer dados necessários à consecução dos objetivos propostos. No primeiro estudo foi realizada a análise do universo reificado dos estudos feministas de gênero ou de temáticas próximas, mesmo que não se identifiquem como tal. O segundo estudo buscou no universo

consensual os elementos representacionais acerca dos papéis de gênero em relação à violência.

PRIMEIRO ESTUDO

O UNIVERSO REIFICADO DAS REPRESENTAÇÕES

O primeiro estudo realizou a análise do universo reificado através da verificação da produção em língua portuguesa das publicações sobre feminino/mulher e masculino/homem no período de 2003 a 2013.

MÉTODO

1. Seleção de base de dados

Como base de dados para este estudo foi escolhido o indexador virtual *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo). A opção por esse indexador se dá pelo grande volume de artigos nele publicados, em especial nos periódicos de estudos feministas e de gênero, bem como por exigências técnicas de qualidade de artigos científicos para certificação dos periódicos no indexador (Scielo, 2014).

É importante ressaltar que o Scielo possui uma forte presença de estudos de áreas médicas e de saúde, que embora pudessem dar valiosas contribuições para o entendimento das representações de papéis de gênero dentro das ciências médicas, neste presente trabalho escapam ao objetivo, motivo pelo qual foram eliminados todos os periódicos da área médica. A inserção de outro indexador, visando aumentar o escopo de análise deste estudo, foi descartada diante de sua inexecutabilidade no tempo disponível, bem como do objetivo do estudo. Não foi objetivo desta pesquisa, um estudo aprofundado da produção em língua portuguesa na literatura sobre o tema, mas sim de buscar na literatura científica componentes estruturais das representações sociais vigentes, o que nos permite concluir que, mesmo que limitada, uma análise na produção disponível no Scielo fornece um conjunto de dados adequado para cumprir os objetivos do atual estudo.

Para a seleção dos artigos foram utilizados os descritores homem/masculinidade e mulher/feminilidade, bem como seus correlatos (masculino, feminino, homem/homens, mulher/mulheres). Optou-se pela escolha de publicações de relatos de pesquisas e/ou revisão bibliográfica. Como forma de delimitação, apenas artigos publicados em periódicos das áreas de ciências humanas, ciências sociais e saúde coletiva foram incluídos no estudo. Desta forma, os artigos publicados entre 2004 e 2013, últimos dez anos de publicação a partir do início de realização deste trabalho, nos periódicos destas áreas e disponíveis na base de dados Scielo, que possuíam os descritores supracitados seja no título, nas palavras chaves ou nos resumos foram pré-selecionados para compor os dados brutos. As publicações foram então classificadas por periódico e ano de publicação.

Para limpeza dos dados foram excluídos os artigos que: 1) não possuíam resumo em português, 2) não estavam acessíveis por meio da página virtual, 3) quando os descritores se referiam à definição de amostra, 4) quando homem foi utilizado em referência a ser humano, 5) quando homem ou mulher era uma referência a uma pessoa ou personalidade histórica.

Ao final compuseram o corpus 428 artigos pertencentes a 84 diferentes periódicos. Em dez desses periódicos se concentram 251 artigos (59,24% do total de artigos). A tabela 1 apresenta a lista de periódicos com as dez maiores frequências de artigos.

Tabela 1. Lista de periódicos e Frequência (*f*) dos artigos

Nome do periódico	<i>f</i>
Estudos feministas	65
Cadernos Pagu	39
Phisys Revista de Saúde Coletiva	22
Interface: Educação, saúde e comunicação	22
Saúde e Sociedade	22
Psicologia em Estudo	21
Psicologia & Sociedade	20
Psicologia Clínica	16
Psicologia: Ciência e Profissão	13
Psicologia: reflexão e crítica	11

Inicialmente, para a primeira análise, os resumos selecionados (N=432) foram reunidos em um único arquivo WORD, sendo que cada um deles foi identificado por uma linha estrelada, contendo as variáveis que o identificavam. As variáveis utilizadas foram as seguintes:

- Identificação dos resumos (N=428, registrados por quatro asteriscos: ****),
- Ano de publicação, com 11 modalidades (*ap_2004 /.../ *ap_2013),
- Periódico de publicação, com 84 modalidades (*pp_1 /.../ *pp_84).

Na figura 1 tem-se um exemplo da formatação do *corpus*.

**** *ap_2004 *pp_02
 Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. O texto examina as formas de inserção das mulheres na agricultura familiar, procurando explicar a seletividade de gênero do processo migratório. Primeiramente, aborda a distribuição da população, por sexo e por grupos de idade, em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizando o maior índice de emigração de mulheres jovens do que dos demais grupos etários e de sexo. Depois, trata da divisão do trabalho por sexo e idade, dos efeitos da modernização sobre o trabalho agrícola, da inserção dos jovens no trabalho da unidade produtiva familiar, das atividades fora da agricultura e dos procedimentos utilizados pelos produtores agrícolas para a transmissão da propriedade rural para os filhos. Finalmente, discute o possível efeito do acesso das mulheres rurais à Previdência Rural sobre suas perspectivas de permanecer ou não na atividade agrícola.

**** *ap_2005 *pp_03
 Percepção de tamanho e forma corporal de mulheres: estudo exploratório. Objetivou-se investigar, através da Escala de Desenhos de Silhuetas, a percepção de tamanho e forma corporal de 150 mulheres, divididas com base no índice de massa corporal (imc) em cinco grupos: não_obesidade, sobrepeso e obesidade graus I, II e III. As escolhas foram classificadas em representações de tamanho e forma corporal normal, real e ideal. Evidenciou-se que as escolhas de homem e mulher de tamanhos normais, nos cinco grupos, foram associadas a representações de baixo peso. Na autoavaliação de tamanho e forma corporal real, notou-se ampla distribuição de escolhas, sendo que, com exceção do grupo com sobrepeso, a maioria das mulheres dos demais grupos fez escolhas compatíveis com seu imc. O tamanho e forma corporal ideal foram associados a figuras representativas de baixo peso. Os dados apontam para a relevância das diferenças entre adequação da percepção real e ideal, sinalizando a direção das dificuldades relativas à autopercepção corporal.

Figura 1- Exemplo de formatação de *corpus*

2. Análise de dados

Depois de selecionada os estudos para compor o *corpus*, os resumos destes artigos foram tabulados e avaliados por meio do *Software* ALCESTE (*Analyse des Lexèmes Co-occurents dans les Énoncés Simples d'un Texte* – Análise da co-ocorrência léxica de enunciados simples de um texto, tradução livre), que é um algoritmo criado a partir das

contribuições estatísticas de Benzecri, criado por Max Reinert (Hohl, Tsirogianni & Gerber, 2012). O ALCESTE realiza um conjunto integrado de análises estatísticas sofisticadas, com uma classificação hierárquica descendente, combinando diferentes elementos, como segmentação, dicotomização e classificação hierárquica baseadas em média recíproca e/ou análise da correspondência e a análise de nuvens dinâmicas.

Para realizar tais análises o ALCESTE divide o texto em Unidades de contexto Elementar (UCE), usando a frequência estatística de ocorrência das palavras em função de sua distribuição em enunciados simples do texto. Assim, o *software* consegue agrupar trechos que compartilham um vocabulário semelhante e formar classes de palavras que irão corresponder a diferentes temáticas abordadas no texto.

Essa análise é realizada em função do teste de Khi quadrado, que corresponde ao índice de associação da palavra na classe. Quanto maior o Khi^2 da palavra mais significativa a sua presença na classe. Os resultados são dispostos em valores positivos ou negativos, sendo os resultados mais distantes de zero (presenças com $> \text{Khi}^2$, ou ausências com $< \text{Khi}^2$) possuem maior significância e logo indicam associações mais fortes e de maior confiabilidade. Valores positivos indicam presenças significativas na classe, ou termos que estão associados de forma significativa à classe, encontrando maior correspondência dentro da UCE. Valores negativos irão indicar ausências significativas, ou os termos do *corpus* que não encontraram correspondências dentro desta classe específica. A interpretação semântica do pesquisador se dá pela análise das UCE's e das palavras mais significativas dentro de cada classe (Coenga-Oliveira, 2011).

A análise pelo ALCESTE seguiu em duas etapas. Primeiramente o *corpus* foi utilizado como um todo (N=428 resumos), reunindo os artigos com palavras chaves homem/masculino e mulher/feminino. Em uma segunda etapa o corpus foi dividido em duas partes, uma parte com os artigos sobre mulher/feminino (n=311) e a outra parte com os artigos sobre

homem/masculino (n=117) e estes foram analisados separadamente. Desta forma foi possível uma exploração mais detalhada do *corpus* semântico encontrado.

Resultados e Discussão

1. Mulher/feminino – homem/masculino

A primeira análise foi realizada com o conjunto total dos dados, portanto, com todos os resumos selecionados contendo as palavras chaves mulher/feminino e homem/masculino (N=428). Os resultados podem ser visualizados na Figura 1. Nesta análise os resultados apontaram a formação de duas classes, que juntas contêm 93% das UCEs do *corpus* total. A primeira classe explica 37% da variância total do *corpus* selecionado e foi nomeada ‘Saúde Coletiva e Metodologia’, a segunda classe ‘Estudos de Gênero’ explica 63% da variância. Essas duas classes apresentam uma relação muito baixa entre si, de modo que representam classes quase independentes.

Na classe ‘**Saúde Coletiva e Metodologia**’ é possível notar a presença de conteúdos comuns a estes artigos, bem como aspectos metodológicos das pesquisas. *Violência e saúde* referem-se aos temas comuns a esse conjunto de artigos, enquanto *entrevista, resultados, estudos, dados, qualitativos* fazem referência a aspectos estruturais e metodológicos dos artigos. *Profissionais e atendimento* dizem respeito às características dos serviços onde os dados foram coletados, serviços de atendimento em saúde.

A variável periódico de publicação mostra uma relação significativa com essa classe para o periódico Saúde & Sociedade ($Khi^2 = 130$). Os periódicos Interface: Educação, saúde e comunicação ($Khi^2 = 28$) e Rev. Bras. Geriatria Gerontologia ($Khi^2 = 27$) apareceram com presenças significativas, ainda que com menor força. Ambos possuem um caráter multidisciplinar e são voltados para a área de saúde coletiva.

37%		63%	
Saúde coletiva e metodologia		Estudos de gênero	
Termo	Khi ²	Termo	Khi ²
Entrevista	136	Gênero	72
Violência	117	Masculino	59
Saúde	115	Feminino	45
Resultados	96	Corpo	44
Foram	83	Feminilidade	34
Estudos	76	Artigo	28
Dados	69	Sociedade	28
Profissionais	67	Ideias	27
Qualitativo	54	Política	25
Atendimento	52	Construção	24
Ausências significativas		Ausências Significativas	
Gênero	-72	Entrevista	-136
Masculinidade	-56	Violência	-117
Feminino	-45	Saúde	-115

Figura 2 - Resultado da Classificação Hierárquica Descendente sobre o *corpus* contendo os termos mulher/feminino e homem/masculino pelo ALCESTE

Outro resultado importante obtido com a análise são as ausências significativas (termos com Khi^2 negativo), indicando elementos do *corpus* que não se relacionam com a classe analisada. Neste caso, as três ausências mais significativas foram Gênero, Masculinidade e Feminino. A classe ‘Saúde Coletiva e Metodologia’ se organiza em torno da temática saúde e violência, agrupando estudos realizados em centros de atendimento em saúde, com desenho metodológico conduzido por meio de entrevistas e análises qualitativas e que não abordaram de forma significativa as temáticas de Gênero, Masculinidade e Feminino. Os estudos apontados nesta classe buscam compreender a violência sofrida pela mulher pelo parceiro, principalmente como uma questão de saúde (pública), sem para isso buscar entendê-la a partir de sua relação com os papéis de gênero e os estudos da mulher. Os aspectos centrais revelados nessa classe se remetem à delimitação do problema e ao desenvolvimento

metodológico deste problema, entretanto, não o fazem a partir de um entendimento teórico clássico da violência conjugal.

Variáveis são também apontadas na sessão de ausências significativas. No caso da variável periódico de publicação, os de Khi^2 mais significativos recaíram sobre as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu (Khi^2 de -83 e -40 respectivamente) que indica que estas revistas não possuem relação significativa com esta classe. Vale a pena ressaltar que ambos os periódicos são reconhecidamente dedicados a estudos de gênero, mais especificamente, a estudos feministas.

A classe '**Estudos de Gênero**' agrupa estudos mais alinhados aos estudos de gênero e feminismo. Vale destacar que o valor dos Khi^2 são mais baixos que os encontrados na Classe 'Saúde Coletiva e Metodologia'. Isso se justifica pela classe 'Estudos de Gênero' ser uma classe muito maior e desta forma ter maior dispersão dos termos nas UCE's, resultando em valores menores de Khi^2 . Nesta classe há forte presença de elementos teóricos dos Estudos de Gênero, tendo como termos mais significativos *Gênero*, *masculino* e *feminino*, seguidos de *corpo* e *feminilidade*, elementos frequentemente abordados nos estudos da área. Estes resultados apontam para uma classe mais estritamente ligada aos estudos feministas e seus aparatos teóricos.

Outros elementos comuns a esses estudos serão *sociedade*, *ideias*, *política*, *cultura*, *construção* e *século*. Esses elementos apontam para a implicação da sociedade nas questões discutidas, bem como a discussão do poder das ideias, da política e da cultura nas relações de gênero, enquanto século vai dizer sobre a datação histórica destes elementos. Política também pode se referir à marcada atuação política das correntes do feminismo e não apenas ao entendimento sobre os papéis de gênero. Construção diz respeito aos questionamentos teóricos do movimento feminista, que defendem que as relações de gênero são construções políticas e culturais. Como visto anteriormente nas discussões sobre o avanço do feminismo, a

classe ‘Estudos de Gênero’ está em consonância com os estudos feministas da terceira onda (Varela, 2005).

Em relação à variável periódico de publicação, maior significância na classe ‘Estudos de Gênero’ foi observada para as revistas Estudos Feministas e Caderno Pagu (Khi^2 83 e 40 respectivamente), e como assinalado anteriormente, trata-se de duas revistas feministas de grande importância nacional. Para a variável ano de publicação, destacaram-se os anos de 2004 e 2013 (respectivamente com os Khi^2 19 e 29), o que indica um crescente de publicações no período abrangido.

As ausências significativas irão mostrar a carência de elementos metodológicos como característica significativa dessa classe, *entrevista* como ausência de maior significância ($Khi^2 = -136$), mas também *resultados*, *dados*, *qualitativo* (Khi^2 -96, -69 e -54 respectivamente), entre outros. A interpretação deste resultado requer cuidado, pois ela não diz da ausência destes elementos nos artigos em si, haja visto que o *corpus* foi composta pelos resumos dos artigos selecionados. Seria correto supor então, que estes artigos dão menor enfoque à metodologia dos estudos em seus resumos, abordando principalmente a construção teórica dos mesmos.

Por meio deste resultado, percebe-se os elementos que recebem maior destaque dentro da construção dos estudos, com a classe ‘Saúde coletiva e Metodologia’ possuindo maior enfoque na construção metodológica e a classe ‘Estudos de Gênero’ que dá maior centralidade aos elementos teóricos do estudo. Pela análise do feminismo e de sua crítica à cientificidade e neutralidade da ciência, bem como da valorização dos aspectos históricos e culturais dos fenômenos estudados é compreensível a maior centralidade dada à construção do problema de pesquisa dentro de um conjunto teórico, em detrimento do maior enfoque processual dado pelos estudos de saúde pública.

Outras duas ausências de grande significância foram *violência* ($Khi^2 = -136$) e *saúde* ($Khi^2 = -115$). Aparecem aqui como ausência na classe ‘Estudos de Gênero’ como temas que chegaram a ser de grande relevância para o feminismo, com relação à violência sofrida pela mulher e os impactos sobre sua saúde, tendo chegado a configurar a violência contra a mulher como um problema de saúde pública (o que justifica que seja tratado como tal na primeira classe). Este temas têm forte relação com os estudos feministas e de gênero. Seria correto supor uma mudança nos temas dos estudos feministas na última década, indo das questões de violência para outros temas, dentro do conjunto de dados deste estudo, o que indica o abandono da violência como um tema de destaque dos estudos de gênero no período analisado. O movimento que levou a essa mudança de foco nos estudos precisaria de outros estudos aprofundados para ser melhor compreendido.

2. Mulher/feminino

A análise de artigos de tendo como descritor apenas mulher/feminino identificou três classes, que englobam 90% das UCEs do corpus analisado. As classes são apresentadas na Figura 2. A classe ‘**Saúde Coletiva Feminina**’ explica 47% da variância total do *corpus*, a classe ‘**Estudos da Mulher**’ 45% da variância e a classe ‘**Psicanálise e o feminino**’ apenas 8%. Nota-se que a **Classe ‘Saúde Coletiva Feminina**’ possui uma relação fraca com suas derivantes, **classes ‘Estudos da Mulher’ e ‘Psicanálise e o feminino**’, que estão mais fortemente relacionadas entre si.

Começando pela **Classe ‘Saúde Coletiva Feminina**’, tem-se uma classe bem similar à Classe ‘Saúde Coletiva e Metodologia’ encontrada na primeira análise realizada neste estudo, apontando estudos sobre violência e saúde com avaliação dos aspectos metodológicos (*entrevista, resultados, dados, estudos*, realizados com profissionais da área de saúde como médicos). Mantendo similaridades com a classe ‘Saúde Coletiva Feminina’ da primeira

análise, esta classe trata da violência sofrida pela mulher, sem para isso se apoiar nas teorias feministas de gênero.

Nessa classe ocorre o surgimento de um novo elemento nas ausências significativas que é a política. Esta ausência poderia indicar menor caráter político destes estudos, que os afastariam ainda mais dos estudos feministas e de gênero, estando distantes não apenas em seu aporte teórico, como também em sua atuação.

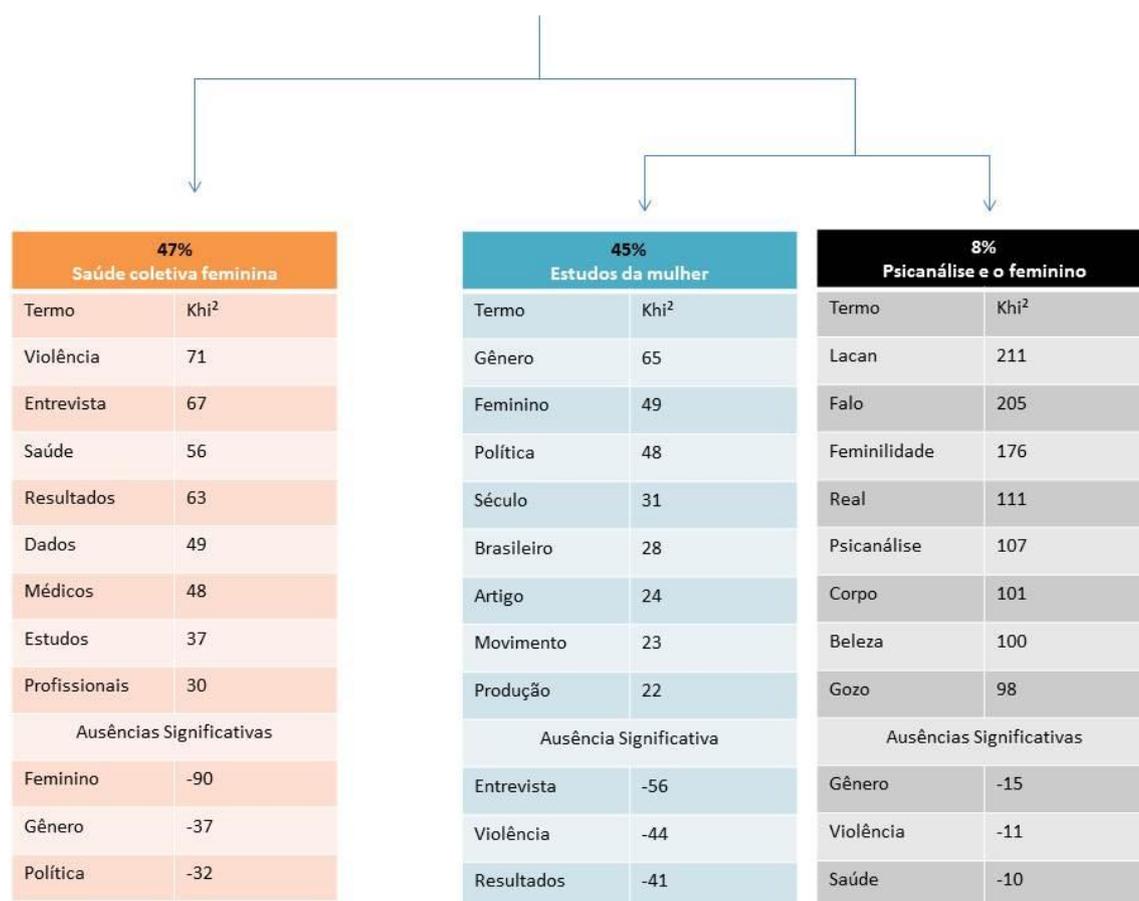


Figura 3 - Resultado da classificação hierárquica descendente dos resumos com os termos mulher/feminino pelo ALCESTE

Está ainda presente na classe ‘Saúde Coletiva Feminina’, a variável periódico de publicação, com os periódicos Saúde & Sociedade ($Khi^2 = 87$) e Interface: Educação, Saúde e Comunicação ($Khi^2 = 26$), presença que vem marcar também o caráter multiprofissional destes estudos. Nas ausências significativas também estão presentes os periódicos Estudos

Feministas ($Khi^2 = -61$) e Cadernos Pagu ($Khi^2 = -25$), bem como o ano de 2004 ($Khi^2 = -27$). O ano de 2013 obteve baixo valor de Khi^2 ,² indicando presença menos significativa nessa classe.

Mostra-se relevante o entendimento desta classe, visto que ela aponta para a tendência de os estudos sobre a mulher e o feminino serem marcados pelos problemas enfrentados pela mulher, a violência que ela sofre e sua saúde, como câncer de mama, osteoporose, menopausa entre outros. No entanto, ao fazê-lo não busca a construção teórica do movimento histórico-social que levou a mulher a essa posição. A crítica à essencialização da mulher pode advir dessa forma de entender os problemas do ser mulher ou até delimitar a mulher pelos seus problemas. Isso pode ainda ser comprovado pela fraca ligação existente entre a Classe ‘Saúde Coletiva Feminina’ e as Classes ‘Estudos da Mulher’ e ‘Psicanálise e o Feminino’, que se encontram mais fortemente ligadas.

Ao avaliar o homem nestes estudos tem-se baixos valores de significância para os termos relacionados ao mesmo, com *marido* ($Khi^2 = 7$) e *parceiro* ($Khi^2 = 6$) e nas ausências significativas *masculinidade* ($Khi^2 = -7$). A menor importância dada ao homem dentro desta classe de estudos é ainda mais relevante ao se avaliar que muitos deles tinham como objetivo do estudo o trabalho com os parceiros das vítimas da violência. Um exemplo de alta significância retirado desta classe refere que: “os dados foram coletados por meio da técnica de grupos focais com homens que se envolveram em violência conjugal e participavam voluntariamente do programa de atenção à violência doméstica e intrafamiliar de um município de médio porte”.

Mesmo quando os homens se tornam sujeitos das pesquisas, ao serem identificados como os causadores da violência sofrida pela mulher, eles são relegados ao lugar de menor importância dentro da construção da pesquisa, não figurando como lugar de relevância na construção dos significados. Procura-se saber o que estes homens pensam sobre a violência da mulher, mas não o que pensam sobre si mesmos como autores desta violência. O homem é

tratado como aquele que pratica a violência, o parceiro íntimo, o marido ou o companheiro, que vitima a mulher com a violência e a o abuso. Mas quem é esse homem e qual a relação que o levou a figurar neste papel de agressor? Falta a essa classe sustentação teórica que responda a esse questionamento, ocorrendo desta forma a essencialização do homem como agressor, assim como a mulher é essencializada como vítima da agressão. Não são encontrados elementos que permitam entender porque ele agride, ou a construção deste papel de agressor, levando a categorizá-lo devido a sua propensão à agressão e aos fatores de risco para a violência.

Ao verificar a **Classe ‘Estudos da Mulher’**, observa-se também uma semelhança com a primeira análise realizada. Gênero continua como o termo de maior significância ($Khi^2=65$), seguido de feminino, política e século. Os elementos novos a essa classe são os quatro últimos: *brasileiro*, *artigo*, *movimento* e *produção*. Enquanto na Classe ‘Estudos de Gênero’ da primeira análise eram encontrados *masculino*, *corpo* e *feminilidade* como elementos centrais, nesta eles passam a ter menor significância, com $Khi^2=12$ para *masculino*. *Sociedade* e *construção* ainda que com menor significância (Khi^2 de 11 e 13 respectivamente), estão presentes. *Corpo* e *feminilidade* estão ausentes.

Na variável periódico de publicação, Estudos Feministas e Caderno Pagu permanecem como os mais significativas (Khi^2 de 76 e 38 respectivamente), bem como o ano de 2004 ($Khi^2 = 38$). O periódico Educação e Pesquisa aparece como significativo dessa classe ($Khi^2 = 15$). Outra diferença em relação à Classe ‘Estudos de Gênero’ foi a ausência do ano de 2013 como variável significativa.

As ausências significativas apontam elementos de *método*, *entrevista* e *resultados* e elementos temáticos ou de definição de objeto de pesquisa, a *violência*.

Na classe ‘Estudos da Mulher’ observou-se a presença de estudos sobre o papel da mulher na sociedade, relações de poder e dominação, repercussões do movimento feminista

na Brasil, articulações políticas defendidas pelo feminismo para a sociedade, bem como produções acadêmicas e literárias relevantes para o feminismo. De modo geral, são estudos bem articulados com as temáticas do feminismo, o que é corroborado pelos periódicos de maior significância para a classe. Como assinalado anteriormente são dois grandes periódicos feministas do país.

Seja denunciando relações de poder desiguais em diversos contextos sociais, ou analisando as tecnologias do poder utilizadas para a opressão das mulheres no seu dia-a-dia, ou mesmo verificando como diversas mulheres na história e nas artes conseguiram quebrar barreiras do patriarcado, os estudos presentes na Classe ‘Estudos da Mulher’ questionam o papel da mulher de modo amplo e diversificado, propondo ações políticas e pontos de ruptura, apontando as possibilidades de desconstrução dos papéis de gênero, de outras formas de educação ou pedagogia do gênero. Temas foucaultianos e o pós-estruturalismo estão presentes em diversos estudos, o que permite uma localização teórica e temporal mais precisa destes estudos.

Permanece nessa classe, em consonância com a Classe ‘Estudos de Gênero’, a violência como ausência significativa. A violência por muito tempo foi um tema de grande importância para o feminismo, necessário para denunciar a situação precária de negação de direitos básicos às quais as mulheres estavam submetidas, em grande parte em suas famílias, por pais, irmãos, maridos e muitas vezes filhos. Fosse à violência verbal e psicológica ou suas vertentes mais marcadas e evidentes, na forma de violência física e sexual, por longa data o movimento feminista realizou a denuncia dessa situação e desta forma a violência sempre constou entre as principais temáticas a serem trabalhadas.

A ausência significativa da violência nesta classe, que apresenta maior relação com os estudos de gênero, pode indicar uma mudança significativa no perfil dos estudos feministas. Como discutido na parte introdutória dessa tese, a violência é um problema ainda distante de

ser vencido, causando ainda grande prejuízo no Brasil e vitimando milhares de pessoas todos os anos no país. Estatísticas nacionais e internacionais continuam a apontar vitimização das mulheres pela violência conjugal e de gênero. No entanto, os dados aqui encontrados mostram que esta problemática está menos presente nos estudos da área, passando a ser trabalhada prioritariamente por estudos de saúde coletiva e saúde pública, com pouca relação com estudos feministas. Quais os fatores que levaram a essa modificação na temática dos trabalhos de gênero e sobre a mulher? Algum movimento interno levaria os estudos de gênero a direcionar seu interesse para outros temas? Até o momento da análise destes dados nenhum estudo avaliando este movimento de progressão dos temas de interesse dos estudos da mulher e de gênero havia sido encontrado.

Quanto ao papel do homem dentro dessa classe outros apontamentos são relevantes. Além de *masculino* ($Khi^2=12$), citado anteriormente, aparece também a masculinidade ($Khi^2=6$). A masculinidade e o masculino são nessa classe termos auxiliares para a compreensão do gênero e do feminino, é pouco provável, portanto, que estes temas recebam destaque dentro das discussões propostas nestes artigos. Esta classe trata de estudos feministas, mais precisamente, estudos das mulheres, onde gênero é mais utilizado como sinônimo de mulher, do que como definição de papéis sociais diversos. A crítica de Scott (1995) à utilização do termo gênero como sinônimo de mulher para ganhar legitimidade e maior neutralidade, se mostra apropriada no caso deste estudo.

Não se pode deixar de reconhecer o determinante histórico desta ocorrência. Os estudos feministas foram, desde sua base, estudos das mulheres e pelas mulheres. Os problemas denunciados inicialmente foram aqueles que acometiam as mulheres, vítimas invisíveis do sexismo e do patriarcado. O movimento feminista buscou também dar relevância aos problemas enfrentados pelas mulheres de diferentes contextos, ao mesmo tempo em que lutava por dar voz àquelas que pudessem expressar suas histórias, angústias e sonhos.

Compreensível, então, que a tradição destes estudos tenha um enfoque prioritário (se não totalitário) nas mulheres, que ao longo da história foram esquecidas no anonimato.

Entretanto, existem as implicações teóricas para este enfoque majoritário sobre as mulheres em estudos que tratam de gênero como tema central. A perspectiva de gênero que estes estudos trabalham e a relevância do entendimento de diversos papéis e de como eles são construídos e articulados na sociedade não podem ser obtidos pelo estudo unilateral do gênero. Por meio dos estudos de Beauvoir (1999) e Bourdieu (2012), que buscaram traçar a história e os processos relevantes para a compreensão da posição da mulher, como ‘O outro’ ou como dominada, pode-se deduzir que este processo perpassa o avanço da humanidade e a compreensão do papel de homem.

Quando se deixa de discutir quem é esse sujeito que domina, porque ele domina, como ele exerce essa dominação, quais os instrumentos de dominação, como são obtidos, como são utilizados, como exerce poder e talvez a pergunta mais importante com qual objetivo ele exerce esse poder, o que ocorre é a essencialização deste sujeito homem como dominador. Butler (2003) propõe desnaturalizar os papéis de gênero, apoiando-se no pressuposto da metafísica da substância, entendida como uma característica atribuída ao sujeito, como um processo inerente a sua natureza, ideia que subjaz mesmo nas construções teóricas feministas. Ao denunciar o homem como agressivo e dominador, sem descrever a construção cultural deste homem como sujeito, estas características são prescritivas da identidade masculina, em virtude do seu sexo. Ser homem desta forma é ser agressivo, dominar, se valer da violência.

O movimento feminista da terceira onda propõe a desconstrução desta essencialização e desenvolveu trabalhos visando libertar a mulher dessa essência feminina. No tocante ao homem o mesmo esforço não parece ter sido empreendido, podendo ocorrer o contrário pelos efeitos dos próprios estudos feministas, que ao colocá-lo como dominador, mas não trabalhar o processo histórico que o levou a tal posição, ou mesmo a perspectiva da existência do

masculino sem o patriarcado, acaba por perpetuar a estagnação do masculino como um dever ser, não como devir.

Por último a **Classe ‘Psicanálise e o Feminino’** possui elementos de uma vertente teórica bem específica. O primeiro termo da Classe, *Lacan* ($Khi^2 = 211$) já delimita seu campo teórico, reiterado pelos *falo, feminilidade, real, psicanálise, corpo, belo e gozo*, (respectivamente com os Khi^2 de 205, 176, 111, 107, 101, 100 e 98), os quais remetem claramente ao arcabouço teórico da psicanálise e, mais especificamente, à psicanálise lacaniana.

As ausências significativas são *gênero, violências e saúde*, porém essas apresentaram baixos valores de Khi^2 , o que indica menor significância para tais termos ($Khi^2 < 15$ para os três). Na variável periódico publicado observou-se um Khi^2 significativo nas revistas *Fractal: revista de psicologia, READ e Ágora Psyquê* (Khi^2 de 109, 92 e 86 respectivamente).

Os termos apresentados nessa classe possuem altos valores de Khi^2 , fator relacionado ao baixo número de UCE's que compõe a classe. Com apenas 8% da variância do *corpus*, a Classe ‘Psicanálise e o Feminino’ é a menor das três classes, mas possui forte associação interna. Isso indica que estes trabalhos, embora em menor frequência que os demais, possuem associação significativamente forte entre seus conteúdos. Este dado é compatível com os trabalhos feministas de vertente psicanalítica, que tendem a ser trabalhos voltados para o próprio campo de estudo e dialogar pouco com outras bases teóricas, não possuindo características interdisciplinares marcadas.

Os trabalhos de vertente psicanalítica lacaniana irão discutir a feminilidade e o corpo, a relação com o falo como símbolo de poder, questões transferenciais, a libido, o narcisismo, bem como o impacto da publicidade e da atualidade sobre o ego. Também discutem transtornos que são desdobramentos dessas questões, como a anorexia.

Nota-se que embora os estudos psicanalíticos possuam uma grande tradição dentro do feminismo, o que pode ser confirmado pelo histórico do movimento e de importantes estudiosas da mulher, estes estudos costumam ter temáticas próprias a sua constelação teórica. Desta forma, a ausência, mesmo que de baixa significância, de temas comuns tanto à Classe ‘Saúde Coletiva Feminina’ (violência e saúde) quanto à Classe “Estudos da Mulher’ (gênero) é compreensível.

A Classe ‘Psicanálise e o Feminino’, embora se estruture em torno de uma matriz de sentido bem demarcada temática e teoricamente, possui ainda forte ligação com a Classe ‘Estudos da Mulher’. Por isso fica clara a relação da psicanálise (lacaniana em especial) com os estudos da mulher e com o movimento feminista. Esta ligação pode ser verificada pela presença da psicanálise em trabalhos seminais do feminismo, como *O segundo sexo* de Beauvoir (1999), *Problemas de Identidade e gênero* de Judith Butler (2003) ou na teorização de Michael Kaufman (1987), sobre a tríade da violência masculina.

Na Classe ‘Psicanálise e o Feminino’ também fica marcada a falta do homem como tema dos artigos publicados. Esse resultado é coerente com os significados expressos pelo conjunto desta classe, principalmente quando se identifica que grande parte das críticas feitas pelas feministas à psicanálise remete ao fato de se buscar definir a mulher a partir do homem, de modo que a libido feminina seria formada pela ausência do falo (cf. Butler, 2003 para melhor acompanhar a discussão teórica sobre psicanálise e a castração feminina). Desta forma, a psicanálise, mesmo que definindo a mulher a partir do homem, não toma o homem como objeto de estudo, o que aparenta um paradoxo.

Esta característica, no entanto, pode ser compreendida a partir da crítica feminista a associação de homem ao ideal de ser humano, à norma (Beauvoir, 1999). Quando o homem é associado a ser humano perde suas características particulares, não pode ser entendido como um grupo, pois passa a representar o todo, não mais o particular. O impacto disto é que o

homem deixa de ser objeto de estudo e análise. O estudo da ciência é sobre o Homem, nunca o homem. Essa característica da constituição do ser homem, embora essencial para a compreensão do papel masculino de dominação, traz em si consequências sobre a possibilidade de entender as particularidades da masculinidade, contribuindo para a essencialização do masculino. Enquanto a terceira onda do feminismo buscou levantar a bandeira que não existia uma mulher, mas muitas mulheres, permaneceu a visão de masculinidade associada à visão de Homem, não de homens., cristalizando a visão de Homem forte, viril, agressivo e dominador.

É pertinente aqui retomar a teoria de masculinidade hegemônica de Raewyn Connel (como citado em Messerschmidt, 2012), o qual discute a existência de um modelo tradicional de masculinidade que possui relações de poder desigual com mulheres e também com outras formas de masculinidade não hegemônicas. Com essa teoria se torna possível desnaturalizar esse Homem universal e entender a masculinidade em seus diversos desdobramentos e vivências.

3. Homem/masculinidade

A terceira análise, realizada com periódicos selecionados mediante o uso do descritor homem e masculinidade, resultou em quatro classes, como identificado na Figura 3. A primeira Classe '**Saúde Coletiva Masculina**' explica 28% da variância total do *corpus* e esta ligada de maneira fraca ao conjunto formado pela segunda Classe '**Família e Paternidade**' (12% da variância), que por sua vez está ligada ao subconjunto formado pelas terceira e quarta Classes '**Pedagogia de Gênero**' e '**Masculinidades Desviantes**', com 12% e 48% da variância do *corpus* respectivamente. A terceira e quarta classes são as que estão ligadas com maior força, indicando grande proximidade entre as duas.

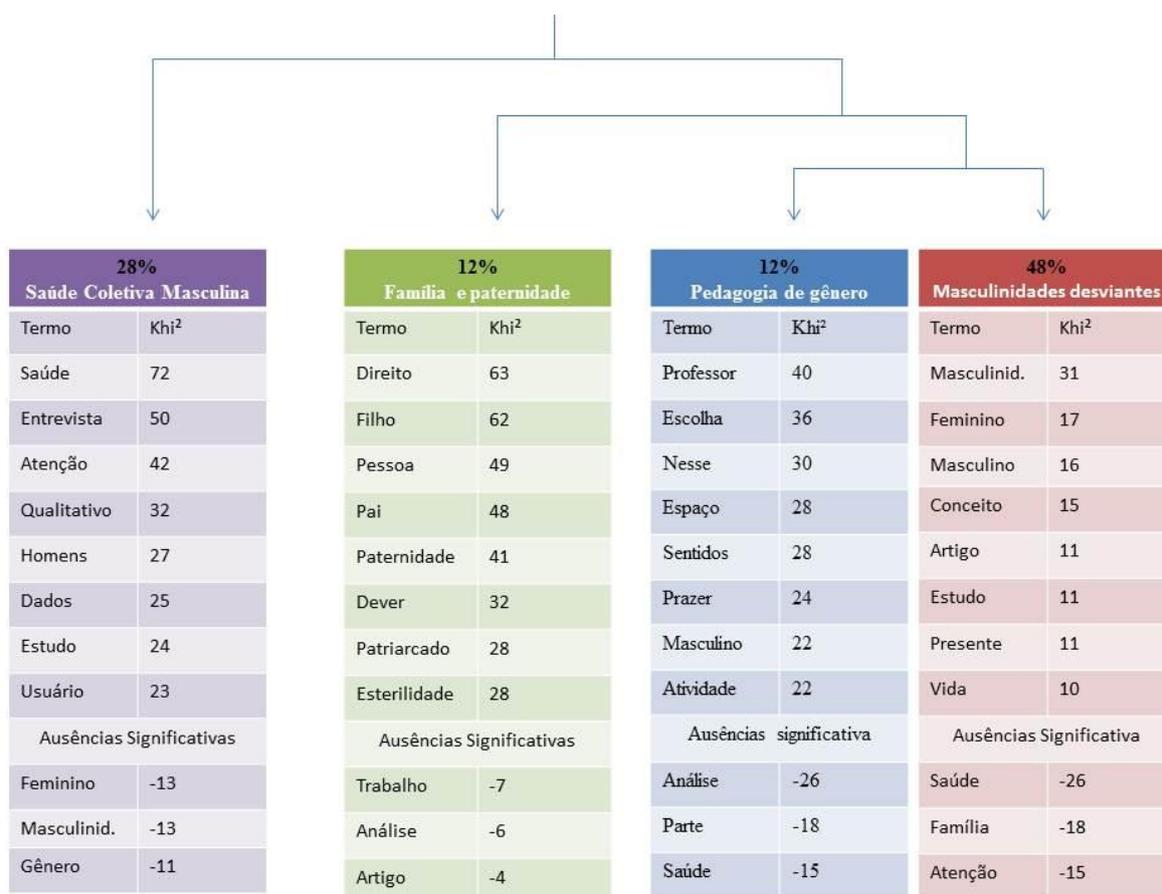


Figura 4 - Resultados da classificação hierárquica descendente do corpus construído com os descritores homem/masculino pelo ALCESTE

A classe ‘Saúde Coletiva Masculina’ possui como elementos de maior significância a *saúde*, *atenção* e *homens*, dando indícios de suas temáticas. Possui ainda as palavras *entrevista*, *qualitativo*, *dados*, *estudo* e *usuário* como indicativo de seu desenho metodológico. É, também, similar à classe ‘Saúde Coletiva e Metodologia’ encontrada na primeira análise e a Classe ‘Saúde Coletiva Feminina’ da segunda análise, indicando um conjunto de estudos que se voltam para a questões de saúde, aqui a saúde do homem, e que possuem forte significância no seu desenho metodológico. A temática para estudos de saúde do homem passa a ter grande importância como analisado anteriormente, devido ao lançamento do Programa Nacional de Atenção a Saúde do Homem em 2008.

Aqui, diferente do encontrado na primeira análise com o *corpus* total, não aparece a violência como termo significativo. Um dos principais pontos discutidos nesta dissertação é a grande vulnerabilidade do homem à violência e este resultado comprova a forma como esse tema é tratado. Ao se falar da mulher, discute-se a forma como a violência, principalmente a conjugal e de gênero, impacta na condição da mulher. Ao se discutir o homem, mesmo que esse seja a vítima majoritária da violência, a violência não aparece como tema de destaque. Os principais temas encontrados são na tentativa de esclarecer a menor procura de homens por serviços de saúde e riscos para a saúde masculina, devido a comportamentos de risco como uso abusivo de álcool e drogas ou comportamento sexual de risco. Estes temas se aproximam ao que é discutido como elemento de compreensão da forte associação entre homem e violência, o risco como forma de provar o valor e honra da masculinidade (Bourdieu, 2012, Nascimento e col., 2009, Ministério da Saúde, 2008). Esse é um indicativo que certas questões apontadas como problemas na construção de papéis masculinos tradicionais já começam a fazer parte das pesquisas nacionais, no entanto, a vulnerabilidade masculina à violência não chegou a alcançar o mesmo *status*.

Para a variável periódico de publicação, índices de maior significância foram para os periódicos Interface: Educação, Saúde e Comunicação, Saúde e Sociedade e Phisys: revista de Saúde Coletiva (Khi^2 31, 28 e 17 respectivamente). Quanto à variável ano de publicação, a maior significância recaiu sobre o ano de 2012 ($Khi^2 = 16$).

Nas ausências significativas estão *feminino*, *masculinidade* e *gênero*, mantendo a similaridade com a classe ‘Saúde Coletiva e Metodologia’, como um indicativo que este conjunto de artigos, seja ao falar sobre a saúde da mulher ou a saúde do homem, o faz sem fortes relações com os estudos de gênero.

A Classe ‘**Família e Paternidade**’ traz uma especificidade bem interessante para a análise de homem e masculinidade. Os principais elementos desta classe são *direito*, *filho*,

pessoa, pai, paternidade, dever, patriarcado e esterilidade. Importantes para a compreensão dessa classe são também os termos *casamento, constituição e família* (Khi^2 de 27, 27 e 7 respectivamente), bem como *gay, LGBT e lésbica* (Khi^2 de 13, 8 e 8 respectivamente). Esta classe pode ser compreendida como uma classe que remete aos diversos problemas relacionados à constituição da família para homens, seja como forma de assumir o papel de pai, na busca de se tornar um, ou na tentativa de homens com masculinidades não hegemônicas de constituir a própria família e também buscar essa possibilidade de paternidade.

Alguns elementos precisam ser comentados nesta classe. Por vários aspectos esta classe apresenta um questionamento da masculinidade normativa. Primeiro, ao buscar investigar outras formas de paternidade para homens, distintas do papel tradicional de provedor/censor que o homem possui tradicionalmente. Um novo elemento é associado ao ser homem, o ser pai. Porém, esses estudos ainda apontam a relevância da paternidade para a concretização da masculinidade, buscando tratamento para infertilidade que é associada à impotência; dessa forma, o ser pai pode ser apenas um elemento que ainda marca a masculinidade tradicional. A presença, nestes artigos, da masculinidade hegemônica como pai/homem fértil/provedor e o da masculinidade não hegemônica como pai/cuidador indica um estado de mudança e transição nas representações da masculinidade, assimilando a existência de papéis masculinos não hegemônicos (Messerschmidt, 2012).

Em segundo, esta classe aponta também a exclusão a que estão submetidas pessoas estigmatizadas como homens com papéis masculinos não hegemônicos, como as populações LGBT, que têm um direito básico, o de constituir família, barrado por entraves sociais e civis. Estes artigos irão discutir os problemas enfrentados por esses homens e mulheres homossexuais na busca deste *status* de família. Estes estudos podem ser tomados como

indicativos da forma como o sexismo e o patriarcado acaba por trazer graves prejuízos também a homens que não se encaixam nos papéis tradicionais da masculinidade hegemônica.

Na variável ano de publicação, maior significância recaiu nos anos de 2006 e 2002 (Khi^2 32 e 26). Já na variável periódico de publicação, destacaram-se as revistas Psicologia Clínica e Estado e Sociedade ($Khi^2=28$ para ambas). É possível compreender a presença marcada destes dois periódicos pelas implicações dos temas. Conflitos familiares, aceitação da sexualidade, esterilidade e os demais problemas encontrados nesta classe costumam ser geradores de conflitos pessoais, que resultam no encaminhamento para tratamento especializado, no caso da psicologia clínica, o que leva a área a desenvolver pesquisas com esses temas. Já a Revista Estado e Sociedade parece estar mais aberta à publicação de pesquisas relacionadas aos aspectos legais e civis da paternidade com seus direitos e deveres, casamento LGBT e direitos civis dessas populações.

As Ausências significativas apresentaram valores de Khi^2 situados no intervalo de $-10 < KHi2 < 0$, possuindo, portanto, baixa significância para uma análise mais confiável. Vale lembrar que para ausências significativas, menores valores de Khi^2 indicam correspondências mais confiáveis. Os três principais termos seriam *trabalho*, *análise* e *artigos*.

Na Classe '**Pedagogia de Gênero**' os termos de maior significância foram *professor*, *escolha*, *nesse*, *espaço*, *sentido*, *masculino*, *prazer*, *atividade* (Khi^2 de 40, 36, 30, 28, 28, 24, 22, 22, respectivamente), além de *sexo*, *educação* e *norma* (Khi^2 de 21, 16 e 15 para os últimos três). Na variável periódico de publicação a maior representatividade foi do periódico Educação e Pesquisa, uma revista da área de educação. Outra revista presente foi Psicologia e Sociedade, porém com valor baixo de $Khi^2(=10)$.

Esta classe versa sobre as temáticas da educação e suas interfaces com as questões de gênero, ressaltando o papel da escola na perpetuação das normas sociais, fortalecendo nos homens o machismo desde as séries iniciais, mas também da possibilidade da educação

funcionar como um recurso de desconstrução destes papéis, agindo como um espaço gerador de sentido. Também irá falar sobre as diversas implicações da escolha de professores do sexo masculino em atuar como professores de séries iniciais, profissão identificada como pertencente às mulheres e de como este novo papel pode ser utilizado de forma aliada a um discurso dos estudos de gênero, bem como o estigma e discriminação associado àqueles que fazem a opção por essa carreira. Em outros estudos, o sexo é abordado com tema central, ora associando-o à escola e educação ao discutir o papel da educação e do professor na educação sexual, ora abordando a descoberta e iniciação masculina ao sexo.

O tema central desta classe é o professor, o professor do sexo masculino e suas escolhas e a discriminação resultante, seu papel na educação de gênero, professor como atuante na educação sexual, o impacto do professor na formação de sujeitos e na masculinidade. É uma classe que tanto anuncia os possíveis problemas decorrentes da atuação do professor, como clama a utilização deste espaço para a geração de sentido e a conscientização dos sujeitos desde o início da escolarização.

Resta perguntar por que essa temática aparece de forma tão marcada em estudos sobre homens e masculinidade e não de forma mais ampla em estudos de gênero? Apenas os alunos do sexo masculino poderiam usufruir dos benefícios propiciados por uma educação voltada para os temas de gênero? Questionar o machismo e o patriarcado é questionar o machismo e o patriarcado nos homens?

Algumas dessas questões podem ser problematizadas, mas as respostas concretas para elas necessitariam de estudos mais aprofundados. O que se pode dizer é que esses resultados apontam para uma interpretação dicotomizada da atuação de homens e mulheres na educação e como sujeitos dessa educação. Está presente nesse conjunto de artigos o papel da educação na formação da heteronormatividade e do sexismo, mas discuti isso principalmente na formação de meninos, ou como papel do professor que pode escolher reproduzir esses papéis

ao usufruir seus benefícios, de forma que “os professores podem ou não tentar quebrar tais representações” (Unidade Textual nº 220, $Khi^2 = 21$). Embora não seja dito explicitamente, permanece indícios da heteronormatividade e do sexismo como um atributo masculino, que deve ser questionado no homem e na formação de meninos. Tais indícios tem como contraponto a ideia de que a mulher não pode ser machista, pois é vítima do machismo; como dominada, não usufrui do mecanismo de dominação e não possui poder para exercê-lo, logo pode apenas reproduzir o machismo no homem. Nesta linha de raciocínio, o machismo é uma estrutura de poder desigual que beneficia o homem e oprime a mulher. O machismo é desta forma, um atributo naturalizado no homem, que acaba por fortalecer a associação dicotômica entre homem e mulher e repercutir a pergunta “qual o lugar do homem no feminismo?”.

As ausências significativas da classe 3 possuem pouca confiabilidade, apresentando valores entre zero e -10. Os principais termos encontrados foram *análise*, *parte* e *saúde*, com Khi^2 de -7, -6 e -5.

Finalmente, a classe ‘**Masculinidades Desviantes**’ apresenta os termos *masculinidade*, *feminino*, *masculino*, *conceito*, *neste*, *artigo*, *estudos*, *presente*. Outros termos encontrados são *beleza*, *gênero*, *travesti*, *homossexualidade*, *identidade*, *corpo* (Khi^2 de 9, 9, 8, 8, 7 e 6 respectivamente), que embora apresentem menor significância, são relevantes para o entendimento da classe. Esta classe avalia conceitos presentes nos estudos sobre gênero, atributos masculinos e femininos presentes na formação de corpos e da identidade, bem como a identidade sexual desviante ou a orientação sexual não-normativa.

Em relação aos periódicos de publicação, maiores significâncias foram encontradas nos Cadernos Pagu e Estudos Feministas (Khi^2 de 11 e 8). Na variável ano de publicação, o ano de 2005 recebeu o maior ($Khi^2 = 8$). Na análise do *corpus* homem e masculino, apenas nesta classe estes dois periódicos aparecem como significativos. Este fato pode ser relacionado à grande associação dos estudos Queer (do inglês estranho, termo utilizado na

língua inglesa para referir-se a homossexuais) com os estudos feministas. Estudos sobre homossexualidade e identidades de gênero desviantes, como transexuais e transgênero, encontram espaço em periódicos feministas. Isso indica uma tradição de, ao discutir a masculinidade, discuti-la em seus aspectos desviantes mais marcados e estigmatizados, de forma a pontuar como essa quebra impacta na própria masculinidade e na construção dos papéis de gênero.

A presença desta temática em artigos que tratam do homem e da masculinidade também revela que a homossexualidade e os temas trans são mais discutidos quando relacionadas aos homens do que às mulheres, ocorrendo maior número de publicações sobre a temática LGBT associadas a homens do que a mulheres, mesmo dentro dos estudos feministas, que como vistos anteriormente, possuem um enfoque majoritário sobre a mulher.

Nas ausências significativas estão presentes *saúde, família e atenção*. Esses termos são reveladores de aspectos críticos dos estudos presentes nessa classe. Primeiro, em relação à saúde, indica que, ao discutir a formação de uma identidade de gênero desviante, estes estudos não abordam questões de *saúde*, ou o impacto do estigma sobre a saúde pública de populações LGBT, mostrando uma lacuna nos estudos nacionais. Estudos internacionais sobre populações LGBT's trazem resultados robustos sobre o impacto do preconceito e discriminação nessas populações, indicando taxas de adoecimento, depressão e suicídio, o que permitem planejamento de programas focados para essas populações. Em relação à *família*, pode-se associar com a classe 'Família e Paternidade' que tratou sobre família e direitos de populações LGBT ao casamento e adoção, lembrando que a associação das classes 'Masculinidades Desviantes' e 'Pedagogia de Gênero' está fortemente ligada a classe 'Família e Paternidade'. Pode-se entender que essas temáticas (formação de identidade homossexual e direito de constituir família) se complementam de alguma forma dentro dos estudos, mas que ainda constituem temas tratados a parte. O termo *atenção* deve ser entendido quando

associado a outras ausências significativas, como direito, políticas e usuário (Khi^2 de -8, -9 e -8 respectivamente), o que sugere que os estudos identificados nessa classe não irão discutir programas sociais que visem populações LGBT, a garantia de direitos, políticas públicas e a atenção aos usuários, o que pode ser relacionado à ausência de discussão sobre a saúde dessas populações.

Nota-se que a classe ‘Masculinidades Desviantes’ foca na formação da identidade LGBT a partir dos atributos femininos e masculinos, como uma forma de construção da masculinidade que quebra os padrões normativos, o que interessa aos estudos feministas como exemplo de desconstrução de papéis de gênero. Porém, essa classe deixa de abordar diversos outros aspectos de interesse a esses grupos sociais, como atenção a saúde e formação de família.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O primeiro estudo aponta uma vertente de pesquisa voltada para estudos na área de saúde coletiva, condizente com o viés esperado para o indexador Scielo. Estes estudos abordam a violência como tema de saúde para mulheres, mas não identificam a violência como uma questão relevante na saúde de homens. Para estudos sobre mulheres e feminino existe a presença expressiva de estudos sobre feminismo que não irão abordar a violência como tema significativo. Nos estudos sobre homem e masculinidade diversas classes apontam que o homem vem sendo estudo pelos temas da paternidade, família e questões de sexualidade e DST's e pela masculinidade desviante. As questões da violência são discutidas para apontar a forma como ela afeta mulheres e nestes casos o homem é abordado de forma pouco significativa em relação aos temas centrais dos estudos.

SEGUNDO ESTUDO

O UNIVERSO CONSENSUAL DAS REPRESENTAÇÕES

O segundo estudo foi direcionado ao universo consensual das representações, utilizando-se da aplicação de questionários virtuais por meio da internet, para acessar as teorias de senso comum acerca dos significados de homem, mulher e violência.

MÉTODO

1. Sujeitos

Participaram deste estudo 129 sujeitos. Destes, 85 são mulheres (65,9 % do total). A maioria dos participantes se declarou solteiro ($n = 100 / 77,52\%$). A idade variou entre 18 e 58 anos, com média de 26 anos e 9 meses ($DP = 6,13$), caracterizando um grupo de jovens adultos..

Outra característica é a alta escolaridade dos participantes, com 58,6% deles cursando ou já tendo concluído curso de graduação e 28,7% cursando ou já concluído algum curso em nível de pós-graduação, como especialização, mestrado ou doutorado. Os demais participantes se declararam com nível médio ou técnico.

Os participantes eram majoritariamente originários de Brasília e demais cidades satélites (66,67%) e entorno ($n = 8, 6,20\%$). Os demais participantes se dividiram entre outras capitais como Recife, São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis. Em cinco capitais houve apenas um respondente (Olinda, Belém, Salvador, Porto Alegre e Curitiba). Outros nove respondentes vieram de outras cidades com frequência igual a um respondente por cidade. Tendo um destes respondentes se declarado proveniente de Coimbra,

Portugal, mas de nacionalidade brasileira. Todos os demais respondentes eram brasileiros, residentes no Brasil.

Tabela 2- Categorização dos Sujeitos

Participantes (N=129)		
Características sociodemográficas	<i>F</i>	%
Sexo		
Masculino	43	34,1
Feminino	85	65,9
Escolaridade		
Médio	15	11,6
Superior	73	56,6
Pós-graduação	37	28,7
Técnico	4	3,1
Estado Civil		
Solteiro	123	95,3
União estável	23	17,8
Divorciado	3	2,3
Local de residência		
Brasília	85	66,67
Recife	8	6,2
São Paulo	7	5,4
Goiânia	3	3,2
Belo Horizonte	2	1,5
Rio de Janeiro	2	1,5
Florianópolis	8	6,2
Outras capitais	5	3,8
Outras cidades	9	6,9
Nível Socioeconômico		
Classe A	5	3,9
B	35	27,1
C	33	25,9
D	30	23,2
E	26	20,2

Quanto à ocupação houve grande variedade, desde estudantes de nível médio, universitário ou de pós-graduação, professores, professores universitários, psicólogos, designer, técnicos, analistas, gerentes, comerciantes, pecuaristas, servidores públicos, funcionários de TI, área de recursos humanos, pesquisadores e de áreas de comunicação (jornalista por exemplo). A maior concentração se deu em estudantes (41,86%). As demais ocupações obtiveram frequências variando de 1 a 4.

No tocante à renda, os participantes foram enquadrados entre as categorias de classes sociais, como A, B, C, D e E. Essa divisão em classe social por renda proposta pelos órgãos

governamentais responsáveis é adotada como parâmetro nacional. Segundo essa, os participantes do estudo se situam majoritariamente nas Classes B, C e D (n=98), com maior concentração nas classes médias (B e C), com uma ligeira inclinação para as classes mais altas (classe B).

2. Instrumento

O questionário (cf. Anexo 1) foi composto de duas partes. A primeira parte consistia de um questionário sociodemográfico, no qual eram solicitadas informações como gênero, data de nascimento, local de residência, renda familiar, escolaridade.

A segunda parte era composta pela apresentação de três termos indutores (mulher, homem e violência, nesta ordem). Era solicitado ao participante que apresentasse cinco palavras ou expressões que lhe viessem à mente quando da apresentação de cada um dos termos. Posteriormente era pedido que ordenassem essas palavras ou expressões por ordem de importância de 1 a 5, sendo 1 o mais importante e 5 o menos importante. Por último, era solicitado que justificasse a escolha da palavra apontada como a mais importante (a de número 1).

3. Procedimento de coleta de dados

Todos os questionários foram aplicados virtualmente. Para responder os participantes precisavam acessar o questionário em uma página da *internet* por meio de um *link* (www.xxx.com) que era disponibilizado no momento do convite, realizado por e-mail ou por meio de páginas de redes sociais. O questionário foi disponibilizado para resposta pelo período de um mês e a cada semana os convites eram reenviados, visando assim alcançar maior número de respondentes.

Quando acessado o *link* o participante era direcionado primeiramente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. Anexo 2), no qual era informado sobre aspectos éticos da pesquisa e que ao prosseguir para o questionário se declarava de acordo com o proposto no

termo. Na sequência era apresentado um tutorial sobre os procedimentos de resposta dos questionários e fornecidas as instruções sobre o funcionamento dos termos indutores.

Terminado o tutorial o participante era então direcionado ao questionário sociodemográfico e posteriormente ao questionário de termos indutores. O procedimento foi organizado de tal forma que o participante só pudesse seguir a próxima parte do questionário após responder todas as perguntas da página, evitando que partes do questionário fossem deixadas sem resposta ou que a sessão seguinte contaminasse as respostas da sessão atual.

A opção da aplicação por meio da internet visou alcançar maior variedade e número de respondentes dentro do prazo delimitado, tendo em vista as limitações materiais para esse tipo de coleta. Fica caracterizada, no entanto, o caráter de conveniência na seleção dos sujeitos, por ter acesso a participantes presentes na rede de contatos do pesquisador. Visando minimizar esse efeito, era solicitado aos participantes que reenviassem o convite para suas redes de contato, conferindo à coleta um caráter similar ao procedimento de “bola de neve” na coleta de dados (cada participante indica outros participantes para a participação na pesquisa).

4. Procedimento de análise dos dados

O uso de questionários de evocação permite a realização da chamada análise prototípica (Wachelke & Wolter, 2011), sendo a técnica mais difundida para análise de representações sociais por meio de evocações de palavras. A técnica foi desenvolvida por Verger (1992, como citados em Wachelke & Wolter, 2011), sendo amplamente aplicada a diagnósticos de temas sociais, principalmente em áreas de saúde e educação.

A análise prototípica pressupõe que os elementos das representações sociais com maior importância em sua estrutura estão mais prontamente disponíveis à consciência, ou que são mais prototípicos. Segundo Flament e Rouquett (2003, como citados em Wachelke & Wolter, 2011) a análise se baseia no pressuposto de que o quanto antes uma pessoa se lembra

de uma palavra ou expressão, maior é sua representatividade em um grupo de semelhantes, princípio ao qual os autores chamam de Lei de Marbe.

A análise dos dados assim coletados se deu com a utilização do *software* EVOC, programa francês livre, desenvolvido para estudos de representações sociais, de acordo com a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais de Abric (1998, 2003). O EVOC realiza uma classificação das palavras evocadas de acordo com a frequência e da ordem de importância, dividindo-as em quatro quadrantes, de forma que no primeiro quadrante estão localizadas as palavras com maior frequência e maior grau de importância (palavras grifadas com o número 1 ou próximas de 1). No segundo quadrante, ou primeira periferia, estão localizadas as palavras com maior frequência e menor ordem de importância (palavras grifadas com o número 5 ou próximas de 5). No terceiro quadrante ou segunda periferia, estão as palavras com menor frequência e maior ordem de importância. No quarto quadrante estão as palavras com menor frequência e menor ordem de importância.

De acordo com a teoria do Núcleo Central de Abric, as palavras de maior saliência (maior frequência e maior grau de importância), presentes no primeiro quadrante, compoem o núcleo central (Abric, 2003; Oliveira, e col., 2005; Sá, 1996, 2002), enquanto as palavras com menor frequência ou menor ordem de importância compoem a periferia das Representações Sociais. Desta forma o EVOC permite obter uma estrutura das representações sociais por à partir do método de evocação.

Alguns autores (Abric, 1994; Costa, 2007; Wachelke & Wolter, 2011) alertam, no entanto, que não existe uma correlação direta entre o primeiro quadrante e o núcleo central, mas que muito provavelmente os elementos nele encontrados farão parte do núcleo central. O mesmo se aplica aos elementos periféricos, que devem ser tomados como uma probabilidade e não uma certeza. Para se confirmar a centralidade efetiva destes elementos, Abric (1994) propõe aplicar o teste de centralidade nas palavras indicadas como mais importantes.

Para a análise pelo EVOC foi selecionado como critério de corte a frequência mínima (f_m) = 5, de modo que todas as palavras ou expressões com frequência menor que 5 foram eliminadas do *corpus* semântico. Foi realizado a limpeza dos dados pelo processo de lematização, que consiste em agrupar sobre o mesmo termo palavras de mesmo radical e classe, assim palavras como amigo, amiga, amizade são classificadas sobre amizade, o que reduz a segmentação dos termos. Os parâmetros utilizados para a categorização foram ordem média de importância (OMI) e frequência intermediária (f_i), adotando-se a frequência indicada por Vergès (1992, como citado em Wachelke & Wolter, 2011), ou seja, a frequência média das respostas após a exclusão das respostas de baixa frequência. Por esse processo a frequência intermediária adotada como parâmetro para cada uma das três análises foi de $f_i = 13$ para o termo Mulher, $f_i = 10$ para o termo Homem e $f_i = 10$ para o termo Violência.

RESULTADOS / DISCUSSÃO

Os resultados e discussões do segundo estudo serão divididas em três partes, cada uma focando a análise de um dos termos indutores utilizados na pesquisa.

1. A Mulher

Para o termo indutor mulher foram produzidas 642 evocações. Realizado o corte das palavras evocadas com frequência < 5, resultaram 325 palavras (26 palavras diferentes), que corresponde a 50,62% das evocações originais. Na Tabela 3 são apresentados os resultados da análise.

De acordo com a Teoria do Núcleo Central de Abric (2003) e o apontado por Wachelke e Wolter (2011), os termos encontrados no primeiro quadrante (Q1) são os mais prováveis de pertencerem ao núcleo central das representações sociais. Os termos mãe ($f = 41$, $OMI = 2,293$) e força ($f = 50$, $OMI = 2,480$) são os termos de maior significância no quadrante, o que apontam para os sentidos mais centrais das Representações Sociais para o grupo de referência. Outros termos importantes são amor, feminino e guerreira. Para o grupo analisado, Mulher está associada simbolicamente à força e à mãe, - podendo ser tanto o papel de mãe quanto a figura materna- também ao amor que é um atributo tradicionalmente da mãe e do feminino, ao feminino e a um papel de guerreira, associado à força.

O núcleo central condensa os sentidos mais densos e fortes das representações, e tem as funções de gerar outros significados e organizar as representações. De modo que, a partir dos elementos mais centrais, mãe e força, é que toda a representação de mulher vai ser organizada e se expandir, assim como é a estes elementos que todos os outros vão estar ligados simbolicamente.

Na zona periférica temos os quadrantes 2 (Q1) e 3 (Q3), com os termos *beleza* e *sexo* na primeira periferia (Q2) e *cabelo*, *feminismo*, *inteligente*, *linda*, *luta*, *rosa*, *sensibilidade* e

trabalhadora na segunda periferia (Q3). Esses são elementos transitórios que possuem funções específicas para as representações sociais, segundo a teoria do Núcleo Central de Abric (1998), indicando que podem ser tanto elementos novos que estão sendo incorporados ao sentido mais forte e estável do núcleo central, ou elementos que estão gradualmente sendo removidos do núcleo central. É na zona periférica também que são encontrados elementos pertencentes a subgrupos, indicando idiossincrasias e diferenças intragrupais.

Tabela 3 - Resultados da análise do termo indutor mulher pelo EVOc pela Ordem Média de Importância e Frequência

		Ordem Média de Importância < 3			Ordem Média de Importância > 3		
		Palavra	F	OMI	Palavra	f	OMI
<i>f</i> > 13		Amor	16	2,563	Beleza	40	3,025
		Feminino	24	2,500	Sexo	15	3,267
		Força	50	2,480			
		Guerreira	18	2,677			
		Mãe	41	2,293			
<i>f</i> < 13		Amiga	7	2,857	Cuidado	5	3,400
		Cabelo	12	2,917	Frágil	7	3,571
		Feminismo	5	2,600	Liberdade	6	3,333
		Inteligente	10	2,800	Maternidade	9	3,222
		Linda	7	2,714	Seios	5	3,400
		Luta	6	2,500	Sensível	6	3,333
		Rosa	5	1,800	Trabalho	7	3,714
		Sensibilidade	9	2,111	Vaidade	5	3,400
		Trabalhadora	5	2,800	Violência	5	3,000

Desta forma, pela história das lutas feministas tem-se que a própria ideia de feminismo está sendo incorporada à ideia de mulher. Provável que os termos inteligente, luta, batalhadora também são elementos novos que estão sendo incorporados a essa nova ideia de mulher. Alguns elementos tradicionais são encontrados também, como rosa, sensibilidade, cabelo e linda, bem como beleza e sexo, como atributos tradicionais de mulher.

Retomando as funções da zona periférica apontada por Abric (1998) pode-se dizer que os elementos de cabelo, rosa, beleza e sexo estão ligados à concretização das representações,

cumprindo com a objetivação e ancoragem. Já os novos elementos de luta e batalhadora podem ser entendidos como elementos de regulação e defesa, que mantêm a estabilidade do núcleo central pela incorporação de novos elementos a evoluções contextuais.

Um elemento do núcleo central, força, pode ser um indicativo de uma mudança na representação de mulher para a amostra deste estudo, por apresentar um elemento novo em relação à ideia de mulher. Apesar de não termos estudos similares no Brasil, Amansio (1993) conduziu um estudo interessante em Portugal em 1986, replicado em 1992, no qual busca avaliar as representações sociais por meio de traços masculinos e femininos. Neste estudo não foram encontrados elementos associados à força ou luta, pelo contrário estando presentes traços femininos como frágil, dependente e inferior. Segundo a teoria estrutural de Abric uma mudança no núcleo central implicaria em uma mudança na própria representação social e desta forma essa presença significativa de força como característica da mulher aponta para uma nova representação de mulher em um grupo de alta escolaridade e alta renda.

Por último a periferia distante possui elementos de pouca significância para a representação, indicando mais provavelmente elementos contextuais ou de características de subgrupos. Esses elementos possuem características transitórias e são os mais dinâmicos das representações, podendo tanto ser elementos que não fazem mais parte das representações, quanto elementos que estão se aproximando da zona periférica.

Cabe discutir aqui como certos elementos que indicam características da mulher, como beleza, linda e guerreira podem ser compreendidos como uma forma de sexismo benevolente (Ferreira, 2004, Formiga, Golveia e Santos, 2002). Ao descrever qualidades da mulher, exalta-se seu ideal romantizado, mas ainda se mantém aspectos de codependência desta para com o homem. A mulher neste grupo é forte e guerreira, mas ainda representante do amor e da mãe, sensível e idealizada pelo rosa, uma cor frágil e delicada.

2. O Homem.

O corte da frequência mínima resultou em um total de 326 termos, com 27 termos diferentes. Isso representa 51,42% do total de 634 evocações iniciais. Os resultados da análise podem ser verificados na Tabela 3.

Seguindo a análise do primeiro quadrante em busca do núcleo central tem-se como principais termos Força ($f = 55$, $OME = 2,891$), Paternidade ($f = 31$, $OME = 2,323$) e Machismo ($f = 24$, $OME = 2,667$), que por sua saliência são aqueles que mais provavelmente formam o núcleo central da representação social de Homem no grupo amostral avaliado. Os outros elementos componentes dos quadrantes são amigo, masculino, poder, sexo, companheiro e viril. Como o núcleo central possui uma função de organização simbólica dos outros termos pode-se notar como os demais termos se alinham a força, paternidade e machismo. Elementos como poder podem estar associados à força, bem como masculino pode refletir o caráter desses elementos, que seriam ligados ao ideal de masculino, amigo e companheiro provavelmente estão associados ao papel de pai, que diferente de mãe não possui uma associação tão forte com cuidado e amor, por último machismo está alinhado a sexo e virilidade, atributos do homem macho.

Na região periférica temos barba e trabalhador, bem como egoísmo, parceiro, privilégio, protetor, pênis, responsável, segurança, violento. Os termos barba e pênis cumprem aqui a função de ligação com o real, pelos processos de objetivação e ancoragem. Outros elementos da masculinidade são encontrados, como trabalhador e competitivo (homem como provedor), parceiro (associado à ideia de paternidade e amigo), protetor e segurança (paternidade e força) e responsável. Os últimos elementos da zona periférica a serem analisados merecem especial atenção, sendo eles egoísmo, privilégio e violento. Estas associações muito provavelmente surgem a partir da indexação da ideia de machismo a ideia de homem. Como apontado anteriormente com o feminismo presente nas representações

sociais de mulher, machismo deve ter passado a integrar as representações sociais de homem para este grupo amostral, uma mudança relativamente recente. Assim ao apontar que nas representações sociais de homem estão contidos simbolicamente o privilégio e o egoísmo realiza-se uma denúncia substancial de um fenômeno discutido amplamente na academia e em debates do feminismo. Como apontado por Moscovici (2012, 2013) em seus estudos as representações sociais tem na ciência (universo reificado) um importante ponto de origem e alimentação, por meio da transformação de conteúdos científicos em teorias do senso comum.

Tabela 4 - Resultados da análise do termo indutor homem pelo EVOC pela Ordem Média de Importância e Frequência

Ordem Média de Importância < 3				Ordem Média de Importância > 3			
	Palavra	F	OMI	Palavra	F	OMI	
<i>f</i> > 13	Amigo	17	2,647	Barba	10	3,190	
	Companheiro	12	2,667	Trabalhador	21	3,900	
	Força	55	2,891				
	Machismo	24	2,667				
	Masculino	13	2,462				
	Paternidade	31	2,323				
	Poder	13	2,615				
	Sexo	13	2,846				
	Viril	11	2,818				
	<i>f</i> < 13	Competitivo	5	2,200	Agressividade	7	3,429
Egoísmo		6	2,167	Amor	8	4,125	
Parceiro		5	1,600	Bonito	5	3,200	
Privilégio		5	2,400	Inteligente	5	3,400	
Protetor		7	2,571	M másculo	6	4,167	
Pênis		7	2,429	Pelo	5	4,000	
Responsável		5	2,400	Provedor	5	3,200	
Segurança		5	2,800		7	3,429	
Violento		8	2,750				

O último elemento a ser analisado na zona periférica é violência. Este termo merece especial atenção neste trabalho por exemplificar a associação da violência ao ser homem. Podendo ser um reflexo do núcleo central que possui tanto força como machismo, dois conceitos que possuem em si uma ligação simbólica com a violência, o que se percebe é que

as representações sociais de homem apontam um conflito neste sujeito homem, que pode ser tanto amigo, companheiro, protetor e responsável, como alguém egoísta, machista e violento.

Diferente de mulher onde a força indica uma característica plenamente positiva, principalmente em face da condição histórica da mulher e da luta por empoderamento feminino, em homem a força adquire um duplo fator, podendo tanto dizer sobre uma característica positiva e desejada, como uma característica negativa, que implica em privilégio e violência e está associada ao machismo. Existe então nas representações sociais de homem uma parte importante que traz uma associação simbólica de carga negativa, que realiza uma denuncia e uma crítica ao ser homem.

Na periferia distante os elementos com relação fraca com as representações sociais, indicando elementos individuais e intergrupais estão agressividade, amor, bonito, inteligente, másculo, pelo e provedor. Possuindo tanto elementos de objetivação como pelo, másculo e bonito, como associações de paternidade como provedor e amor (aqui o elemento idiossincrático de associação de paternidade e amor, uma característica tradicionalmente feminina) e ainda elementos de avaliação negativa como agressividade, um elemento simbólico tradicionalmente masculino. Ressalta-se que estes elementos mais distantes podem caminhar em diferentes direções, tanto se aproximar das representações vindo futuramente a ser integradas a elas, como estarem se afastando e terem feito parte das representações em algum momento. Podem também indicar apenas características de subgrupos e não partes importantes da dinâmica das representações sociais.

3. A Violência

Após o corte de frequências inferiores 280 termos foram analisados, sendo 28 termos diferentes. Essa amostra representa 44,02% da amostra original do termo violência. Os resultados podem ser verificados na Tabela 4.

Os termos de maior saliência no primeiro quadrante são Dor ($f = 31$, $OME = 2,161$), Agressão ($f = 22$, $OME = 2,273$) e Medo ($f = 19$ e $OME = 2,579$), compondo de forma mais provável o núcleo central das representações de violência. Triste, sofrimento, abuso, opressor e covarde seriam estruturados a partir destes elementos centrais. Nota-se que o núcleo central possui dois tipos de elementos, elementos que buscam definir a violência pelo que ela é: uma agressão, um abuso, um ato covarde, uma opressão; quanto pelos seus impactos, dor e medo, mas também sofrimento e tristeza. Ocorre o reconhecimento da violência como algo essencialmente ruim, que causa resultados negativos.

Na zona periférica indicando primeiramente os elementos de ligação com o real tem-se sangue, morte, estupro, que apontam para a ancoragem e objetivação desta representação, como forma de dar concretude a representação. São encontrados elementos que dizem sobre a qualificação dessa violência, seus elementos constituintes, como força e poder. Existem também os elementos que apontam para as condições de ocorrência da violência, descrevendo como ela surge e se manifesta, estes seriam injustiça, desigualdade, ignorância, mal, preconceito e ódio. Por último os elementos valorativos da violência, aqueles que dizem sobre o status da mesma, são estes desnecessário e horror.

Ao buscar dar sentido a essas associações simbólicas pode-se dizer que a violência surge da injustiça, desigualdade, ignorância, mal, preconceito e ódio, sendo uma manifestação de força e poder, uma agressão, abuso e/ou ato covarde, opressor, que ocorre na forma de morte, estupro e sangue, o que faz dela desnecessária e ligada ao horror, causadora de dor e medo, sofrimento e tristeza.

Tabela 5 - Resultados da análise do termo indutor violência pelo EVOC pela Ordem Média de Importância e Frequência

Ordem Média de Importância < 3				Ordem Média de Importância > 3			
	Palavra	<i>F</i>	<i>OMI</i>	Palavra	<i>f</i>	<i>OMI</i>	
<i>f</i> > 13	Abuso	11	2,727	Injustiça	10	3,600	
	Agressão	22	2,273	Morte	11	3,727	
	Covarde	10	1,800	Sangue	19	4,105	
	Dor	31	2,161				
	Medo	19	2,579				
	Opressor	10	2,000				
	Sofrimento	12	2,417				
	Triste	16	2,813				
<i>f</i> < 13	Desigualdade	6	2,500	Arma	6	3,333	
	Desnecessário	5	2,000	Desespero	7	3,571	
	Estupro	5	2,200	Física	5	4,400	
	Força	6	2,167	Mulher	7	3,714	
	Horror	7	2,714	Raiva	9	3,556	
	Ignorância	7	2,286	Ruim	5	3,600	
	Mal	9	2,889	Trauma	6	3,500	
	Poder	9	1,889				
	Preconceito	5	2,400				
	Ódio	5	2,200				

As representações sociais da violência foram aqui um quadro rico sobre a compreensão da mesma, abrangendo muitas dimensões de compreensão da violência, causas, especificações e seus efeitos. Os agentes da violência, no entanto, não chegaram a ser abordados. Embora elementos como homem, pobreza, polícia e periferia tenham chegado a ser abordados, estes encontraram frequências abaixo de 5 e foram excluídas da análise, indicando que embora possam ser elementos de valor individual, não chegam a se constituir como parte integrante das representações sociais da violência. Fica a questão se com isso estaria a implicação da violência como algo difuso sem um agente específico, podendo qualquer pessoa, dadas as situações e condições abordadas, vir a ser um agente da violência, ou se estes agentes da violência são um fator menor em face da violência em si, o que implicaria na sua não inclusão na representação. Outro ponto possível é que sendo a violência um fenômeno tão abrangente e diverso, diversos agentes são possíveis, ocorrendo muito

segmentação destes agentes na amostra, o que levou ao fato de nenhum dos possíveis agentes apontados figurar com uma frequência mínima para a análise.

Um elemento perpassa as três análises, a força. Este elemento presente tanto como um elemento do núcleo central das representações de mulher e homem, como elemento periférico para as representações de violência. Como abordado anteriormente, a força adquire duplo significado para homens, o que não ocorre para mulheres. Aqui a força é um pré-requisito da violência. Poder e força são os veículos da violência, como ela ocorre. Entre homem e violência ainda ocorre a associação de poder, elemento central para homem e periférico para a violência. Assim elementos centrais na especificação do ser homem, força e poder, são visto como necessários a ocorrência da violência.

Estes apontamentos estão de acordo com os estudos de gênero que buscam entender a violência masculina como uma associação de características valorizadas na masculinidade, como força, poder, agressividade e virilidade. O ser homem é intimamente ligado às formas como a violência é compreendida. O homem possui poder e força e a violência se manifesta por meio do poder e força. À mulher faltaria então as habilidades para manifestar a violência? Este estudo aponta na verdade a força como um elemento central para a representação de mulher, mas esta força permitira a mulher a manifestação da violência? A força do homem e da mulher possuem elementos metafísicos diferenciais que a levam a ter diferentes funções e resultados, diferentes manifestações?

Para responder a essa pergunta mostra-se necessário retornar as primeiras avaliações sobre o ser mulher e ser homem. Como apontado por diversos autores (Beauvoir, 1999, Bourdier, 2012, Amansio, 1993) o masculino possui em si associações simbólicas com o ativo, com a ação, o externo, enquanto o feminino possui associações simbólicas com o passivo, a inação, o interno. Essas associações repercutem por todos os outros elementos constituintes das representações de homem e mulher. Isto leva ao entendimento da força do

homem e a força da mulher de formas diferentes. A força da mulher é uma força para suportar, aguentar todas as provações e cobranças a que a mulher é posta e a levar a prosseguir e cumprir suas obrigações de mãe (tradicionalmente o ser mãe é associada ao passivo), mantendo sua feminilidade e ainda sendo trabalhadora (uma característica relativamente recente ao ser mulher). A força do homem aponta para o cumprir, conquistar, ser pai, provedor, trabalhador, protetor, amigo, mas também violento. De modo que o mesmo elemento pode adquirir diferentes associações simbólicas para homem e para mulher. A genderização da cultura e dos aparatos semióticos prossegue até a divisão das qualidades, aqui no caso força, em um binômio homem e mulher.

Por último os elementos da periferia distante são arma, desespero, física, mulher, raiva, ruim, trauma. Estes elementos apontam para o veículo da violência (arma e física), quanto para seus efeitos (trauma, desespero), possuindo ainda características de valoração (ruim) e condicionais (raiva). Mulher aparentemente possui aqui conotação de vítima da violência, conjuntamente com outros elementos com frequência menor que 5 que fora eliminados, como crianças, ou vítima propriamente dito. Aparentemente aqueles que sofrem a violência, assim como os que a praticam, tiveram também menor relevância que os demais elementos da violência.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi: Identificar nos discursos acadêmicos (universo reificado) e cotidianos (universo consensual) os sistemas representacionais que constroem e sustentam o paradoxal binômio homem-violência.

Diversos elementos foram encontrados neste sentido. O primeiro deles é a forma como a violência é tratada de forma diferencial para homens e mulheres nos estudos sobre saúde pública, que elegem a violência como um tema central para a mulher, mas não chega a configurar como significativo ao tratar do masculino. Outro aspecto importante é como o homem desaparece dentro dos estudos do feminismo, que mesmo quando realizam estudos tendo os homens como sujeitos, estes são invisibilizados, negando a subjetividade do homem dentro destes estudos. O percurso que resultou na concretização do homem como agressor ou os elementos culturais e simbólicos presentes neste papel de masculinidade hegemônica não são o tema e nem são discutidos. Nestes estudos o homem é o agressor, algoz das mulheres vitimadas pela violência. A violência é masculina e existe como consequência da masculinidade.

Reitera-se no universo reificado o homem agressor, essencializado desta forma em sua identidade masculina. No universo consensual este papel é confirmado. A violência é parte da representação social de homem, bem como existe forte associação simbólica entre homem e violência. Os atributos inerentes à masculinidade são também atributos necessários à violência: a força e o poder.

A violência se torna aqui o destino inevitável e inadiável do homem, que possui em sua própria identidade os elementos próprios à violência. A metafísica da substância prescreve ao homem a concretização da violência como um ato formador de sua essência. Resta ao homem cumprir seu papel designado pela cultura e pela sociedade. A concretização

de práticas agressivas pelo homem, mesmo quando não ocorre é uma possibilidade concreta, profetizada pelo seu estado como homem.

Esse papel do homem não apenas o posiciona como autor da violência, como também nega a ele o papel de vítima da mesma. O duplo homem/ativo e mulher/passiva tem grande força sobre os atributos associados ao homem. Como visto, em nenhum momento os resultados deste trabalho identificaram alguma associação do homem com a vulnerabilidade à violência. Quando uma classe de grande representatividade é encontrada sobre os temas de saúde coletiva do homem, o tema da violência não é citado, embora avaliado pelos documentos oficiais que a violência vitimiza milhares de homens todos os anos, tendo grande impacto sobre a expectativa de vida masculina, que no país está bem abaixo da feminina.

Muito embora alguns autores já comecem a apontar que a violência é também praticada por mulheres e sofrida em grande escala pelos homens, os resultados aqui apontam a um entendimento bem demarcado sobre os papéis de masculinos e femininos frente à violência. Ao homem cabe praticar a mesma para cumprir seu papel e concretizar sua identidade, à mulher cabe ser vítima da mesma.

Reitera-se aqui, assim como discutido por Elizabeth Badinter, que esses silêncios deixados pelos trabalhos acadêmicos sobre homens e mulher, masculino e feminino, trazem consequências para as representações sociais de homem e de mulher. O próprio feminismo começa a ser integrado à representação social de mulher, trazendo consigo outros elementos. Isto também ocorre com a representação social de homem, que traz as denúncias do feminismo, trazendo uma carga negativa de acusação e crítica. Constroem-se desta forma representações carregadas de elementos associativos positivos da mulher e uma representação marcada pela crítica ao masculino. O resultante deste processo é a manutenção do binômio masculino/feminino como irreconciliáveis, mudam-se os elementos no jogo das cadeiras, mas permanece a mesma estrutura de separação sexista, presumindo a existência de dois

sexos/gêneros marcados pelas suas características opostas, agora não mais biológicas, mas culturais. O resultado final é a preservação da dicotomia homem/mulher agora com uma nova roupagem, mas os velhos problemas.

Os objetivos específicos foram alcançados em diferentes pontos, mas não em sua totalidade. O primeiro objetivo específico era “Examinar nas produções científicas e nos discursos de pesquisadores as concepções de gênero e violência e a presença (ou não) de significados que associem a violência aos papéis tradicionais de homem e mulheres constituindo sistemas representacionais”. Este objetivo pode ser alcançado ao se identificar conjunto de pesquisas que abordam a violência contra a mulher, principalmente a violência conjugal, como avaliado como o homem não é identificado como vítima da violência, apenas como seu autor. As produções científicas ao optarem por abordar certos tópicos em detrimento de outros, ou de abordar certas temáticas por um enfoque restrito, fornecem elementos que irão constituir sistemas representacionais, visto que o universo reificado é uma das fontes primordiais da constituição de representações sociais.

O segundo objetivo “Explicitar os processos de construção destes discursos científicos, identificando as ancoragens e objetivações destas representações e suas possíveis associações aos tradicionais papéis masculino e feminino” pode ser alcançado em parte ao identificar os antecedentes históricos de certas preferências e orientações dos estudos feministas, assim como as bases epistemológicas que dão embasamento a estes trabalhos. Compreendendo-se como uma semiótica gendrada permeia a própria concepção destes estudos fica perceptível como o próprio processo de desconstrução do binômio homem/mulher acaba por recolocar estes papéis em uma nova roupagem que ainda mantém características dicotômicas e elementos simbólicos de ativo/passivo. Bourdier (2012) faz uma crítica muito pertinente a este processo ao apontar que quando pesquisamos estes temas o fazemos de dentro das próprias estruturas de dominação sutil, de um conjunto de valores e

símbolos permeados por essas estruturas de poder e que este deve ser sempre um ponto de crítica e reavaliação destes trabalhos, lembrar que como cientistas sociais não estamos imunes ao próprio processo de dominação que busca-se questionar.

O terceiro objetivo “Levantar as representações sociais de homens, mulheres e violência entre pessoas comuns, de modo a identificar seus conteúdos e processos de formação” pode ser verificado pela identificação das representações sociais, de seus núcleos centrais e suas zonas periféricas, bem como da associação destas representações sociais com seus elementos constituintes e formadores no universo reificado. Como defendido por Moscovici em seus trabalhos, é possível identificar como a ciência é hoje a grande provedora de conteúdos e sentidos que irão permear as representações sociais. Lembrando ainda que as representações sociais não são apenas um conjunto de ideias, elas possuem importantes funções prescritoras de comportamentos e ações, de orientação do real e das ações. Aqui a crítica feminista da neutralidade da ciência deve ser reiterada, não apenas como Bourdieu aponta na implicação do cientista social no conteúdo que ele busca estudar, mas também no impacto do conteúdo que ele produz.

Não se nega aqui a importância do feminismo para a emancipação da mulher e o empoderamento do feminino, pelo contrário, questiona-se porque este mesmo processo não é pensado para o homem, que ainda se vê preso à concretização da identidade masculina, intrinsecamente anexada ao papel de agressor, ao risco e à prova de sua virilidade e sua honra. Os resultados aqui apontam como não existe (e talvez seja inadmissível existir dentro da concepção de masculinidade atual) conteúdos representacionais de vulnerabilidade referentes ao masculino. Por pressupor uma posição passiva e feminina, negar a força e o poder, atributos centrais ao masculino, a vulnerabilidade masculina é negada, tornando-se invisível, impensável.

No entanto não apenas o universo reificado fornece conteúdos as representações sociais, as próprias representações sociais irão orientar a prática e as ações dos pesquisadores, da mesma forma com Bourdieu anuncia. Então essa impossibilidade de pensar a vulnerabilidade do masculino resulta na impossibilidade de contemplar estudos sobre este tema. Neste trabalho alguns *outliers* foram trazidos para exemplificar este problema. Muito ainda é preciso caminhar visando alcançar uma quebra real dos papéis tradicionais de masculino e feminino, uma quebra que possa de fato entender homens e mulheres em relações dialéticas, superando a velha dicotomia do ativo forte/passivo fraco. Este processo não pode, no entanto, ser alcançado sem contemplar também o homem como merecedor de cuidado e atenção, continuando a invisibilizar suas angústias e sofrimentos, negando sua subjetividade e sua história.

Considerações finais

Este trabalho encontrou algumas dificuldades em sua concretização. Era inicialmente planejado um estudo intermediário entre a primeira parte e a segunda. Este estudo consistiria de entrevistas com pesquisadoras da área de estudos de gênero e da mulher, que possuíssem atuação acadêmica substancial sobre os temas de feminismo, gênero, mulher e violência. Seriam realizadas entrevistas com estas pesquisadoras visando fornecer mais conteúdo para a análise da produção e conteúdos do universo reificado, que poderiam dar maior embasamento aos dois primeiros objetivos específicos do trabalho.

No entanto este estudo foi abandonado por enfrentar diversas dificuldades nas tentativas de marcação destas entrevistas. As tentativas de contato não obtiveram respostas, ou as marcações das entrevistas não chegaram a se concretizar. Devido a limitações de tempo para a realização do estudo e análise dos dados este teve que ser abandonado pela impossibilidade de realização do mesmo no tempo disponível.

Este acontecimento não ocorre sem precedentes. Moscovici em seu trabalho “A psicanálise, sua imagem e seu público” relata, não sem certa angústia, que seu objetivo inicial era também entrevistar psicanalistas para fornecer dados dos próprios psicanalistas, sobre estes conteúdos que ele buscava estudar, as representações sociais da psicanálise. Ele revela que, no entanto, os psicanalistas se mostraram resistentes a suas tentativas de entrevista-los, o que o levou a desistir da inclusão destes conteúdos em seu trabalho. Moscovici discute como existe certa resistência por parte dos profissionais da área em ter sua prática avaliada e estudada.

Esta resistência em ter sua prática avaliada proporciona certos entraves para a prática científica, pois à ciência nada deveria ser inquestionável. A ciência tendo como um de seus pilares o ceticismo do método cartesiano, que ainda repercute na forma de se produzir conhecimento, estabelece a dúvida como ponto inicial da prática científica. Ao duvidar o

cientista pode começar a avançar no questionamento deste fenômeno que se busca entender. Para tanto todos os fenômenos precisam ser passíveis de crítica. O próprio feminismo se utiliza da dúvida como funcionamento essencial, ao duvidar da própria realidade estabelecida de divisão do mundo em dois sexos, tidos como naturais, biológicos, fixos. O feminismo levou a dúvida à própria existência de dois gêneros. É paradoxal então que ocorra resistência ao se tentar estudar os conteúdos e processos do feminismo.

Outras dificuldades encontradas para realizar o projeto inicial desta pesquisa ocorreram com a utilização dos *Softwares* EVOC e Alceste, que apresentaram alguns problemas e carecem de suporte técnico. Sendo estes dois programas de análise de dados de grande utilização dentro das pesquisas de Representações Sociais, este fato aponta para um potencial problema. Onde se esperava avanço e desenvolvimento de novos programas e aperfeiçoamento dos existentes, o que ocorre é perda de espaço por carência de melhores tecnologias para o aprimoramento das pesquisas na área.

Quanto às críticas a este trabalho aponto a necessidade de obter maior abrangência na amostra do segundo estudo, que possui uma amostra de classes sociais, escolaridade e faixa etária restrita, com um grupo de alta escolaridade e renda. Este fato implica em baixa generalização destes dados. O ponto inicial de optar por uma coleta virtual foi ampliar a amostra para além de uma amostra universitária, o que ocorre na maior parte dos estudos. Isso foi em parte alcançado por obter uma parte importante da amostra de pessoas já inseridas no mercado de trabalho. No entanto, a variabilidade da amostra ainda permaneceu baixa.

É necessário também ter em mente a limitação provida pela abordagem dos dados no primeiro estudo, que utiliza os resumos do trabalho para a análise e não o trabalho como um todo. Embora preferível para prover análises mais confiáveis, a análise de um corpus formado por tais trabalhos seria muito longa e consumiria recursos indisponíveis aqui. Acredita-se que

os resumos devem corresponder de forma apropriada aos pontos mais importantes do trabalho, mas pode ser que este não seja o caso.

Muitos outros pontos deveriam ter sido discutidos aqui para trazer mais luz sobre o problema. Aspectos sobre o entendimento da violência como fruto do conflito ou crise, um tema interessante discutido por Wiervorka, aqui poderia ter sido utilizado para discutir as limitações de se entender a violência como um fruto de relações de poder desbalanceadas e não entender o próprio caráter funcional e estrutural da violência. Essa discussão embora interessante e importante escapa ao escopo deste trabalho e precisou ser abandonada. Este seria um tópico importante a ser discutido em trabalhos futuros visando ampliar o entendimento da questão masculinidade e violência.

Estudos futuros poderiam abordar não apenas a construção científica das ideias de gênero, mas também a elaboração política dos movimentos sociais proclamados como feministas, buscando compreender qual o posicionamento que estes movimentos dão ao homem, como entendem sua importância e o que esperam de seu posicionamento e ações.

Por último aponto a necessidade de ampliar os estudos sobre os temas apontados aqui, de modo a abrir o foco das pesquisas, não apenas sobre a violência do homem contra a mulher, mas da violência como um fato social de grande impacto sobre a sociedade. Defendo a crítica a dicotomização vítima/agressor e dominado/dominador. Para tanto é preciso que outras perguntas comecem a ser feitas, que novos pontos sejam investigados, que os silêncios sejam desfeitos e que os “óculos” usados sejam retirados, para assim buscar entender esses atores como sujeitos de fato.

Referências

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. *Estudos interdisciplinares de representação social* 2 (1998): 27-38.
- Abric, J.-C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Ramonville- Saint Agne : Érès.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática* - 6(1): 105- 120.
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem Societal das Representações Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737.
- Almeida, A. M. O. & Santos, M. F. S. (2011). A Teoria das Representações Sociais. Em Torres, C. V. & Neiva, E. R. (Orgs.) *Publicar em Psicologia Social Principais Temas e Vertentes*. (PP 287-295). Porto Alegre – RS. Artmed.
- Almeida, A. M. O, Santos, M. F. S. & Trindade, A. Z. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e práticas metodológicas. *Temas em psicologia da SBP*, Vol 8, n. 03, 257-267.
- Almeida, A. M. L. G. (2010). Prevalência da vitimização da violência física e fatores associados à violência entre namorados adolescentes do Recife 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - *Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz*, Recife.
- Alves, R. A., Pinto, L. M. N., Silveira, A. M., Oliveira, G. L. & Melo, E. M. (2012). Homens, vítimas e autores de violência: a corrosão do espaço público e a perda da condição humana. *Interface: Comunicação, saúde e educação*, v. 16, n. 43, p.871-83.

- Alvin, S. F. & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos e agressores. *Psicologia: Teoria e Prática* – 7(2): 171-206.
- Amansio, L. (1993). Gênero – Representações e identidades. *Sociologia – Problemas e práticas*. Nº 14, p. 127 -140.
- Amansio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *Análise Social*. Vol XXXVIII. (168). P. 687-714.
- Anacona, C. A. R. (2008). Prevalencia, factores de riesgo y problemáticas asociadas con La violencia en el noviazgo: una revisión de la literatura. *Av. Psicol. Latinoam*. Vol.26 no. 2 Bogotá Jul/Dec.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147.
- Arruda, A. (2009). Teoria das Representações sociais e ciências sociais: Trânsitos e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766.
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado: O feminismo e alguns destinos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Beauvoir, S. (1999) *El segundo sexo*. Traducción de Juan García Puente. *Editora Sudamericana* Buenos Aires.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro. Garamon.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro- RJ. Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, Vol 26, p. 83-92.
- Bordieu, P. (2012) *A dominação masculina*. 22º edição, Rio de Janeiro – RJ, Bertrand Brasil.

- Brito, M. N. C. (2001). Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. *Estudos Feministas*. Ano 9, 2º semestre: pp: 291-298.
- Campos, P. H. F. (1998). As representações sociais de “meninos de rua”: Proximidade do objeto e diferenças estruturais. Em: Campos, P. H. F., Moreira, A. S. P., & Oliveira, D. C. (Orgs.) *Estudos interdisciplinares de representação social*, 271-283.
- Carrara, S.; Russo, J. A.; Faro, L. (2009). A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [3]: 659-678
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimização à perpetração. *Análise Psicológica*, 4, 485-493.
- Coenga-Oliveira, D. (2011). “Se fosse normal Deus teria criado Adão e Ivo”: A homofobia e a produção e regulação do sexo/gênero. Universidade de Brasília. Brasília/ DF.
- Cornelius, T. L.& Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention programs for dating violence: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior* 12. 364-375.
- Costa, A. A. A. (2013). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2).
- Declaration of Independence: a transcription. (Documento transcrito disponível pela página The Charters of Freedom em 26/10/2014). Acessado pela página da internet no endereço eletrônico:
http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html
- Dias, A. R. C. & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal: uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4(XXVI), p. 571-586.
- Elias, Norbert. (1994a). *O processo Civilizador: Uma história dos costumes*. 2ª ed. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Elias, Norbert. (1994b). *O processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. 2ª ed. Vol II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Vol. II.
- Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do Gênero: Psicobiografia, sociocultural e transformações*. Curitiba. Ed. UFPR.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia da SBP* – Vol. 12, n. 21, 119-126.
- Formiga, N. S., Golveia, V. V. & Santos, Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*. Maringá. V.7, n. 01, p. 103-111.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 20ª Ed. Editora Vozes. Petrópolis.
- Foucault, M. (2006). *A história da sexualidade: a vontade de saber*.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, São Paulo.
- Gilligan, J. (2010). Cultura, gender and Violence: ‘We are not woman’. In: Kimmel, M. S. & Messner, M. A. (2010). *Men’s Live*. 8th Edition. Allyn & Bacon.
- Granja, E. & Medrado, > (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*; 21(1): 25-34.
- Griffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 10(1): 146-155.
- Guaresch, N. M. F., Weber, A., Comunello, L. N. & Nardini, M. (2006). Discussões sobre a violência: Trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19(1), 122-130.
- Gutmann, M. (2013). O machismo. *Antropolítica*. Niterói, n. 34, p. 95-120.

- Heilborn, M. L. (2006). Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336.
- Hohl, K.; Tsirogianni, S.; Gerber, M. (2012). Introduction to Alceste. Workshop in Applied Analysis Software MY 591. The London School of Economics and Political Science. London: Methodology Institute. Disponível em: http://personal.lse.ac.uk/schonhar/docs/links/ALCESTE_Handout_2.pdf. Acesso em: 13 de Maio. 2014.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília. V. 24, n. 3, p. 679-712.
- Kaufman, M. (1987). The construction of masculinity and the Triad of men's violence. In: Kimmel, M. S. & Messner, M. A. *Men's Lives*, Allyn and Bacon, Fifth Edition.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27): pp.13-34.
- Kimmel, M. S. (2011). *The gendered society*. Oxford University Press.
- Louro, G. (1998). *Sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- Louro, G. (2000). Corpo, Escola e Identidade. *Educação e Realidade*. 25(2). 59-76.
- Machado, L. Z. (1998). Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu* (11): pp. 107-125.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. e Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* – 8(1): 55-75.
- Medrado, B., Lemos, A. R. & Brasilino, J. (2011). Violência de Gênero: Paradoxos na atenção a homens. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 471-478.
- Messerschmidt, J. W. (2012). Engendering gendered knowledge: Assessing the academic appropriation of Hegemonic Masculinity. *Men and Masculinities*, 15(1), 56-76.

- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 18-34.
- Minayo, M. M., Assis, S. G., & Njaime, K. (2011). *Amor e violência: um paradoxo das relações de amor e do ficar*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ministério da Saúde (2008) Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Brasília.
- Moscovici, S. (2012). A psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2013). Representações Sociais: Investigações em psicologia social. 10 edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mott, M. L. (2001). Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. *Cadernos Pagu*, 16, 199-234.
- Nascimento, E. F., Gomes, R., Rebello, L. E. F. S. (2009). Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência na fala de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4): 1151-1157.
- Navarro-Swain, T. (2001). Feminismos e recortes no tempo presente: mulheres em revistas femininas. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3).
- Oliveira, P. P. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Oliveira Dante, F. C. S. (2013). AS MULHERES NA REVOLUÇÃO FRANCESA. *Maiêutica-Curso de História*, 1(1).
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaime, K. & Oliveira, R. V. C. (2011). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros*. Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Kathie Njaime. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- OLIVEIRA, D.C.; *et al.* Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; *et al.* *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005. p. 573-603.
- Reyes, E. A. G. (N.D.) Olympe de Gouges y los Derechos de las Mujeres. Acessado pela página da Internet em 26/10/2014 no endereço eletrônico:
<http://www.prepa5.unam.mx/wwwP5/profesor/publicaciones/OlympeDeGougesYlosDerechosDeLasMujeres.pdf>
- Ribeiro, J. S. B. (2006). Brincadeiras de meninas e de meninos: Socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu* (26). Pp. 145-168.
- Rosemberg, F., Moura, N. C. & Silva, P. V. B. (2009). Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. *Cadernos de pesquisa*. V.39, n. 137, p.489-519.
- SÁ, C.P. (1996) *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. (2002) *Núcleo central das Representações Sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes,
- Saffioti, H. I. B. (1999). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*. (12): pp 157 - 163.
- Saffioti, H. I. B. & Almeida, S. S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Sarti, S. A., Barbosa, R. M. & Suarez, M. M. (2006). Violência e gênero: vítimas demarcadas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. 16(2):167-183.
- Santos, M. F. S. (1998). Representação social e identidade. Em Campos, P. H. F., Moreira, A. S. P., & Oliveira, D. C. (Orgs.) *Estudos interdisciplinares de representação social*, 151-159.

- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L, Couto, M. T. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Ver Saúde Pública*; 40(N Esp): 112-20.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20(2), 71-99.
- Scott, J. W. (1998). A invisibilidade da experiência. *Proj. História*. São Paulo.
- Souza, E. R. (2005) Masculinidade e Violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 10(1): 59-70.
- Sudário, S. Almeida, P. C. & Jorge, M. S. B. (2005). Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 73-79.
- Perucchi, J., Toneli, M. J. F. & Adrião, K. G. (2013). Gender and feminisms: theoretichal-epistemological considerations and methodological impacts. *Psicologia & Sociedade*. 25(n esp):13-22.
- Varela, N. (2005). Feminismo para principiantes. *Ediciones B S.A.* Barcelona, Spain.
- Wachelke, J. & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e Relato de Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 27 n. 04, pp 521-526.
- Waiselfizs, J. J. (2014). *Mapas da violência 2014. Os Jovens do Brasil*. Rio de Janeiro.

Notas:

1. ocorre no inglês a distinção pelo autor de maleness e masculinity, sendo o primeiro um atributo biológico e o segundo uma instituição social, porém no português só existe a palavra masculinidade para representar essa relação, de modo que uma tradução adequada se mostra impedida.

Anexo 1 – Questionário Segundo Estudo

Caro participante

Você é agora convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre Gênero e violência. Sua colaboração é muito importante para fornecer dados que ajudem a produzir conhecimentos em áreas de ciências sociais e ampliar nosso entendimento sobre questões de gênero e violência. Este estudo não visa nenhuma forma de avaliação de desempenho, ou julgamento de respostas. Não ocorrendo também análise de respostas individuais ou formas de identificação dos participantes. Assim você pode sentir-se livre para responder esse questionário com total liberdade.

A seguir será apresentado um questionário composto por quatro partes, sendo a primeira parte um questionário com dados sociodemográfico e as partes seguintes com termos de evocação.

Nas partes referentes aos termos de evocação são apresentados três comandos. No primeiro comando você será apresentado(a) a um termo indutor a partir do qual deverá fornecer as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe venham a mente a partir deste termo. É muito importante que sejam fornecidas as primeiras palavras ou termos que você pensar, não importando quais sejam. Não existem respostas corretas ou melhores.

Veja o exemplo a seguir:

Carla está respondendo o questionário. A partir do termo indutor Carla deverá escrever os primeiras cinco palavras ou expressões que lhe venham a mente.

Termo indutor: **DOCE**

A partir deste termo Carla pensou: bala, chocolate, algodão doce, muito bom, brigadeiro.

No segundo comando é solicitado que Carla coloque os termos que ela escreveu em ordem de importância. Do mais importante (1) ao menos importante (5). Então Carla os organizou nesta ordem.

1 – Brigadeiro 2 – Chocolate 3 – Bala 4 – Algodão Doce 5 – Muito bom

Não existe uma ordem certa ou mais apropriada. Portanto escolha uma ordem que você julgar adequada e organize as palavras segundo a sua preferência.

No terceiro comando é solicitado que justifique a escolha da primeira ordem de importância, ou seja, o que te levou a escolher brigadeiro como a palavra mais importante.

Carla respondeu: “Porque é o meu doce preferido e eu sempre gosto de fazer com meus amigos.”

Aqui também não existe uma resposta correta, basta que Carla tente explicar o que a levou a considerar a escolha da palavra na primeira ordem de importância.

Este é um questionário breve e deve levar de 10 a 20 minutos para ser respondido. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Questionário sócio-demográfico

Sexo: Masculino () Feminino ()

Data de Nascimento: ___/___/___

Estado Civil: _____

Naturalidade: Brasileiro () Outra () Se outra, qual? _____

Cidade onde reside atualmente: _____

Ocupação atual: _____

Já realizou ocupação (trabalho, estudo, voluntariado, etc.) com relação aos temas violência e gênero?

Sim () Não ()

Nível de Escolaridade: _____

Se possui curso de graduação ou pós-graduação, realizou algum trabalho de conclusão de curso (TCC), monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado, ou similar, cujo tema verse sobre violência e relações de gênero? Sim () Não ()

Renda média: () até **R\$477,00**() mais de **RS477,00** até **R\$724,00**() mais de **R\$724,00** até **R\$1541,00**() mais de **R\$1541,00** até **R\$4418,00**() mais de **R\$4418,00** até **R\$12,926**() mais de **R\$12,926,00**

Segunda Parte

Você será apresentado agora a um termo de evocação. Escreva a seguir as primeiras cinco palavras ou expressões que lhe vem à mente quando você pensa em:

Mulher

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

Agora coloque suas respostas em ordem de importância, do mais importante (1) ao menos importante (5), utilizando para tanto os espaços entre parênteses a frente das respostas.

Por último, a partir da palavra que você selecionou como a mais importante (1), justifique o porquê da sua escolha.

Terceira Parte

Você será apresentado agora a um termo de evocação. Escreva a seguir as primeiras cinco palavras ou expressões que lhe vem à mente quando você pensa em:

Homem

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

Agora coloque suas respostas em ordem de importância, do mais importante (1) ao menos importante (5), utilizando para tanto os espaços entre parênteses a frente das respostas.

Por último, a partir da palavra que você selecionou como a mais importante (1), justifique o porquê da sua escolha.

Quarta Parte

Você será apresentado agora a um termo de evocação. Escreva a seguir as primeiras cinco palavras ou expressões que lhe vem à mente quando você pensa em:

Violência

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

_____ ()

Agora coloque suas respostas em ordem de importância, do mais importante (1) ao menos importante (5), utilizando para tanto os espaços entre parênteses a frente das respostas.

Por último, a partir da palavra que você selecionou como a mais importante (1), justifique o porquê da sua escolha.

Fim.

Muito obrigado pela colaboração.

Qualquer dúvida ou reclamação entre em contato comigo pelo endereço de e-mail:

rafael.a.moore@outlook.com

Ou pelo telefone (61) 8223 7289.

Atenciosamente.

Rafael Alberto Moore

Mestrando do programa de pós-graduação Psicologia Social, trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Prof^a Dra Angela Maria de Oliveira Almeida

Orientadora